

**UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO**  
**DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* E PESQUISA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**  
**ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**

**MARIA DA PENHA TAMBURÚ**

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NAS**  
**ESCOLAS DE SÃO PAULO:**  
**UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DOS TÉCNICOS DO CAMPO**  
**SOCIOEDUCATIVO**

**SÃO PAULO**

**2015**

**UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO**  
**DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* E PESQUISA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**  
**ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**

**MARIA DA PENHA TAMBURÚ**

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NAS**  
**ESCOLAS DE SÃO PAULO:**  
**UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DOS TÉCNICOS DO CAMPO**  
**SOCIOEDUCATIVO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial dos requisitos do curso de pós-graduação Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei da Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN, para obtenção do título de MESTRE em Adolescente em Conflito com a Lei, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Artur Malvasi

**SÃO PAULO**

**2015**

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NAS  
ESCOLAS DE SÃO PAULO:**

**UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DOS TÉCNICOS DO CAMPO  
SOCIOEDUCATIVO**

Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Mestrado Profissional: Adolescente em Conflito com a Lei.

Presidente e Orientador

Nome: Paulo Artur Malvasi

Titulação: Doutor

Instituição: UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN

Assinatura: \_\_\_\_\_

Titulares:

2ª Examinadora

Nome: Monica de Ávila Todaro

Titulação: Doutora

Instituição: UNINOVE

Assinatura: \_\_\_\_\_

3ª Examinadora

Nome: Lavínia Lopes Salomão Magiolino

Titulação: Doutora

Instituição: UNICAMP

Assinatura: \_\_\_\_\_

São Paulo, 24 de Março de 2015

## **Agradecimentos**

Passar por desafios sempre fez parte das minhas escolhas. Neste curso de Mestrado não foi diferente. Os problemas foram surgindo já no primeiro dia de aula e por varias vezes pensei que não fosse conseguir chegar ao fim do curso. Foram tantos os momentos de dúvidas, inseguranças, medos...

Mas não posso me esquecer de tantas alegrias, aprendizagens e amizades novas que foram construídas ao longo do caminho e isto só foi aumentando a vontade de concluir algo sólido e concreto.

Enfim..... Não foi fácil chegar até aqui... Mas consegui!

Diante disso, não posso deixar de agradecer;

Primeiramente agradeço a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida, por renovar a cada momento, entre eles os mais difíceis, a minha força e disposição, e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Ao meu querido e amado Celso, pela paciência e compreensão durante essa trajetória. Assim como seu grande auxílio nos problemas virtuais. Foram tantas noites em claro, debruçada sobre a mesa e ele sempre tão presente e sabedor que eu chegaria lá.

Ao meu pequeno Vitor, que em sua tão pouca idade, aprendeu a respeitar e compreender meus momentos de introspecção. Ele sabia que eu tinha que “Trabalhar” e me permitia isso.

Vocês dois são presentes de Deus na minha vida!

Aos meus amigos que estiveram comigo durante o curso, em especial a Debora Oliveira, sem a ajuda dela não teria conseguido entregar documentos necessários para a aprovação no curso. Obrigada pelo incentivo, pelo apoio e pelos momentos de descontração.

Ao professor Doutor Paulo Arthur Malvasi, pela delicadeza em suas palavras, paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta pesquisa.

Às Professoras Lavinia Magiolino e Luciane Jimenez, que contribuíram com conhecimentos novos e necessários à realização deste trabalho.

A colega de Mestrado Alexssandra N.I.S.A. Lopes que soube compreender minha angustia e com sua delicadeza fez com que portas fossem abertas, para a realização das entrevistas.

Aos profissionais entrevistados, que de uma forma ou de outra, conseguiram um tempo para se dedicar a pesquisa, assim como o Gestor do serviço de medidas socioeducativas, que com seu cuidado ao sigilo e a produção final deste, acreditou no meu trabalho.

Aos meus colegas do dia- a dia no trabalho, pela compreensão. Por entenderem quando eu estava distante e pensativa por conta da pesquisa e outras atividades do curso. Em especial ao Coordenador Armando Resende Neto e a amiga Heliane Silva

Aos meus amigos do coração, pessoas que sempre têm uma palavra amiga nos momentos difíceis.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível:

Sem vocês, não teria conseguido!

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.

Paulo Freire

## Resumo

A relação existente entre técnico de medida sócio educativa e escola, na procura pela vaga para o adolescente em conflito com a lei traz desafios, significados, conflitos e conquistas. Mesmo estando claro que a educação é um direito de todos, os desafios encontrados mostram que entre os direitos perpassam vários conflitos e estes trazem significados variados. Esta pesquisa tem como objetivos, compreender como se dá o processo da busca pela vaga, como se dão seus entraves nas variadas etapas até a efetivação da matrícula assim como manter a frequência do adolescente em conflito com a lei na escola. Frente a esses entraves também conhecer como se dão os enfrentamentos afim de que a efetivação do direito a educação escolar ocorra. Também busco analisar os significados dados pelos técnicos frente aos desafios e dificuldades encontradas. Seu método consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram iniciadas após prévia leitura e assinatura do consentimento livre e esclarecido dos entrevistados. Os sujeitos são técnicos de medidas socioeducativas que atuam na região metropolitana de São Paulo. A interpretação do material coletado, busca articular os dados empíricos com questões macrosociais, considerando as experiências cotidianas como processos micro sociais. Como resultados, percebe-se que os entrevistados demonstram conflitos existentes quando se deparam com a busca pelo cumprimento de um direito, que é o da educação para todos. Trazem em seus relatos como se dá o trabalho e com isso, percebem situações vivenciadas pelos adolescentes como preconceitos e falta de motivação em frequentarem as aulas. O estudo traz observações sobre os contrapontos entre o que é "legal", que é o direito a educação e as dificuldades encontradas na busca por estes direitos, perpassando por questões conflituosas por ambos os sujeitos (técnicos e adolescentes) e nos traz um sistema educacional que ainda não demonstra condições objetivas de emancipação do sujeito, por estar preso a função reprodutora do social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medidas sócioeducativas, adolescente em conflito com a lei, escola.

## Abstract

The relationship between social and educational measurement technical school, in demand by opening for the adolescent in conflict with the law brings challenges, meanings, conflicts and conquests. Even though it's clear that education is a right for all, the challenges found show that between the rights pertain to various conflicts and these bring varied meanings. This research aims to understand how the process of search for vacancy occurs, how the barriers happens in various stages until the effectuation of registration as well as maintaining the frequency of adolescents in conflict with the law at school. Faced with these barriers also knowing how happens these confrontation in order that the implementation of the right to school education occur. Also seek analyze the meanings given by them in face of the challenges and difficulties encountered. His method consists of a qualitative research, exploratory analytic-descriptive-oriented through semi-structured interviews. The interviews were initiated after prior reading and signing the informed consent of respondents. The subjects are socio-educational measures technicians working in the metropolitan region of São Paulo. The interpretation of the collected material, seeks to articulate the empirical data with macro social issues, considering the everyday experiences as micro social processes. As a result, one realizes that the interviewees demonstrate existing conflicts when they run into the search for fulfilment of a right, which is the education for all. They bring in their reports how the work and understand situations experienced by teenagers as prejudices and lack of motivation in attending classes. The study brings up comments on the counterpoints between what is "cool", which is the legal right to education and the difficulties encountered in the pursuit of these rights, bypassing conflicting issues by both subjects (technical and teens) and brings an educational system that still does not demonstrate objective conditions of emancipation of the subject, to be attached to the social reproductive function.

Keywords: educational measures, adolescent in conflict with the law, school.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>O DESPERTAR PARA A PESQUISA – Um breve memorial</b> .....	18
<b>1 Contextualizando o fenômeno adolescente em conflito em a lei: adolescência, adolescente em conflito com a lei, SINASE e medidas socioeducativas e Técnico de medidas socioeducativas</b> .....	20
1.1 Adolescência .....	20
1.2 O Adolescente em conflito com a lei, um perfil social.....	21
1.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.....	23
1.4 Medidas socioeducativas: definindo.....	27
1.5 O Técnico de Medidas socioeducativas.....	28
<b>2.Pressupostos iniciais</b> .....	32
2.1 No Caminho da Pesquisa.....	35
2.2 Construção do método de pesquisa.....	36
<b>3. Busca pela vaga, suas implicações no trabalho do técnico</b> .....	39
3.1 O Cadastro no sistema único de ensino.....	39
3.2 Disponibilidade de vagas na rede de ensino.....	45
3.3 A Matrícula.....	45
3.4 Manter a frequência, difícil caminho.....	47
3.5 Desconhecimento do ECA.....	51
3.6 Direito à educação x punição.....	53

3.7 Sentimentos em face das dificuldades.....	55
<b>4 - Considerações sobre o contexto escolar à luz dos desafios de inserção de adolescentes em conflito com a lei.....</b>	<b>57</b>
4.1 O Adolescente e a Escola.....	57
4.2 As dificuldades do Adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas na escola.....	64
4.2.1. Discriminação e preconceito da escola com relação ao adolescente em conflito com a lei.....	64
4.2.2 Falta de motivação do adolescente em conflito com a lei para frequentar a escola.....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>77</b>
<b>WEBGRAFIA.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXOS – Entrevistas.....</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa nasce de inquietações originadas em minha experiência como profissional da psicologia. Mesmo que um pouco distante, durante trajetória como psicóloga na área escolar acompanhei as dificuldades de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas para conseguirem vagas nas escolas e, em alguns casos, para se manterem nelas. Pude observar, com certa distância, como os técnicos que atuam diretamente com tais adolescentes enfrentam questões que podem dificultar o processo da matrícula. Com isso, pretende-se entender melhor como os técnicos que atuam em medidas socioeducativas percebem como se dão os direitos à educação, e se estes direitos estão sendo alcançados de forma satisfatória, assim como se os técnicos percebem que a escola tem desempenhado seu papel, abrindo seus espaços educacionais de forma democrática.

Diante disso, busca-se com esta pesquisa qualitativa conhecer os desafios encontrados por profissionais que realizam o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) no seu processo de reinserção no meio escolar. Para isso, foram feitas entrevistas com profissionais que atuam em serviços de atendimento socioeducativo, a fim de compreender melhor se a escola, desempenhando um de seus papéis — o de formar cidadãos —, tem recebido de forma satisfatória este técnico; e, ainda, se a escola abre as portas para o mais novo aluno, não fomentando a exclusão social, ou desfiliação, que pode ter sido um dos fatores relevantes para o envolvimento destes adolescentes com violência e criminalidade desde seu início na escolarização.

É sabido que existe um conjunto de leis que asseguram o direito à educação a todos os brasileiros, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), porém, elas ainda não são suficientes para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica na idade certa de todas as crianças e adolescentes. E mais que isso, mesmo que as leis garantam, os profissionais da Educação podem agir de tal maneira que fazem com que estas vagas não estejam acessíveis aos novos alunos, principalmente sendo eles os adolescentes que possuem algum tipo de conflitualidade com a lei. As escolas podem apresentar certas resistências, sustentando-as em argumentos sobre a falta de vagas ou a indisciplina dos adolescentes. Com relação à falta de vagas, percebe-se isso como uma questão de políticas públicas, mas o Governo vem aprimorando sua conduta, a fim de que esta carência seja

minimizada. Já com relação à indisciplina, nota-se esta temática em diversos estudos, entre eles aqueles realizados sobre o tema no âmbito do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei (Nascimento, 2012; Souza, 2011; Silva, 2012), no qual encontramos que a indisciplina nas escolas atribuída aos adolescentes que estão em Liberdade Assistida é um discurso para a resistência, embora a indisciplina seja parte integrante da dinâmica de muitas escolas, independentemente da presença e participação de adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

Sendo assim, verifica-se que indisciplina está presente nas instituições escolares pelas diferentes partes integrantes destas; até mesmo as escolas podem praticar atos de indisciplina, quando não facilitam o acesso dos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas ao seu quadro de alunos, pois desrespeitam o direito à educação para todos.

Sabemos que mesmo as escolas que não tenham alunos que estão em cumprimento de medidas socioeducativas sofrem com as ações indisciplinadas dos alunos que a frequentam, e que são considerados "normais". Pode-se ainda abordar o fato de que a não disponibilidade de vagas para o ensino médio seja justificada, uma vez que apenas o ensino fundamental é um curso obrigatório e gratuito em todo o território nacional. Mas quanto ao ensino básico, não se pode, então, impedir um aluno, seja ele quem for, de ter o acesso à instituição, justificando esta recusa em causas de possível indisciplina, além de também remeter-se à falta de vaga.

Segundo a Constituição Federal de 1988, no Art. 205.

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Pensando nisso, se a Educação é um dever do Estado, a justificativa de não haver vaga na escola não pode ser absorvida com uma verdade única, não é possível aceitá-la. Contudo, deveríamos encontrar profissionais da área da Educação que tratassem os alunos respeitando seus plenos direitos; que não os submetesse a nenhum tipo de discriminação, social, racial, econômica, ou outra qualquer. Que levassem alunos, todos eles, a sentirem-se

iguais em direitos, e motivados a buscarem seu crescimento pessoal e Técnico como cidadãos na sociedade.

Também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentro do artigo 4º, encontraremos que é dever da família, da sociedade e do poder público assegurarem o direito à educação, além de outros direitos prescritos na lei. Este direito deve ser exercido, para que o desenvolvimento da criança e do adolescente na escola possa ser de qualidade e igualdade.

Vale ressaltar ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, também traz em seu texto o direito à educação, pois reafirma este direito, garantido pela Constituição Federal e estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública.

Segundo Cury (2002), a educação como direito parte do princípio de que o saber sistemático é muito mais do que uma grande herança cultural, este saber permite ao aluno tornar-se capaz de se apropriar de padrões cognitivos e formativos e, sendo assim, terá maiores possibilidades de poder fazer parte dos destinos sociais e colaborar para sua transformação. O acesso à educação pode ser também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como ser capaz de sugestões e decisões. Portanto, o direito à educação, acaba sendo uma grande oportunidade de crescimento de um cidadão, um caminho com escolhas diferenciadas e uma chave com a crescente estima de si.

Pode-se observar que, mesmo com as garantias da lei voltadas para a educação, com sua importância admitida por todos, encontra-se nos dados estatísticos um alto índice de jovens defasados quanto à escolarização, conferindo-se idade e série, ou mesmo fora da escola. Conforme dados do Censo Escolar de 2010, a população em idade escolar com distorção idade-série no ensino fundamental era de 18,5% nos anos iniciais, e 29,6% nos anos finais; no ensino médio esta taxa era de 34,5% (IBGE, 2011). Outro dado importante revela que apenas 51,8% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados na educação básica, referente à sua idade, isto querendo dizer que 48,2% dos adolescentes ainda cursam o ensino fundamental ou podem ter abandonado os estudos. Com relação ao ensino médio, a defasagem escolar varia de acordo com a região do país e situação socioeconômica do jovem. Na região Sudeste, por exemplo, área de estudo a que me limitei, 59,8% dos adolescentes

entre 15 e 17 anos cursam a última etapa da educação básica. Ainda, de acordo com dados do IBGE, entre os jovens de 18 a 24 anos, que deveriam estar cursando a universidade, 8% deles sequer terminaram o ensino fundamental e 34,2% ainda estão no ensino médio, sendo que 32,2% abandonaram a escola antes de terminar o ensino médio. Já buscando dados mais recentes, no mesmo indicador, em 2013 pode-se perceber que na região Sudeste temos 62,5 % de jovens de 15 a 17 anos frequentando instituição de ensino, sendo 71% destes na região Metropolitana de São Paulo. Dos jovens da região Sudeste que estão na escola, encontramos 68,5 que declaram ser da cor branca, e 56,6% que declaram ser pardos ou negros. Com relação a sexo, temos 58,9% homens para 66,3% de mulheres. Isto significa que, entre os jovens que frequentam a escola, encontram-se em sua maioria brancos e mulheres, e que a evasão vem sendo uma questão digna de maior empenho dos Governos. Todos os dados divulgados fazem parte do relatório *Síntese de Indicadores Sociais* do IBGE, estudo que mescla os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) com dados fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), e os do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

A evasão pode estar associada à falta de eficiência ligada aos métodos utilizados durante a escolarização, pois se percebe que, em alguns momentos, os modos de ensinar mantêm padrões distantes da realidade atual, transformando a escola em um espaço pouco atraente, conflituoso e, às vezes, ultrapassado. Segundo Freire & Shor (1987), a educação bancária traz a pura transferência de conteúdos, enfatiza a não participação do educando na produção do conhecimento e com isso acaba sendo um dos elementos responsáveis pela desmotivação, pela falta de interesse em estudar chegando a ocorrer a evasão escolar. Porém o mesmo autor enfatiza que o termo evasão escolar é ideológico, pois é posto de uma forma a dar a entender que as crianças estão fora da escola por vontade delas, mas na verdade elas são expulsas da escola, excluídas especialmente pela organização bancária. O termo correto é "expulsão escolar" (FREIRE, 1995, p. 46).

Outro fator se deve ao fato de a escola não estar preparada para receber alunos que apresentam alguma diferenciação legal, isto é, que estejam no momento em conflito com a lei, o que busquei focalizar neste estudo. As escolas possuem tendência a classificá-los como alunos problemáticos, agressivos ou incapazes, colaborando desta forma para a evasão do espaço escolar e para a construção de uma identidade pautada na incapacidade e, muitas vezes, na vida infracional (Gallo & Willians, 2005).

Não indiferente a todas estas questões tornei-me inquieta, deparando-me com adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em regime de liberdade assistida, percebendo no decorrer desta pesquisa que eles nem sempre podem contar com uma escola disposta a aceitá-los e, quando a encontram, ali, no próprio ambiente, sofrem discriminação, ou esbarram na falta justificável de motivação em frequentá-la.

Sendo assim, decidi iniciar meu trabalho procurando profissionais que atuam dentro de uma equipe técnica de medidas socioeducativas em meio aberto, acolhendo e acompanhando os adolescentes e suas famílias em serviços ligados às redes de atendimentos públicas e comunitárias para atender casos de violação, promoção e garantia de direitos. Esses profissionais trabalham com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em liberdade assistida, na cidade de São Paulo e grande São Paulo, e, entre suas funções, buscam a vaga nas escolas para este adolescente, procurando reinseri-lo na rede educacional.

Dos seis profissionais entrevistados, encontrei diferentes formações profissionais, porém os discursos acerca do assunto me pareceram semelhantes, pois suas tarefas são as mesmas dentro da instituição à qual fazem parte. Assim, levando em consideração a formação Técnico de cada um, pude observar narrativas sobre o que esperam, e o que percebem das escolas com relação ao cumprimento da lei, mais precisamente ao que se refere à inserção do adolescente na escola.

As entrevistas aconteceram *in loco*, já que eu compareci no local e na hora determinados pela instituição e também pelo Técnico que foi entrevistado no dia, de acordo com a disponibilidade de cada participante.

Todo o diálogo foi gravado mediante autorização do entrevistado, porém seus dados permanecem sigilosos, e os nomes utilizados no trabalho são fictícios. Também cada um assinou um termo de consentimento livre e esclarecido, em que consta sua permissão na participação desta pesquisa.

Como procedimento, por meio de entrevistas semidirigidas foram coletados dados relativos à busca por vagas na rede pública de ensino, como se dão estas conversas com a direção das escolas, e como ocorre a reinserção do adolescente em conflito com a lei nestas instituições. Os dados obtidos visaram à análise dos desafios no processo de encaminhamento dos adolescentes à escola, desde os primeiros contatos até o acompanhamento da frequência na instituição de ensino. Também abordei assuntos relativos às questões sociais, familiares e

emocionais. Tive como cuidado especial a garantia da confiabilidade no fornecimento dos dados e das entrevistas gravadas, e posteriormente descritas, dados anexados no final deste trabalho.

Com as entrevistas realizadas, passei a construir uma análise por meio de referenciais teóricos, tais como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Paulo Freire, utilizando então as informações solicitadas e obtidas, na qual busquei questionar qual o papel do técnico em face das questões escolares dos adolescentes em conflito com a lei, quando devem fazer cumprir a medida que é a de levar o adolescente a frequentar a escola. Assim sendo, a metodologia consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram iniciadas após prévia leitura e assinatura do consentimento livre e esclarecido dos entrevistados.

Ao propor discutir esta temática, e considerando a área de concentração do Mestrado Técnico Adolescente em Conflito com lei, pude desenvolver temas ligados aos assuntos e categorias que mais apareceram nas entrevistas, e, assim, a estrutura em capítulos pôde então ser definida: no primeiro capítulo, procurei desenvolver uma reflexão conceitual sobre as concepções de adolescente, que se expressa como uma fase construída dentro do contexto sócio-histórico e, para isso, busquei levantar algumas bases teóricas que discorrem sobre o assunto. Em um segundo momento, porém no mesmo capítulo, trago dados que podem informar quem é o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, e o seu perfil dentro do contexto social. Fez-se importante também levantar informações sobre o SINASE, Sistema Socioeducativo, a partir dos elementos que preveem em sua Proposta de Trabalho e informações sobre o Técnico, o técnico que atua em medidas socioeducativas em meio aberto e que está ligado ao adolescente em conflito com a lei através da proposta judicial.

Como segundo capítulo, discorro sobre o motivo da escolha e o caminho utilizado para chegar a este trabalho de pesquisa; menciono os pressupostos utilizados, enfatizando teorias que falam sobre a escola, seu papel mediante o adolescente, e a questão da reprodução social que a escola realiza como uma de suas funções. Para tanto, discorro sobre alguns teóricos que retratam essa função, tão forte e viva nos momentos escolares deste adolescente, e que levam a enfatizar a desigualdade social.

No terceiro capítulo, trago as questões mais levantadas nas entrevistas, as que fazem parte do dia a dia do trabalho do técnico na busca pela vaga. Neste item, há algumas



questões fundamentais sobre como se dá a busca pela vaga, quais as principais dificuldades encontradas neste trabalho: a falta de vagas, falta de motivação do adolescente, o preconceito por ele sofrido, o desconhecimento do ECA e a oportunidade de estudar que acaba virando punição foram descritos e analisados a fim de compreender como o Técnico percebe essas dificuldades, assim como sua percepção acerca do direito a educação para todos.

No quarto capítulo, discuto as questões surgidas nas entrevistas, unindo-as a referenciais teóricos a fim de buscar embasamentos que justifiquem as situações vivenciadas ou relatadas pelos técnicos.

Por fim, trago a conclusão do trabalho, considerando todas as bases teóricas nele utilizadas, e as conversas realizadas em forma de entrevistas com os profissionais.

## **O DESPERTAR PARA A PESQUISA – Um breve memorial**

Para introduzir o presente trabalho, seguem considerações iniciais importantes sobre minha trajetória acadêmica e profissional. O tema “Adolescente em Conflito com a Lei” despertou-me interesse quando iniciei determinado trabalho com professores da rede municipal de ensino, na Zona Norte de São Paulo. Funcionária de uma ONG, minha função seria a de orientá-los nos aspectos que envolvessem aprendizagem e comportamentos de seus alunos.

Na condição de psicóloga da ONG, pude conhecer na escola os trabalhos, pensamentos e ações do corpo docente, acabando por ouvir críticas, julgamentos e pré-conceitos relacionados a alunos que ali estudavam por cumprirem medidas socioeducativas em meio aberto. Na verdade, sem conhecer quem eram esses alunos eu já ouvia histórias a seu respeito, quase sempre acompanhadas de má informação sobre os direitos à educação, desconhecimento do ECA ou questões judiciais sobre as formas de cumprimento de medidas socioeducativas, no caso do aluno em questão estar em liberdade assistida.

Assim sendo, além de orientar os professores com relação ao “aluno” que se encontrava “dentro do adolescente” submetido temporariamente à medida socioeducativa, iniciei minhas próprias reflexões acerca de como este adolescente chegou àquela escola, quem era a pessoa que buscava a vaga para ele, e de que forma a família participava deste movimento. Nestas indagações, deparei-me com a existência da figura do técnico de medidas socioeducativas. Fiquei sabendo pelos professores que era ele quem “cuidava” do referido aluno e, desta forma, meu interesse em conhecer seu trabalho só aumentou .

Com o passar do tempo, porém, motivos distanciaram-me do trabalho realizado nas escolas, resultantes de questões políticas ligadas à troca de governo na prefeitura de São Paulo. Distanciada da atividade, minhas inquietações relativas ao trabalho do técnico de medidas socioeducativas ficaram latentes.

Entrando para a vida acadêmica já como docente, minha área de aderência ao curso de Psicologia foi justamente a da psicologia escolar, motivada pelos trabalhos desenvolvidos neste campo. A partir daí, voltei a permanecer muito perto das questões

escolares cotidianas por meio de supervisões de estágios realizados por alunos da graduação e, mais uma vez, pude ouvir situações-problemas trazidas de escolas que ainda desconheciam o ECA, e que de alguma forma procediam inadequadamente nas questões envolvendo alunos cumpridores de medidas socioeducativas. Diante dessa situação, minhas inquietações, mais uma vez, emergiram.

Nos últimos anos, no “Mestrado Técnico Adolescente em Conflito com a lei (MPACL)” deu-se finalmente meu reencontro com o trabalho do técnico, quando minhas inquietações puderam então ocupar um lugar de pesquisa. No decorrer do curso que leva à montagem do projeto propriamente dito, vontades e ideias foram várias, porém os caminhos foram se abrindo à medida que se falava em cumprimento de medidas em meio aberto, liberdade assistida, técnicos de meio aberto, e desta forma se formou minha trajetória inicial. Uma concepção acerca do trabalho do técnico já era o meu caminho.

Baseada nesta concepção, fui em busca de respostas às questões: quais as práticas cotidianas dos profissionais que atuam no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas? Quais os desafios que encontram na tarefa de buscar uma vaga na escola para o estudante? Como são recebidos pelas escolas e quais as principais dificuldades que os técnicos encontram para efetivar a matrícula e posteriormente garantir a permanência do adolescente na escola? Deste modo, a presente dissertação objetivou compreender como os profissionais que atuam em um Programa de Atendimento Socioeducativo, responsáveis pela execução de medidas socioeducativas em meio aberto, percebem a experiência da busca pela vaga na escola.

## **1. Contextualizando o fenômeno adolescente em conflito em a lei: adolescência, adolescente em conflito com a lei, SINASE e medidas socioeducativas e Técnico de medidas socioeducativas.**

Diante do trabalho apresentado, pretende-se discutir neste capítulo as questões ligadas à adolescência, definindo dentro de um contexto sociocultural esta fase, discorrendo também sobre quem é o adolescente que se encontra em conflito com a lei; haverá explanação sobre o Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo no Brasil (SINASE) e por fim, serão expostas informações sobre quem é o técnico que atua em medidas socioeducativas no campo Técnico. Buscar-se-ão dados teóricos e pesquisas relacionadas ao tema, a fim de trazer conceitos mais objetivos para a compreensão dos outros capítulos que seguirão.

### **1.1 Adolescência**

Sabe-se que a adolescência, fase que segundo o ECA situa-se entre 12 e 18 anos, está vinculada a um momento de socialização e de construção de identidade, rica em possibilidades de descobertas, mudanças, experimentação de papéis, novas experiências, condutas e também de novas situações sociais (Pereira, apud DORON; PAROT, 2000; ERICKSON, 1976; OSÓRIO, 1992). Este período da vida é compreendido como uma passagem da dependência infantil à autonomia adulta, nas perspectivas da psicologia e da psicanálise. Porém, dentro de uma perspectiva sócio-histórica, a adolescência está muito além desta visão tão naturalizante.

A adolescência pautada na Psicologia Sócio-histórica é vista como um fenômeno proveniente de mudanças sócio-históricas, como uma construção que ocorre por meio da arte do diálogo, entre o indivíduo e seu meio, Neste caso, podemos destacar Paulo Freire quando retrata a arte do dialogo como dialogicidade, sendo esta a essência da educação como prática da liberdade. O diálogo é tratado como um fenômeno humano (FREIRE, 2005). E assim a adolescência, também através do dialogo aparece em relação às novas mudanças históricas e sociais.

“... O jovem não é algo “por natureza”. Como parceiro social, está ali, com suas características, que são interpretadas nessas relações; tem, então, o modelo para sua construção pessoal. Construídas as significações sociais, os jovens têm a referência para a construção de sua identidade e os elementos para a conversão do social em individual. (Aguiar e Ozella (2008) apud AGUIAR, BOCK e OZELLA, 2001, p.168)

Segundo Leontiev (1978), não há aptidões e características especificamente humanas que tenham sido transmitidas por hereditariedade biológica; nada neste âmbito é somente natural.

“...Todas foram adquiridas no decurso da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes... Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana...” (LEONTIEV, 1978, p. 267)

A abordagem sócio-histórica, então, não nega de forma alguma a existência da adolescência enquanto um conceito importante para a Psicologia. Porém ela não a considera como uma fase natural do desenvolvimento, e sim como uma criação histórica da humanidade. “Um fato que passou a fazer parte da cultura enquanto significado, isto é, um momento interpretado e construído pelos homens, um período constituído historicamente.” (OZELLA, 2003, p.09)

Também para Aguiar, Bock e Ozella (2001), a adolescência é criada historicamente pelo homem, como representação e como fato social e psicológico. É constituída como significado na cultura e na linguagem que permeiam as relações sociais.

Quando se fala em adolescente, pode-se concordar com Ozella (2003), pois, para a psicologia sócio-histórica, não há uma adolescência natural ou pré-determinada. A adolescência foi constituída pelos homens em suas relações sociais e, em vista disso, as características das adolescências também são constituídas nestas mesmas relações sociais.

Pode-se então dizer que, além da característica física, que é individual, toda a adolescência tem as características do meio cultural, social e histórico. Como todo fenômeno humano, torna-se conhecida por sua característica dentro de um marco cultural-social no qual se desenvolve; assim sendo, o meio acaba tendo a maior influência em sua formação.

## **1.2 O Adolescente em conflito com a lei, um perfil social**

No trabalho de Hintze (2007), encontrar-se-á um panorama nacional da problemática do adolescente em conflito com a lei, em que a autora, ao analisar as questões que implicam o desvio social infanto-juvenil, relata que segundo JOLY (2007, p. 80) em uma matéria intitulada como “a tribo dos meninos perdidos”, na revista Veja enfatiza que “as

estatísticas da criminalidade mostram que boa parte dos envolvidos em crimes violentos no Brasil apresenta um perfil bastante definido. São jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 24 anos, geralmente pobres e moradores das periferias dos grandes centros urbanos”. Sobre essa questão, a mesma autora também cita SOUZA & SILVA (2007, p. 99) complementando:

“... Uma das variáveis responsáveis pelo assassinato dos adolescentes e jovens nos centros urbanos é a imagem construída, em relação a uma parcela deles, pela sociedade e pela mídia, falamos, nesse caso, dos que carregam em seu corpo o que pode ser denominado 'kit estigma': ser jovem, do sexo masculino, negro, pobre e morador de periferia ou da favela...”.

Esse estigma, construído socialmente, marca o jovem e o leva para o caminho também ditado pelo social. A exclusão social já ocorreu, ocorreu a desfiliação e ele já foi determinado, já foi desfiliado. Quando aqui, tratamos de desfiliação, dizemos que o jovem segundo Castel (1998), já não pertence mais a uma sociedade que lhe garanta direitos, está desfiliado.

Na pesquisa de Zamora (2007), encontram-se dados sobre o perfil social do adolescente tido como infrator. Ela comenta que, segundo Silva e Guerresi (2003), em 2002 havia no país 9.555 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e internação provisória – supostamente destinados a praticantes de atos infracionais de maior gravidade. Destes internos, 90% eram do sexo masculino; 76% tinham idade entre 16 e 18 anos; 63% não eram brancos e, destes, 97% eram afrodescendentes; 51% não frequentavam a escola; 90% não concluíram o Ensino Fundamental e 49% não trabalhavam (entenda-se aí o trabalho acessível aos menores de 16 anos). Observa-se que os 9.555 adolescentes em privação de liberdade, em 2002, já eram 14.074, em 2006. As percentagens de homicídios praticados por eles, em nível nacional, por exemplo, continuam inalteráveis. A maior parte dos delitos é contra a propriedade. Segundo Carmem Oliveira, da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos (SEDH), o número de adolescentes em privação de liberdade no país cresceu nada menos que 363% em dez anos. E isto faz perceber o quanto o estigma ligado à exclusão social só aumentou.

Já segundo o estudo realizado em 2012 pelo conselho nacional de justiça, objetivando traçar o perfil social do adolescente em conflito com a lei que se encontrava em privação de liberdade, pode-se perceber que cerca de 60% dos jovens entrevistados possuíam entre 15 e 17 anos, e que mais da metade deles não frequentava a escola antes de ingressar na unidade de internação. A maioria dos adolescentes infratores já não estudava aos 14 anos, isto é, evadiram-se da escola entre a quinta e a sexta série. Esse fato vem trazer a necessidade de

se adotar de forma urgente no país políticas específicas voltadas ao combate da evasão escolar no ensino fundamental. Além disso, foi relatado que 8% deles nem chegaram a ser alfabetizados. Quanto à escolaridade, 86% do total de adolescentes privados de liberdade informaram ter cursado apenas até o ensino fundamental. Mais uma vez, a questão da evasão escolar acaba sendo a preocupação: pode-se dizer que, entre vários fatores, a falta de vínculo com a escola e seu distanciamento podem ser considerados fatores que tornam crianças e jovens vulneráveis quanto ao envolvimento com atos infracionais, entre outros riscos (INEP, 2011).

Esse dado particularmente importante deixa aqui muito nítido umas das questões relatadas no decorrer deste trabalho: a desmotivação do adolescente perante a escola, o que só demonstra a necessidade de estabelecer no país políticas específicas voltadas ao combate da evasão escolar no ensino fundamental. Além disso, 8% deles nem sequer chegaram a ser alfabetizados. O mesmo estudo também relatou que a desigualdade entre as regiões do país ficou evidenciada, pois, entre os jovens entrevistados no Nordeste, 20% declararam não saber ler, enquanto no Sul e no Centro-Oeste essa proporção foi de apenas 1%.

Contudo, sabe-se que 12,7% dos adolescentes em conflito com a Lei vieram de famílias que não possuíam nenhuma renda mensal – o que configura miséria. E também que 66% originam-se de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos (Silva e Gueresi, 2003). Mais uma vez se percebe, então, que o perfil do adolescente em conflitualidade está intimamente ligado com seu contexto social e que a exclusão social/desfiliação fica muito mais evidente nesse contexto. Também em dados encontrados no conselho estadual do ministério público, constatou-se que, em todas as regiões do Brasil, o perfil do adolescente encontrado tanto nas unidades de internação quanto de semiliberdade é predominantemente formado por indivíduos do sexo masculino, dos 16 aos 18 anos.

### **1.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -SINASE - é o que existe oficialmente de política pública para organizar e orientar a execução das medidas socioeducativas a que os adolescentes em conflito com a lei são submetidos levando em conta seus direitos. A lei 8069/90 (O Estatuto da Criança e do Adolescente) prevê, em seu artigo 112, que ao jovem a quem for atribuído o cometimento de atos infracionais, poderá ser determinada a sua

passagem por uma medida socioeducativa. Percebe-se, então, o entendimento de que o adolescente que se envolve em atos infracionais pode ter o curso de sua vida alterado através de ações educativas e sua consequente reinserção na rotina normal da sociedade. Segundo Carvalho & Carvalho (2006), encontra-se a questão da educação social, pois estas ações não ocorrerão apenas no âmbito da escola. Logo, percebe-se a intenção de que as chamadas Medidas Socioeducativas se apresentem como um conjunto de ações educativas, focadas em um público em situação de vulnerabilidade social e que ocorrem para além dos limites da escola. Dessa forma, por definição, temos que tais medidas fazem parte do escopo da educação social.

Porém, na literatura, a socioeducação não é pensada como um sinônimo de Educação Social, embora muitas vezes estejam relacionadas, é o que cita Barone & Pereira (2012), “...A educação social está presente nas ações da socioeducação enquanto fundamentos teóricos, nos conteúdos e nas metodologias requeridas para o socioeducador atuar em uma sociedade marcada por processos de dominação e exclusão, nos diferentes contextos...”

Segundo dados do SINASE (2013), a população de adolescentes no Brasil chega a um pouco mais de 20 milhões, isto é, existe menos de um adolescente para cada mil pessoas de outras idades. Dentro deste número menos de 1 adolescente a cada mil cumpre medidas socioeducativas, ou seja, cerca de 0,094% do total de adolescentes do país. Porém, segundo dados do Levantamento Anual da Coordenação-Geral do SINASE em 2012, a taxa de cumprimento de medidas socioeducativas aumentou de 4,5% em 2010 para 10,6% em 2011. O mesmo estudo também relata que os atos infracionais ligados ao tráfico de drogas cresceram de 7,5% em 2010 para 26,6% em 2011. Perante estes dados, pode-se perceber que mais uma vez os principais motivos de internação estão diretamente relacionados às questões sociais vulneráveis a que estes adolescentes acabam sendo expostos em seu meio. Na mesma pesquisa encontram-se dados apontando que entre 2010 e 2011 os atos graves reduziram, denotando que as infrações não são contra a vida, e sim mais ligados a latrocínio, estupro e lesão corporal. Porém, ao mesmo tempo, ocorre o aumento das restrições e da privação de liberdade, como uma forma de sanção ou resposta aos apelos públicos que a mídia mostra à população. Percebe-se que ocorre nestes casos uma situação paradoxal, isto é, diminuem os atos graves de acordo com os estudos, e aumenta o número de privações ou restrições de liberdade para os adolescentes que se encontram em conflito com a lei. Se pensarmos que o uso indiscriminado da internação acaba sendo contrário às medidas de proteção que a lei de nº 12.594/12 impõe, este desvio necessita, num tempo breve, uma intervenção conjunta entre os sistemas de justiça e o poder Executivo.



Diante desses dados, impõe-se acrescentar que os jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, mais precisamente os que estão sendo mencionados nesta pesquisa, de acordo com os técnicos que os assistem, também são moradores de periferia, possuem baixa renda familiar, pouca escolaridade e cumprem a medida por questões não graves ligadas ao descumprimento da lei. Fatos que confirmam os dados das pesquisas anteriores, e que denotam mais uma vez a falta da garantia de direitos e a desfiliação.

A atenção ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa tem, por conseguinte, base em fundamentos estabelecidos de modo integrado, num sistema tomado como política pública nacionalmente articulada, e com características específicas por envolver a Política da Socioeducação. Neste sentido, podemos dizer que tanto o SINASE como o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), são entendidos como avanços expressivos diante dos novos marcos regulatórios: ambos possuem como princípio fundamental aquele que define que os adolescentes são os sujeitos de seus direitos e, dessa forma, criam oportunidades de construção de projetos de autonomia e emancipação cidadã.

De acordo com o SINASE, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, que é o órgão que coordena este sistema, convoca através deste documento todas as instituições do Sistema de Justiça, Governos e todos os profissionais que estão diretamente ligados aos trabalhos direcionados ao adolescente em conflitualidade a contribuírem para que o processo de responsabilização do adolescente possa ter um caráter educativo, fazendo assim com que as medidas socioeducativas venham para (re)instituir direitos e desta forma possam interromper a trajetória infracional e permitir aos adolescentes a inclusão social, educacional, cultural e também Técnico. Diante disso, os adolescentes que cumprem a medida em meio aberto, também estão sendo guiados pelo SINASE, os técnicos que atuam diante das questões sociais ou escolares deste adolescente, procuram fazer com que a execução das medidas sejam cumpridas de forma satisfatória e esperada pela Justiça, porém as circunstâncias legais, sociais, familiares e escolares nem sempre colaboram para que as medidas sejam cumpridas de maneira ideal, conforme se verá mais adiante neste trabalho.

Sabe-se que as políticas sociais, tomadas as da área da Educação como destaque, são as que podem vir a diminuir o envolvimento dos adolescentes com a violência, mesmo compreendendo que outras formas de educação e até mesmo as gestoras de cultura, esportes, lazer também possuem uma importância nestas políticas. Porém, conforme relatado, a escola tem um papel fundamental na formação desse adolescente, e reproduzir a exclusão

social, utilizando-se da discriminação ou preconceito, ou até mesmo procurando excluí-lo deste contexto, acaba sendo um descumprimento das garantias do direito à educação e, sobretudo, um desrespeito ao indivíduo.

Nesse sentido, importa reconhecer e reverter a discriminação e as várias formas de violência a que são submetidos os adolescentes, como um todo. Sabe-se que a adolescência é uma fase da vida que traz grandes oportunidades de aprendizagem, socialização e de desenvolvimento. Logo, os atos infracionais cometidos por adolescentes devem ser entendidos como resultados de circunstâncias sociais que podem e precisam ser transformadas, para que exista uma inserção social saudável, de reais oportunidades para todos, sem distinção.

Até aqui, buscou-se demonstrar que é no seu conjunto que a política de socioeducação é imprescindível, atuando como política pública específica para resgatar dívida histórica da sociedade brasileira para com a população adolescente, maior vítima dos altos índices atuais de violência. É a grande contribuição à edificação de uma sociedade justa, que cuide de seus adolescentes e os proteja.

É público e notório, porém, que SINASE e ECA juntos e consolidados não fizeram automaticamente com que o adolescente, autor de ato infracional, deixasse de ser vítima da desigualdade social perversa. Racismo e outras formas de violência associadas à concentração de renda somam-se à dificuldade de acesso a políticas públicas, e não se resolverão com a adoção de leis penais mais severas, como a que propõe redução da maioria penal: a solução se dará tão somente por meio de medidas capazes de romper com a banalização da violência, e seu ciclo perverso no qual o adolescente está inserido.

Torna-se então urgente e necessário que muito se trabalhe para concretizar princípios já consagrados na legislação, como a garantia da absoluta prioridade a todas as crianças e adolescentes, inclusive os que estão em cumprimento de medidas, pois seus direitos estão previstos pela Constituição Federal e não podem ser menosprezados ou mal interpretados: adolescentes precisam ser compreendidos, respeitados, e ter seus direitos garantidos. Neste trabalho, perceber-se-á que os direitos não estão sendo garantidos quando se trata da inserção escolar, num período específico em que o adolescente submete-se a cumprir medidas socioeducativas.

#### 1.4 Medidas socioeducativas: Definindo

Medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As pessoas que cumprem tais medidas estão na faixa etária entre 12 e 18 anos, podendo-se, excepcionalmente, estender sua aplicação a jovens com até 21 anos incompletos, conforme previsto no art. 2º do ECA. Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo. O ECA trata do ato infracional, conceituando-o em seu artigo 103 como: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Após verificada a prática de ato infracional, o Juiz da Infância e da Juventude é o competente para proferir sentenças socioeducativas, após análise da capacidade do adolescente de cumprir a medida, das circunstâncias do fato e da gravidade da infração.

As medidas socioeducativas estão inseridas nos artigos do ECA e consistem em: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade (PSC); liberdade assistida (LA); inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional.

- ***Advertência (art. 115 do ECA)***

É uma repreensão judicial, com o objetivo de sensibilizar e esclarecer o adolescente sobre as consequências de uma reincidência infracional. Consiste em um aconselhamento verbal, que será reduzido a termo e devidamente assinado.

- ***Obrigação de reparar o dano (art. 116 do ECA)***

Define-se como o ressarcimento por parte do adolescente do dano ou prejuízo econômico causado à vítima.

- ***Prestação de serviços à comunidade (art. 117 do ECA)***

Baseado na realização de tarefas gratuitas e de interesse comunitário por parte do adolescente em conflito com a lei é realizado em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante

jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

- ***Liberdade assistida (arts. 118 e 119 do ECA)***

Consiste no acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei por equipes multidisciplinares, por período mínimo de seis meses, objetivando oferecer atendimento nas diversas áreas de políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e Técnicoização, com vistas à sua promoção social e de sua família, bem como inserção no mercado de trabalho.

- ***Semiliberdade (art. 120 do ECA)***

Refere-se à vinculação do adolescente a unidades especializadas, com restrição da sua liberdade, possibilitada a realização de atividades externas, sendo obrigatórias a escolarização e a Técnicoização. Essa medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

- ***Internação (arts. 121 a 125 do ECA)***

É adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo adolescente se enquadrar nas situações previstas no art. 122, incisos I, II e III, do ECA. Essa medida também não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada mediante decisão fundamentada no máximo a cada seis meses. Porém, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a três anos. Após esse período, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida. A liberação será compulsória aos 21 anos. Portanto, a internação está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

## **1.5 O Técnico de Medidas socioeducativas**

Segundo o Artigo 118, § 1º do ECA, “A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento”. Assim, o técnico que é o funcionário da entidade ou programa de atendimento será a pessoa

que irá acompanhar o adolescente durante o período em que este estiver cumprindo a Medida socioeducativa.

Sabe-se que o cumprimento em meio aberto da medida socioeducativa de liberdade assistida tem como objetivo criar um processo que visa o acompanhamento, auxílio e orientação deste adolescente, assim como sua rede familiar. Sendo assim a intervenção e ação socioeducativa são estruturadas de uma maneira a dar importância a vida social deste adolescente. Família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade são as áreas enfatizadas no programa e cabe ao técnico atuar, colaborando com ações positivas, a fim de que o processo de inclusão social seja alcançado. (SINASE (SEDH/CONANDA, 2006).

Cabe ao técnico, ter entre suas funções a realização do acolhimento do adolescente e da sua família, oferecer um atendimento inicial, realizar visitas em domicílio caso necessárias, oferecer atendimentos individuais e familiares, assim como elaborar relatórios de suas atividades e observações e por fim, estar atuando em equipe, realizando sempre que possível ou necessário, reuniões com a equipe envolvida nestas funções. Estas funções foram observadas e relatadas pelos técnicos entrevistados. Também segundo informações colhidas na pesquisa de campo, pode-se observar que é no acolhimento ou no atendimento inicial que já se inicia a formação de vínculos entre adolescente e ou família e técnico de medidas socioeducativa. Também nestes primeiros contatos, o jovem e sua família são informados e orientados sobre como será o cumprimento da medida, quais as etapas que devem ser cumpridas no que se refere à formação escolar ou educação, profissionalização, possível entrada no mercado de trabalho e socialização, objetivando com isso sua reinserção social, além da educacional. Dentro desses atendimentos, faz-se necessário realizar acompanhamento da realização da medida, como verificar se as tais questões como reinserção escolar, realização de cursos extracurriculares e espaços de profissionalização estão sendo alcançados. Segundo Moraes, A. C. & Malfitano, A. P. S. (2014), “todas essas atividades, constitui-se num importante recurso de intervenção para essa população”.

O SINASE (SEDH/CONANDA, 2006), dentro da execução da medida socioeducativa de liberdade assistida, retrata que a equipe técnica deve ser composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, garantindo de forma adequada o atendimento psicossocial pelo próprio programa ao qual ele está inserido. Em consulta ao mesmo documento, percebe-se que tal lei não determina quais são os requisitos específicos para que uma pessoa possa exercer a função de técnico em medidas socioeducativas em meio

aberto. Porém é percebido a importância de que o interessado tenha aderência à função através de cursos realizados e ou experiências anteriores ligadas em áreas afins e ligadas a políticas públicas. O mesmo documento apenas institui que “a composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência” (Lei no. 12.594, 2012, s.p.). Percebe-se então que existe uma ampla possibilidade de profissões que podem se inseridas quando há a necessidade de se compor a equipe técnica.

Segundo pesquisa realizada por Moraes, A. C. & Malfitano, A. P. S. (2014), nota-se que “o perfil profissional não está posto como prioridade na seleção da equipe técnica, no entanto, é imperativo que os técnicos tenham interesse, aproximação e empatia com a temática e com a população atendida, visto que a qualidade do serviço depende, em grande parte, deste profissional”. Sendo assim, e segundo as mesmas autoras, essas características podem ser consideradas como importantes componentes centrais para que um profissional possa ser inserido para trabalhar nas medidas socioeducativas em meio aberto.

Os Centros de Referência e Assistência Social (CREAS), são referências governamentais responsáveis pelos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, justamente por corresponderem a serviços de proteção especial dos municípios e por atuarem com a população considerada de risco pessoal e social. Segundo a (Resolução 130, 2005), A execução dessas medidas pode ser realizada diretamente pela equipe dos CREAS dos municípios ou por organizações não governamentais (ONGs), situação na qual o serviço é terceirizado. No caso desta pesquisa, vale ressaltar que foi realizada em uma ONG terceirizada do Município de São Paulo.

Seguindo informações oferecidas pelo SINASE (SEDH/CONANDA, 2006), é necessário que o profissional tenha tempo para prestar atenção no adolescente e para isto é importante que ele tenha um grupo reduzido destes sob sua responsabilidade. Em se tratando de adolescentes que estão em Liberdade Assistida, cada técnico poderá acompanhar no máximo até vinte adolescentes.

O técnico deve ter uma postura crítica ao promover a efetivação da ação socioeducativa, garantindo os direitos do adolescente, levando-o a refletir e a transformar-se. Cabe portanto ao técnico assegurar que a promoção desses direitos seja efetiva, uma vez que tal promoção também está ligada à ação socioeducativa (CREPOP/CFP, 2010).

A interlocução com a instituição escolar é necessária, uma vez que, além de estar garantindo os direitos do adolescente, poderá promover uma ação transformadora em sua vida. Isso deve ser muito bem destacado entre as partes, pois a escola atua no processo de desenvolvimento físico, social e intelectual do aluno, sempre colaborando neste processo, e nunca enfatizando de forma negativa a questão de este adolescente estar em conflito com a lei, para que, em vez de ele ter seus direitos garantidos, acabar sendo rotulado e marginalizado pela escola.

Sempre que necessário, cabe ao técnico realizar uma mediação com a escola, ou desenvolver estratégias junto à escola, a fim de que o jovem seja inserido de maneira tranquila no ambiente escolar.

## 2. Pressupostos iniciais

Neste capítulo, quero relatar pressupostos iniciais que trouxeram reflexões para a fundamentação teórica desta pesquisa. Como é sabido, os sujeitos desta pesquisa, são os profissionais técnicos de medidas socioeducativas perante a escola. Embasada neste campo, pretendo discorrer acerca de algumas visões das funções da escola destacadas pelo filósofo Michel Foucault e pelo sociólogo Pierre Bourdieu, tão discutidos na área da educação.

Foucault (1999), por meio de uma análise histórica e inovadora, percebeu tanto no exército como nas fábricas, prisões, asilos e nas escolas da Idade Moderna atitudes de vigilância e adestramento do corpo e da mente do sujeito.

“...É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas...” (FOUCAULT, 1999, p. 42)

Segundo Foucault (1987), as instituições que nos governam, que nos assistem, nada mais são do que “espaços de controle”, controlados por equipes dirigentes. A escola acaba sendo um destes espaços, salientando porém tantos outros espaços que a escola ocupa na vida do adolescente, não sendo só de controle, mas também de socialização, de aprendizagem, de busca de conhecimentos, enfim, há muito que relatar quando se fala em escola, porém focalizarei meu estudo na escola sendo um espaço de controle.

Assim, percebe-se que também na escola acontece o controle dos corpos e dos movimentos, como em uma máquina com rapidez e agilidade, com o melhor desempenho possível, sem imprevistos e com eficácia. A organização da escola é planejada a fim de garantir esta disciplina, como exemplo a disposição das classes e das carteiras, ficando umas atrás das outras, para que desta forma o professor tenha sua melhor visão e controle dos corpos.

O mesmo autor relata que a escola se torna um aparelho para aprender e tudo que foge às normas, às regras, precisa ser corrigido, punido. Existem também alguns mecanismos para ajustar o aluno ao funcionamento da instituição, como as filas, horários a serem cumpridos, as avaliações das capacidades e outras atividades que acontecem na escola e servem como formas de controle. (Foucault, 1987)



Cabe aqui destacar que um dos pontos centrais dos estudos de Foucault é o sujeito, ao qual ele define como algo construído pela sociedade. Segundo Cacicano & Silva (2012), “para a pedagogia, este mesmo sujeito é também visto como um ser previamente estabelecido, portanto, todo ser já nasce sujeito e precisa ser moldado, disciplinado, educado”. Percebe-se, deste modo, que tanto a Pedagogia como o referido autor entendem que o sujeito tem a oportunidade de ser moldado, disciplinado pela educação escolar.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês (1930-2002) que se dedicou à pesquisa das sociedades contemporâneas e das relações que mantêm os diferentes grupos sociais, tendo o sistema de ensino como instituição que permite a reprodução da cultura dominante, propiciou uma análise aprofundada no âmbito escolar e das relações sociais, percebendo um sistema de dominação vigente nestas instituições que o leva a se posicionar contra todas as formas de dominação e de mascaramento da realidade social. Dessa forma, pode-se perceber por intermédio deste autor a reprodução de desigualdades na instituição escolar.

“... A desigualdade implica uma valoração de inferior e superior; uma valorização positiva ou negativa e, portanto, estabelece quem nasceu para mandar e quem nasceu para obedecer; quem nasceu para ser respeitado e quem nasceu só para respeitar. A diferença é uma relação horizontal, nós podemos ser muito diferentes (já nascemos homens ou mulheres, o que é uma diferença fundamental, mas não é uma desigualdade; será uma desigualdade se essa diferença for valorizada no sentido de que os homens são superiores às mulheres, que os brancos são superiores aos negros, que ricos são superiores aos pobres e assim por diante)...” (SOARES, 2004)

A escola surge da necessidade de iniciar a divisão das tarefas, separando de forma hierárquica os saberes, ou seja, a necessidade de sistematizar as diferentes formas de trabalho. Assim surgem as hierarquias sociais que desencadeiam um processo de distribuição desigual. O saber passa a servir ao uso político de reforçar a diferença no lugar de um saber anterior que afirmava a comunidade (Brandão, 1993). Sendo assim, também se percebe a forte influência da escola na formação das desigualdades sociais.

Entre os mecanismos que determinam a função social da escola, pode-se destacar um deles que é o de continuar conservando as desigualdades e reproduzindo as classes sociais já existentes. Neste caso, Bourdieu vem nos dizer que o sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fortalece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”. (BOURDIEU, 1999, p. 41)

Conforme Bourdieu (1999), percebe-se que a herança cultural é a primeira responsável pela diferença inicial da criança na escola, uma vez que cada família transmite certo capital cultural e seu sistema de valores a seus filhos, acabando, deste modo, por contribuir para definir, entre outras coisas, as atitudes no espaço escolar. Assim, quanto mais alta for a categoria social, Técnico, e também o nível cultural dos pais e dos avós, mais elevadas serão as possibilidades de êxito escolar do aluno. Isto é, neste momento já se iniciam os processos de desigualdade escolar.

A escola tende a colaborar com a reprodução das relações de classe ao reproduzir a desigual distribuição, entre as classes, do capital cultural (Bourdieu & Passeron, 2009). Ela fornece aos indivíduos a esperança de vida escolar relacionada com sua posição social. Logo, ela realiza uma seleção que só aumenta as desigualdades reais, e com esta função acaba por contribuir com a visão de que a herança cultural, trazida pela posição social, pode influenciar tanto o êxito escolar e sua continuidade como a desistência do ensino e a escolha do destino.

Pode-se perceber que essa situação não se deve ao dom natural ou a um destino determinado, mas que está intimamente ligada à ideia de que as desigualdades sociais levam a desigualdades culturais. Portanto, os valores sociais são transferidos para valores ou vantagens escolares, e tem-se a conclusão de que a escola assume por função objetiva conservar os valores que acabam por fundamentar a ordem social dominante.

Pode-se também relatar a função reprodutivista da escola que, segundo Bourdieu (1999), trabalha no sentido de continuar conservando as desigualdades e com isso reproduzir as classes sociais. A escola deveria ocupar um espaço de socialização, se no caso lutasse pela função de oferecer aos alunos que são os filhos das classes populares condições de adquirir o tal capital cultural que não herdaram das famílias. Mas nesse contexto, a escola assume por função objetiva continuar conservando os valores que fazem parte da ordem social dominante.

Nota-se, assim, que a ação da escola não caminha no sentido de dar a todos os meios de adquirir aquilo que não lhes é dado, e ela acaba deixando de lado a sua função que é a de transmissão do saber de todos para todos, pois transmite um saber unilateral e com isso estabelece ainda mais as desigualdades que só ela poderia reduzir.

Percebe-se então que tanto Foucault como Bourdieu tratam a escola como reprodutora de estruturas sociais já existentes e determinadas, assim como a visão do homem como objeto, capaz de ser moldado e disciplinado de acordo com as regras sociais pré-existentes. Mas seria ela (escola) somente isso? É preciso perceber se suas funções se limitam a estas questões apenas. E por isso a presente pesquisa busca eleger como sujeitos os técnicos na aplicação das medidas sócioeducativas que atuam indiretamente com a escola, a fim de compreender o que é percebido por eles ante estas questões.

## **2.1 No caminho da pesquisa**

Após muitas reflexões, questionamentos e estudos sobre a função da escola, que já se tornaram meus pressupostos iniciais, decidi ir a campo. Porém, não na escola. Antes dela, fui ao técnico, aquele Técnico que precisa fazer com que as medidas socioeducativas sejam cumpridas, após decisão judicial e, com isso, além de outras atividades tem a tarefa de levar o adolescente a voltar a estudar, isto é, conseguir uma vaga na escola para que ele frequente o ensino. Durante as aulas do curso do mestrado Técnico, conheci, então, pessoas diretamente ligadas ao trabalho de medidas socioeducativas em meio aberto, e aí já era o momento de começar a pesquisa tão desejada.

Fui apresentada a uma técnica que atua na aplicação de medidas socioeducativas que se prontificou a me apresentar a seu gestor. Tive algumas conversas via e-mail e por telefone com ele, e por fim marcamos nosso encontro em seu local de trabalho. No dia e hora pré-agendados, conversamos sobre meus objetivos de pesquisa. Dentro das possibilidades de cada funcionário dele, isto é, os seis técnicos de medidas socioeducativas, fui agendando dia e hora para as possíveis entrevistas.

Nas conversas iniciais com os técnicos já foram criados vínculos, a ponto de eu ser convidada a almoçar e a tomar café com eles na própria unidade. Assuntos variados ocorreram de maneira informal, descontraída, até seguirem de forma mais individualizada. Todos os seis técnicos que ali trabalhavam me receberam muito bem, mostrando-se disponíveis para colaborar na pesquisa, assim como o gestor, que também disponibilizou tempo e informações necessárias para o momento.

As entrevistas aconteceram durante o mês de abril de 2014, em dois dias. Estive no local entrevistando três técnicos em um dia, e depois, no segundo dia, entrevistei mais três técnicos, sempre em dia e hora previamente agendados, de acordo com a disponibilidade de cada Técnico. Aconteceram de forma individual, tendo como tempo médio de cada entrevista 70 minutos, resultando em 6 horas e 35 minutos de entrevistas realizadas.

## **2.2 Construção do método de pesquisa**

Sabe-se que a pesquisa é uma construção artesanal, que não prescinde da criatividade, e que se realiza fundamentalmente por uma linguagem baseada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular, e cujas partes, os entrevistados e o entrevistador, são agentes ativos na sua construção. Sendo assim, partindo de meu problema de pesquisa, que é perceber quais dificuldades são encontradas pelos técnicos na busca pela vaga na escola para o adolescente que está passando pelo cumprimento de medidas socioeducativas, fica estabelecido que ela se apresenta no campo social das relações, e que segundo Minayo (2004, p.15), “...a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante...”

Portanto, a realidade social, que só se aprende por aproximação, conforme Lenin (1955, p. 215 citado em Richardson, 1999) é “...mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela...” e na investigação social, a relação entre pesquisador e seu campo de estudo se estabelece definitivamente, isto é, trata-se aqui de uma condição de pesquisa que deve ser incorporada como critério de realidade e busca de objetivação, em que a investigação abordará o conjunto de expressões humanas que estão nas estruturas sociais, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações.

Enfim, qualquer investigação social precisa contemplar uma característica básica de seu objeto, que é o aspecto qualitativo, e isto também implica dizer que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e em constante transformação, por ser um indivíduo contido em um grupo social e que contém crenças, valores e significados próprios.

Segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a busca de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados. E esta foi uma das contribuições dos sujeitos entrevistados na pesquisa em questão, pois as situações vivenciadas e explicitadas por eles trazem à tona situações de caráter social. Situações estas que mostram uma realidade social que acaba sendo mais bem compreendida quando detalhada. Nos questionamentos desta pesquisa, também se pode compreender que as contribuições que o entrevistado oferece dentro do campo social transcendem as questões individuais.

Na presente pesquisa, percebe-se também que o pesquisador busca tornar-se imparcial na relação de entrevistas, e, com isso, permite aos entrevistados expressarem a própria definição da situação em que são questionados, cabendo ao pesquisador, então, produzir uma descrição coerente e iluminadora da situação baseada no estudo consistente e detalhado das questões tratadas.

Sabe-se que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que pode corresponder a um espaço mais profundo das relações (Minayo, 2004). É desse caráter especificamente qualitativo das ciências sociais e da metodologia apropriada, utilizando perguntas semidirigidas, que este trabalho ganha força, pois adentra no campo social e traz conteúdos necessários para a compreensão das representações sociais em questão.

Demo (1991) observa que o pesquisador, em sua tarefa de descobrir e criar, necessita questionar. É esse questionamento que permite ultrapassar uma simples descoberta e leva à produção do conhecimento. No presente trabalho, a forma de questionar traz um rico diálogo com a realidade dos profissionais, pois busca compreender as situações e com elas trazer novas revelações. Esta forma de questionamentos se dá por meio de entrevistas, em que o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais. Tal técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala, e por meio deste procedimento podem-se obter dados objetivos, mas também subjetivos, isto é, trazem significados relacionados a valores, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados. As entrevistas foram semiestruturadas, contendo perguntas com objetivos claros, porém livres para possíveis formulações futuras, deixando o entrevistado à vontade com o assunto tratado, e livre para considerações que a ele se façam necessárias.

Ainda sobre as entrevistas feitas semiestruturadas, faz-se importante revelar que elas foram realizadas de forma individual, e gravadas no momento com a autorização do entrevistado, isto é, as falas dos entrevistados tiveram um registro escrito, e foram transcritas só após as gravações serem ouvidas. Os registros escritos foram realizados pela ordem nominal, conforme aconteceram as entrevistas, e foram organizados de acordo com as perguntas realizadas e as respectivas respostas.

Já se tratando da análise dos dados, e falando em termos de pesquisa social, pode-se ter como base Minayo (1992), em que ela relata que a análise dos dados pode ter finalidades como estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ou responder às questões formuladas, além de ampliar o assunto pesquisado. Pode-se dizer, portanto, que a análise dos dados da referida pesquisa nos traz estas finalidades de forma clara, levando à compreensão do assunto em termos sociais.

Quando se trata de análise dos conteúdos segundo Berelson (1952, P.18, citado por Minayo 1999, p. 200), percebe-se que “... É uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações e tendo por fim interpretá-los...” Desta forma, tal técnica nos traz categorias estabelecidas por meio de classificações que foram surgindo após leitura flutuante do material coletado. As categorias se configuraram em questões que puderam trazer à tona assuntos coletados e que formam partes de uma realidade social contida no universo pesquisado.

Por fim, procura-se estabelecer articulações entre os dados analisados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos iniciais.

Neste sentido, esta pesquisa não se restringe à utilização de instrumentos apurados de coleta de informações para construir conhecimentos, mas, sim, reúne dados de campo e discussão teórico-conceitual, levando a um compromisso teórico-metodológico tão necessário para a compreensão do assunto tratado. Por isso, no capítulo seguinte, levantar-se-ão dados empíricos da pesquisa contendo as falas dos sujeitos entrevistados sobre a realidade e a perspectiva diante do trabalho desempenhado. As categorias ressaltadas permeiam em torno de como se dá a busca pela vaga na escola para o adolescente em conflito com a lei, como o técnico é recebido pela escola, quais as principais dificuldades encontradas e como esta experiência é vivida pelo Técnico.

### **3 - Busca pela vaga, suas implicações no trabalho do técnico**

Realizadas de forma individual conforme descrito, as entrevistas trouxeram dados e histórias até então desconhecidos: nos diálogos trancorridos, as palavras a mim acrescentaram conhecimento de como se dá o dia a dia do Técnico na busca pela vaga na escola para o adolescente cumpridor de medida socioeducativa em meio aberto.

Neste capítulo, além das falas e reflexões objetivas dos profissionais do socioeducativo acerca do trabalho que desenvolvem, existe minha busca por compreender a expressão subjetiva nas suas palavras mas também nos seus silêncios e reticências, de forma a oferecer uma compreensão da perspectiva desses atores sobre as dinâmicas sociais que atravessam a escola.

Serão apresentados trechos das entrevistas que tratavam do processo de busca pela vaga: no que se refere à escolarização, o técnico em medidas socioeducativas tem a função de orientar e auxiliar na reinserção escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

Segundo relatos de uma das entrevistadas, já se percebe como ocorre o início da reinserção escolar:

“...O Técnico em Medidas Socioeducativas orienta e auxilia a reinserção escolar de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Orienta as famílias para realizarem o cadastro escolar em qualquer escola da Rede Pública de Ensino...” (Maria)

#### **3.1 Cadastro no sistema único de ensino**

O Técnico inicia seu trabalho orientando as famílias dos jovens que estão sob sua responsabilidade a procurar por uma escola da rede pública de ensino, para que, providenciado o cadastro escolar, seja dado assim o início da matrícula.

As informações no portal da Secretaria Municipal de Educação seguem a mesma diretriz: para realizar o cadastro, os pais ou responsáveis devem dirigir-se a uma escola de ensino fundamental da rede pública, estadual ou municipal, para fornecer os dados da criança ou do jovem que automaticamente são incluídos no sistema único informatizado. Depois disso, cada família é comunicada sobre a matrícula que poderá ocorrer em escola estadual ou municipal, próxima à residência do aluno. Percebe-se, portanto, que os técnicos atuam exatamente conforme orientação da Secretaria de Educação.

Dos técnicos entrevistados, cinco deles relatam na entrevista que é a família que precisa ter interesse, responsabilidade em procurar a escola para o filho. Segue o relato de Vania, uma das técnicas:

“... Aí eu oriento a família a procurar a vaga, acho que a família e que tem que fazer esta tarefa, não é porque ele está em LA que eu tenho que fazer isto, é a família a responsável... Responsabilidade da família é procurar o bem estar do adolescente...”

A partir do cadastro efetuado, será dever do Estado ou do Município localizar escola próxima da residência do interessado, encaminhá-lo para a matrícula e, conseqüentemente, garantir a frequência escolar. Neste momento a responsabilidade também passa a ser do Estado, e o que antes era dever familiar torna-se agora dever do Estado, ficando a cargo do órgão público encaminhar o adolescente já cadastrado à vaga disponível.

Foi comum, porém, perceber que nem todas as famílias mencionadas pelos profissionais conseguem realizar o cadastro de maneira simples, ocorrendo já neste processo os primeiros problemas. Casos como o relatado por Vania, em que ela percebe que muitas vezes a família não realiza seu dever.

“...mas como você fala para o pai fazer a matrícula muitos deles acabam não indo para a escola com facilidade... Ele tem um discurso, que a escola é importante, que o garoto tem que ir pra escola para ser alguém na vida, mas na hora que ele precisa fazer a parte dele, acaba não indo, pois diz que o filho não vai frequentar, não quer ir à escola...”

Este relato traduz uma aceitação da família a uma possível negação do filho em frequentar a escola, levando o técnico a precisar se posicionar de uma maneira que o familiar também perceba sua responsabilidade na medida socioeducativa que o adolescente precisa cumprir, fato este relatado por Ana “... mas eu tenho vários pais, pai que é bem difícil que dá vontade de levantar a voz...aí eu falo: - Senhor eu estou pedindo mas vai chegar um momento que será o juiz que vai cobrar você...” A vaga na escola é uma exigência do judiciário e o objetivo de um técnico é alcançar o encerramento da medida; desse modo, o técnico se vê compelido a desempenhar um papel mais incisivo, seguindo o enquadramento da família num modelo a ser esperado.

Pode-se dizer então que o técnico acaba também representando a autoridade do Estado, seguindo a perspectiva dos juízes. Esta reprodução, segundo Bourdieu & Passeron



(2009), pode ser a sociedade reproduzindo sua própria estrutura, na que há um interesse da classe dominante em manter a classe social. Uma reprodução então é a repetição da mesma coisa, o técnico repete o que o juiz ordena, faz com que a família repita um comportamento. A reprodução social consiste na transmissão e aquisição de valores sem inovar nada, sem mudar o que lhe foi passado.

Esta mesma reprodução social, que o técnico não só repete mas também mantém, refere-se à estrutura social e aos papéis nela existentes, em que cada um se mantém no seu lado e, desta forma, as desigualdades sociais, econômicas e políticas acabam se reproduzindo.

Na pesquisa de Malvasi (2012), encontram-se referências de que os direitos das crianças e adolescentes são uma *“faca de dois gumes”*. O autor traz citações de Fonseca e Cardarello, (2009) que relatam que o ECA trouxe forte impacto para o jovem brasileiro, mas nem sempre de forma esperada, pois há uma expectativa irrealista de que o judiciário possa resolver todos os problemas da sociedade e que as grandes diversidades entre os adolescentes são desconsideradas. Segundo MALVASI (2012)

“...pensamentos e práticas assim orientadas redundam na normatização da conduta, corporalidade, moral e modo de vida dos jovens “em conflito com a lei”, realçando a dubiedade e a contradição presentes na lógica de proteção e correção do sistema socioeducativo...”

O mesmo autor reforça que o sistema socioeducativo é composto por repressão das forças de segurança, conjugada via promoção das áreas da saúde e assistência social. Para tanto, um jovem traficante dentro do sistema socioeducativo precisa reconhecer sua situação de estar vulnerável e, com isso, aceitar mudanças em seu estilo de vida, afastando-se de condições ou comportamentos eleitos como de vulnerabilidade, para assim ser incluído; desta forma, ele vive uma sujeição de vida saudável (Malvasi, 2012). E o técnico, como um Técnico do meio socioeducativo, apresenta-se no papel de impor esta sujeição ao adolescente, do que é esperado socialmente, para que assim se cumpram as regras que a reprodução social espera.

Outra interpretação apresentada pelos técnicos é a de que a família também deixa de realizar seu dever por estar cansada de lutar pelos direitos, como se todos os direitos já estivessem tão difíceis de conseguir, que não conseguir a vaga é só mais um não na vida. “... Eles falam um: - Não consegui vaga, Não consegui vaga. Como se fosse mais um não na vida, que já era esperado mesmo, e esperam de nós uma alternativa, aceitar um não faz parte da vida, são tantos

nãos, é mais um não...” (Maria). E com isso a família desiste de sua responsabilidade, devolve ao técnico o problema, como se a partir desse momento coubesse a ele resolver a situação. Enfim, muitas vezes ele parece se sentir sozinho, percebendo que nem sempre pode contar com a família do adolescente. O técnico sabe que é dever dela procurar a vaga, conforme orientações da Secretaria da Educação mas, na realidade, em alguns momentos, acaba ficando com ele mesmo este dever. O técnico assume um papel que não é dele, porém o faz para que o direito à educação seja cumprido.

“A entidade, ao receber o adolescente, torna-se responsável por fazer os encaminhamentos para a “rede de proteção integral” – serviços públicos (inclusive aqueles prestados por organizações não-governamentais) para atender os direitos de educação formal, saúde pública, formação para o trabalho etc. Entretanto, esta “rede” que compõe os serviços públicos não tem garantido os atendimentos<sup>1</sup>. Observei em campo a reiteração do processo que Gabriel Feltran (2008a) chama de “expansão da gestão”; as entidades responsáveis pelo atendimento em meio aberto assumem atividades que não são inicialmente de sua responsabilidade e, assim, o adolescente fica enredado em um universo circunscrito sem o “direito a ter direitos”. Tal enredamento contradiz o princípio de “incompletude institucional” (SEDH 2005)<sup>2</sup>” (MALVASI, 2012 p. 183).

Uma das entrevistadas, ao ser perguntado como ela percebe a importância que a família dá à instituição de ensino, relata que a família tem um principal papel na formação da subjetividade do adolescente e, se ela estiver presente, as medidas socioeducativas serão mais eficientes.

“...Importa dizer que o núcleo social que está contido o adolescente e o jovem infrator é um importante apoio moral e psicológico, uma vez que a família também pode ser representada como uma instituição formadora de subjetividade. Obvio que existindo uma família preocupada e presente, sempre haverá maior eficiência das medidas socioeducativas que objetivam a ressocialização” (Ana)

---

<sup>1</sup> Como bem destaca Gabriel Feltran, ao analisar um caso de sua pesquisa de campo, há uma série de condições que permite aos serviços negar o atendimento ao adolescente. “Pois o menino não tem escolaridade suficiente para o curso de informática; seus antecedentes criminais e tatuagens impedem sua inserção no trabalho formal; ele é viciado em crack e não há tratamento disponível no sistema de saúde. Não há, portanto, na rede de proteção realmente existente, possibilidade de encaminhamento desse adolescente” (Feltran 2008a, p. 333).

<sup>2</sup> Segundo este princípio, “a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e não o seu contrário, ou seja, os programas fechados em seus próprios atendimentos e ofertas de atividades” (SEDH 2005, p. 48).

Também foram relatados casos em que, após o cadastro efetivado, nem sempre há a vaga disponível, acarretando com isso certa demora em efetivar a matrícula, a entrevistada Paula comenta que às vezes a vaga na rede Estadual de ensino pode demorar até 1 ano para ficar disponível, pois depende da época em que o aluno busca a vaga. Mas independentemente da época em se procura a vaga, o adolescente não pode ficar muito tempo à espera: mais uma vez, o técnico precisa fazer acontecer. Nestas situações, a família é orientada a novamente voltar na escola em que realizou o cadastro, já com um encaminhamento fornecido pelo técnico, constando nele artigos do ECA mencionando o direito à educação, e solicitando que a escola preencha dados sobre o porquê da indisponibilidade da vaga. Segundo os técnicos, este documento não é fornecido para a família no primeiro contato com a escola, para que não haja nenhum tipo de preconceito ou discriminação sobre o futuro aluno, pois com este documento é clara sua identificação como sendo um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Esta é forma de perceber da técnica Maria:

“... penso no preconceito, por isso que a gente prefere não encaminhar esta carta nossa, dizendo que ele é um adolescente em cumprimento de medida, para evitar que a escola use da discriminação... Esta carta pode ajudar como pode atrapalhar, depende de quem estiver lá, de quem receber esta carta na hora...”

Por este relato, percebe-se que o técnico fica em situação ambivalente. A referida carta pode despertar preconceito e discriminação em relação ao jovem em cumprimento de medida, impondo à liberação da vaga ainda mais dificuldades. Porém, considerando a carta como auxiliar na obtenção da vaga, ainda há relatos de situações em que, mesmo com seu encaminhamento, existe certa demora para a obtenção da vaga. Cabe daí ao técnico entrar em contato com a Diretoria de Ensino, para que interfira no evento. Cumpridas as etapas, persistindo a demora na solução, o Juiz responsável pela medida socioeducativa daquele adolescente ao ser comunicado fará uma solicitação judicial à instituição de ensino. Recebida a solicitação judicial, esta escola cumprirá seu dever ao efetivar a matrícula do aluno, encerrando, assim, este primeiro passo.

Segundo relatos, essa ida à escola para realizar o cadastro pode trazer transtornos, que vão desde a demora pela efetivação da matrícula até a exposição do adolescente que passa no momento por cumprimento de medida socioeducativa, incluindo a possibilidade de a família não ter interesse em procurar pela vaga, ou que termine desistindo da busca diante de tanta demora num processo que pode incluir até uso de força judicial. São

situações que, de modo concreto, demonstram o quanto o direito à educação acaba sendo desrespeitado.

Dessa forma, percebe-se que o papel do técnico, de garantir que o direito seja cumprido, pode incluir ter de superar obstáculos. Seu dever de orientar a família para que seja efetivado o cadastro do qual depende a conclusão da matrícula passa a ter variáveis complicadoras, dificultando o percurso simples de um direito à educação.

Percebe-se que uma simples questão, a de conseguir uma vaga na escola, que é um dever do Estado e um direito de todos, envolve uma trama complexa de relações institucionais. Conforme MALVASI (2012, p. 159)

“...O sistema socioeducativo constitui-se em um campo político complexo e que envolve diversos atores institucionais. Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos de Direitos; polícias e secretarias municipais e estaduais – principalmente áreas da saúde, assistência social e educação –, parcerias entre órgãos governamentais e não-governamentais. No discurso institucional da política pública, esta se caracteriza pela busca por “ações descentralizadas” construídas de modo “participativo” e “articulação intersetorial das áreas de políticas públicas” no âmbito municipal, estadual e federal compõem interfaces entre os programas de atendimento para garantir a “universalidade” das políticas e dos serviços. Uma imbricada rede de interesses e perspectivas, de disputas, marcam a gestão do sistema. No cerne de todo este emaranhado institucional, há (idealmente) o adolescente autor de ato infracional – o “sujeito de direitos” para o qual todo o sistema deve convergir”.

Sendo assim, o adolescente fica preso a um “emaranhado” em que o objetivo de buscar uma vaga na escola acaba se transformando em outro problema de políticas públicas.

Considero importante ressaltar ainda as palavras de uma das entrevistadas, quando relata que a pressa em conseguir a vaga pode também estar associada ao desejo do adolescente em querer frequentar a escola. “... Se o adolescente chegar aqui e diz que quer estudar, temos que agir rápido, pois o adolescente tem um tempo diferente da gente, ele é mais rápido, vive momentos, então precisamos ter pressa, agir mais rápido..” (Paula). Os técnicos neste momento sentem seu desejo no desejo do outro, e isto os fortalece ainda mais a desempenharem sua atividade Técnico no âmbito de inserir o adolescente na escola; eles são fortalecidos, e vão em busca da vaga de forma emergente, pois reconhecem que o jovem pode ter comportamentos imediatistas e o tempo de espera da parte dele pode ser curto.

### 3.2 Disponibilidade de vagas na rede de ensino

No decorrer das entrevistas, pude perceber um problema muito comum, mencionado também em redes de comunicação, principalmente em momento que tange a questões políticas: o problema da não disponibilidade de vagas na rede pública de ensino. Comentário recorrente entre os entrevistados, item registrado como um dos principais problemas que o futuro aluno enfrenta. Seguem exemplos destes relatos tão presentes nas falas dos entrevistados, quando questionados sobre as dificuldades encontradas na busca pela vaga.

“...É a falta de vaga... Se não fosse isso seria fácil. Se tiver superlotação da escola, fica difícil...” (Luciano)

“...Primeiro penso que a escola pode estar abarrotada de alunos mesmo e por isso não tem vaga, é a falta de vaga mesmo, as escolas não possuem espaços para mais um aluno...” (Maria)

“...Geralmente não tem vaga, segundo eles não têm vaga...” (Leonardo)

Esse problema de falta de vaga nas escolas públicas torna-se outro fator relevante para a demora no cumprimento das medidas socioeducativas pelo adolescente. Embora todo futuro aluno possa passar pela situação, o fato se agrava quando se tem um tempo para cumprir a medida, e mais ainda quando o adolescente e questão tem pressa, anseia pelos estudos. Ao esbarrar em políticas públicas que deixam a desejar, em vez de sentir-se pressionado, como um Técnico que não aceita justificativas vazias o técnico se utiliza de maneiras outras para conseguir seu objetivo primeiro: a vaga na instituição de ensino para o adolescente sob sua responsabilidade.

### 3.3 A Matrícula

Após o percurso para a efetivação do cadastro, e o posterior comunicado sobre a disponibilidade da vaga, busquei compreender como se dá o caminho para a matrícula, sabendo que a família continua responsável pelo referido processo, subordinado à Secretaria da Educação.

O técnico orienta a família sobre tal processo, porém também se percebem alguns tropeços por parte da família ou do próprio adolescente, conforme relatado nas entrevistas. Há casos em que os pais não demonstram interesse em efetivar a matrícula, como neste, narrado por Maria:

“...Nós falamos que mesmo que o filho fale que não quer estudar, seu papel é fazer a matrícula, faça a matrícula e se ele não for à escola depois é outra questão, você tem que fazer seu papel de pai, a gente pontua isso, mas temos vários pais que não vão à escola, que não fazem a matrícula, que ficam parados...”

Nesse exemplo, nota-se o envolvimento do Técnico a fim de que o adolescente volte a frequentar a escola, mesmo tendo como obstáculo a família que não demonstra interesse em querer fazer a matrícula, que não assume para si a responsabilidade, e aceita a condição de possível negação do filho em não querer ir para a escola.

Mais uma vez o tempo gasto nesses impasses está em questão, pois cabe ao técnico auxiliar o adolescente a fim de que a medida socioeducativa seja realizada no prazo determinado pelo judiciário, mas alguns fatores externos acabam por não contribuir. Compreendo com isso um possível sentimento de impotência por parte do Técnico, porém cabe ao técnico não aceitar para si esta situação. Percebo em seus relatos que ele “luta”, “esbraveja”, a fim de que continue sendo capaz de fazer valer o dever da família, que é o de procurar os meios para que o direito à educação não seja perdido.

Tratando-se ainda do efetivar a matrícula, encontra-se outra situação relatada por uma das entrevistadas. Esta menciona que o cadastro no sistema informatizado pode também trazer consequências negativas, acarretando outros transtornos que poderiam ser evitados se a matrícula já pudesse ser realizada no primeiro momento em que a família procurasse a escola, sem que precisasse passar por um cadastro único.

“...Eu acho que este sistema ajuda em algumas situações, no nosso caso não ajuda em nada, pois era bem melhor se a escola já desse a vaga na hora para a família, mas não é assim mais, quando a família faz o cadastro, demora uns 10 dias para sair a vaga, mas tem pessoas que esperam mais tempo, às vezes tem que ficar no pé da escola, ficar indo lá sempre... Às vezes a família quer uma escola e quando sai a vaga vai para outra escola, que às vezes a família não quer. Eu tive um caso de um menino que queria estudar à noite, quando saiu a vaga dele, era para a parte da manhã, mas ele não quis, porque ele já era um menino bem grande e não queria estudar junto com crianças pequenas, e nem daria certo mesmo né... Ai fizemos um novo cadastro para o EJA que é à noite, quando saiu a vaga peguei o papel na escola e levei pra mãe fazer a matrícula... a mãe me disse que ele não quer naquela escola, mas como foi lá que a vaga saiu, ela teria que ir fazer a matrícula, já que ele queira à noite, eu já falei pra mãe que ela tinha que ir fazer a matrícula...”  
(Vania)

Neste caso, percebe-se que o técnico orienta e a família segue como foi orientada, porém as escolhas feitas pela família ou pelo adolescente acabam não sendo respeitadas. O cadastro informatizado é uma maneira um tanto quanto impessoal de tratar o futuro aluno, situação esta que não ocorre na relação técnico-adolescente-família, pois nos relatos foram percebidas preocupações com os desejos do adolescente em questão. Um tratamento de relações sociais, em que o vínculo afetivo ocupa seu lugar, faz-se necessário na atual situação do adolescente que passa por conflito com a lei.

A mesma entrevistada relata outra questão com relação à dificuldade na realização da matrícula, que é a constante mudança de endereço da família.

“...A mãe tem que esperar a escola ligar para eles depois de alguns dias, para falar se a vaga saiu, onde eles têm que fazer a matrícula, mas têm famílias que mudam muito de endereço e quando a escola liga a família não mora mais, já mudou de lá, e aí fica tudo perdido...” (Vania)

Com este relato, percebe-se outro fator que contribui para a não efetivação da matrícula, e o técnico, após duras conquistas, sente que voltou ao início: mesmo com orientações todas corretas, caminhos trilhados pela família de forma satisfatória, quando a vaga é afinal conquistada, tudo se perde se a escola não puder mais localizar a família. É situação que parece frustrante para o Técnico que, nesse momento, poderá sentir-se impotente diante do ocorrido.

### **3.4 Manter a frequência, difícil caminho**

Quando o técnico chega ao “final do início” (como costumam falar), que foi conseguir que a família fizesse o cadastro, a vaga fosse disponibilizada e a matrícula realizada, um novo e difícil desafio começa: a manutenção da frequência na escola. É a hora de o adolescente começar, ou melhor, recomeçar a frequentar as aulas. Com isso, a tarefa do Técnico que tinha por objetivo reinserir o adolescente na escola, parece estar terminando. Porém, surgem novos desafios e, com eles, mais entraves.

Nos relatos dos entrevistados, pode-se perceber que manter o adolescente na escola também é uma tarefa difícil, pois existem situações intraescolares que fazem com que o adolescente se desestimele. Segue o relato de Maria:

“...o menino vai pra escola e não entende nada do que é falado, até porque tem uma questão de atraso na aprendizagem, ele vai pra escola e volta sem

entender nada do que é falado lá e acaba não tendo significado nenhum para ele estar lá...”

Outro relato trata da desmotivação acarretada também pelas dificuldades na aprendizagem, “...o que que adianta o aluno ir para a escola se não está aprendendo nada, ele não tem vontade, chega na oitava série sem saber ler e escrever...” (Leonardo). Nestes dois relatos percebemos a falha educacional acarretada por uma educação tradicional, em que os limites ou dificuldades de cada indivíduo acabam não sendo respeitados. O mesmo entrevistado relata que “...a escola tem que ter um diferencial, como artes, cultura, outras formas de aprendizagem... Tem que motivar o garoto..”. Nestes casos, os técnicos que tanto objetivaram seu adolescente estar inserido em uma instituição de ensino, veem-se frustrados por compreenderem que, para o adolescente em questão, estar na escola não tem significado algum. Parece estar ali apenas para ser mais um aluno matriculado, sem nenhuma motivação oferecida pela escola.

Também nos relatos de Leonardo, encontra-se a mesma situação quando ele retrata o que pensa sobre a escola “...A escola não tem significado nenhum para estes meninos, não tem nada para oferecer para eles... Esta é a minha visão, né, posso estar equivocado, mas é o que penso..... a escola não tem nada para oferecer...” Nota-se nestas falas que mesmo o técnico percebendo que a escola não está oferecendo o que os adolescentes precisam, é nela que eles precisam estar inseridos, pois faz parte da medida socioeducativa o estar na escola, para que a medida seja concluída e encerrada judicialmente, como relata o técnico Leonardo, “... Com todos estes problemas a escola ainda é a única forma de eles estarem saindo desta situação...”. Então, ainda assim, a escola acaba sendo um espaço de recuperação, ela é um fator de proteção e inclusão social, possuindo uma grande influência na formação do adolescente. Deveria, portanto estar mais bem preparada para recebê-lo.

“... A Escola desempenha um importante papel social, que pode ser aprimorado com estratégias e metodologias diferenciadas de ensino, assim como capacitação adequada dos professores para a recepção de adolescentes e jovens em conflito com a lei...” (Ana). “... mas a escola não colabora como deveria, deveria colaborar mais..” (Leonardo)

Segundo a visão dos profissionais entrevistados, a escola possui um papel importante na formação do adolescente, mas, por ela não fugir ao padrão tradicional, estar ali acarreta apenas respeitar o que é imposto socialmente, fazendo com que o adolescente não se sinta atraído pelo ambiente escolar, procurando estar fora dele assim que possível.



“...ele não se identifica com a escola, ela traz um padrão, se você entra na escola estará entrando em uma cadeia, você olha e vai ver lá grades, vigilantes, pessoas presas, um adolescente quando está do lado de fora ele fala. Eu não quero isso pra mim, não vou ficar aqui..” “...Então, eu converso com eles esta situação. Eu falo: - Então cara a escola é chata, ela é chata, mas não é por isso que você deve sair, se você sair não sou eu o prejudicado e sim você mesmo, porque o juiz vai lhe cobrar, você tem o direito de ficar na escola e se é seu direito não saia disso, se você sair seu direito será violado. Mas isso nem sempre dá certo..” “... Eles falam que não querem estudar, que a escola é chata...” (Luciano)

Uma outra entrevistada relata também que “.. Para a escola, ele não tem motivação, a escola não tem interesse em segurar este menino...”(Vania). Com todos esses relatos parece que a escola não faz questão de que este adolescente permaneça lá, que tenha frequência nas aulas.

Encontrei relatos que mostram bem o caso de rejeição do aluno por frequentar a escola e, na contrapartida, a resistência por parte da instituição, temendo que este aluno traga-lhe conflitos.

“...Primeiro a própria rejeição do adolescente e do jovem em querer estudar...” “...Em segundo plano as dificuldades se mostram nos estabelecimentos, que de imediato apresentam resistências na inserção de conflitos sociais...” (Ana)

Nesse relato, percebe-se que o Técnico enfrenta dois tipos de rejeição: a do aluno em frequentar a escola, e a da escola em aceitar o aluno, por estar em liberdade assistida. Com relação ao adolescente, cabe ao técnico utilizar-se de argumentações relevantes e até de convencimento “... Primeiro a própria rejeição do adolescente e do jovem em querer estudar, depois seu convencimento de que a escola o recuperará para a sociedade com progressos e evolução...” (Ana) e também a entrevistada Paula que relata “... a gente tenta mostrar que o estudo vai ser importante para ele não pela medida e sim pela vida...” É como se o técnico precisasse ainda fazer o pedido para que o adolescente estude, a fim de levá-lo a compreender que frequentar a escola se faz importante tanto para seu futuro no que se refere à mudança de vida no âmbito social e Técnico, como também para a realização do cumprimento da medida, visto que, estar na escola é um dos fatores principais para que o Juiz possa encerrar o processo.

Neste sentido, não se pode deixar de falar sobre o papel da escola na vida desses adolescentes, e mais precisamente o que a escola representa, para que se possa compreender essa resistência relatada pelos técnicos. Sabe-se que escola é um dos espaços de

controle, em que os corpos são domesticados (Foucault, 1987), isto é, ocorre na escola uma forma de dominação que Bourdieu (1999) também traz em seus escritos. Este autor ainda relata que a escola continua por conservar a desigualdade social, tendo como função objetiva continuar conservando os valores que fazem parte da ordem social dominante. Pode-se compreender, assim, tal resistência, pois o adolescente não tem interesse em estar em local que reforça desigualdades, promove sua manutenção. Assim, como não se interessa por espaços opressores. Como exemplo, temos um fato relatado pelo técnico que demonstra perceber como esta escola se situa, e o que o adolescente pensa sobre ela: “...ela traz um padrão, se você entra na escola estará entrando em uma cadeia, você olha e vai ver lá grades, vigilantes, pessoa presas, um adolescente quando está do lado de fora ele fala, eu não quero isso pra mim, não vou ficar aqui..”.(Luciano). Vê-se perfeitamente traduzido pelo técnico o que Foucault já trazia em suas percepções, porém, a escola também possui seu papel social integrativo e oferece ao aluno novas experiências e desafios. Conforme relata Rego (2003, p. 98, 99):

“...a escola, entendida como um local que possibilita uma vivência social diferente do grupo familiar (...), tem um relevante papel, que não é, como já se pensou, o de compensar carências (...) do aluno e sim o de oferecer a oportunidade de ele ter acesso a informações e experiências novas e desafiadoras (...), capazes de provocar transformações e de desencadear novos processos de desenvolvimento e comportamento...”

O espaço opressor também oferece oportunidades de transformações, socialização, aquisição de conhecimentos, mas que não se mostram tão atrativos para o adolescente, para quem o clima de opressão e de reprodução das desigualdades prevalece, sentimento compartilhado e narrado pelo técnico.

E quando essa conversa atinge o objetivo almejado, isto é, o adolescente compreende que deve, sim, frequentar a escola, ainda encontra-se ainda nas entrevistas relatos que trazem outras questões, problemas por parte da instituição de ensino, que resiste em aceitar ali o adolescente, por sabê-lo em liberdade assistida, em cumprimento de medida socioeducativa, tido como quem poderá oferecer riscos de conflitos sociais. No relato de dois dos entrevistados, encontra-se a questão do preconceito presente nos comportamentos dos profissionais da escola..

“...A dificuldade é a questão do preconceito, os professores tem uma visão preconceituosa... Se o adolescente passou pela fundação ele é visto como o diferente é às vezes o adolescente mostra esta visão que percebem dele, mas

não e nada disso...às vezes a escola tem visão de vagabundo, de que só podia ser ele mesmo a fazer algo errado na aula, etc...”(Luciano)

“...Mas eles colocam uma série de dificuldades, enfocando que o menino é de LA e aí eu tento dizer que o menino é igual a qualquer outro adolescente, que tem direito e que este direito deve prevalecer, ele não pode ser tratado diferente, mas ele é tratado diferente a partir de que a escola descobre que ele é um LA, não são todas assim, mas têm escolas que é assim, infelizmente...” (Leonardo)

Todos esses fatos acarretam ao técnico cada vez mais desgaste, pois a escola, ou melhor, alguns de seus profissionais apresentam comportamento de discriminação, de preconceito, ao acreditar que o adolescente em questão lhe trará problemas ligados a conflitos sociais, a comportamentos agressivos ou destrutivos, por exemplo. Como se os alunos que ali estão não apresentassem nenhum tipo destes problemas. Nota-se que os profissionais da escola já esperam que o adolescente que está em conflito com a lei lhes dê problemas, fazendo com que a profecia da autorrealização<sup>3</sup> se cumpra.

Fato sobre o qual cabe ao técnico também atuar, mostrar aos profissionais da instituição de ensino que o adolescente que está chegando para iniciar a frequência na escola deverá ser visto e tratado como qualquer outro aluno. Esta descrição encontra-se no relato de Paula “...Os direitos são os mesmos e os procedimentos devem ser os mesmos, não pode ter diferença...”. O técnico mais uma vez atua, fazendo valer o direito à educação para todos, sem distinção ou discriminação.

### **3.5 Desconhecimento do ECA**

Falando ainda sobre os profissionais da escola, nas entrevistas pude ouvir o quanto o técnico percebe o desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente na escola: “...eu acho que a escola deveria saber sobre o ECA...” relata uma das entrevistadas, Paula. Já Vania acrescenta que “... Tem que existir uma diretoria com uma visão muito boa do ECA...” quando retrata os problemas ocasionados por preconceito que estão ligados ao adolescente em

---

<sup>3</sup> "Alguém profetiza um evento, e a expectativa do evento muda o comportamento de quem fez a profecia de tal modo que torna a profecia mais provável" (Rosenthal, 1966, pág. 196 apud Brito & Lomonaco, 1983).

conflito com a lei. Outro entrevistado demonstra que se precisa realizar um trabalho de informação sobre o ECA, e que gostaria de poder atuar mais, diante das escolas.

“... tem muita escola que não sabe o que é LA e a gente tenta esclarecer e falar sobre o ECA...” “...Eu brigo mesmo com as escolas, vou sempre às escolas, mas tenho um desejo de um dia reunir todas as escolas, diretores e mediadores, junto com a defensoria pública e explicar como é a medida, falar sobre o ECA, mas tem que ser todas juntas, para dar certo... penso que se fizer isso as medidas seriam melhores compreendidas pelas escolas...” (Leonardo).

Esse desconhecimento encontra-se relatado em outras pesquisas que discorrem sobre o assunto, dentro do curso de especialização em mestrado: adolescente em conflito com a lei. Na pesquisa de Souza (2011), é destacado que a maioria dos professores se coloca com ressalvas ao estatuto, alegando desconhecer seu conteúdo, ou possui resistências a este dispositivo. Os que alegam conhecer o Estatuto são poucos, e chegam a dizer que há nele somente direitos e não deveres, mostrando, assim, desconhecimento sobre o ECA, numa interpretação equivocada de que o ECA traz apenas argumentos de defesas para os adolescentes. Existe também em andamento uma pesquisa apontando que apenas alguns professores consideram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como avançado em termos de lei, porém acreditam que não é bem aplicado. Por outro lado, a maioria dos educadores entende o conjunto de normas como um dos causadores da situação de caos e desordem em sala de aula. Essa é a primeira conclusão de uma pesquisa de doutorado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), da Universidade de São Paulo (USP), que analisa o que representa o ECA para os educadores da rede pública de ensino e as implicações dessa visão nos processos de mediação e prevenção da violência nas escolas. As distintas opiniões e percepções se dão pelo desconhecimento do Estatuto, concluem o doutorando e autor do estudo, Daniel Massayuki, e o professor e orientador da pesquisa, Sérgio Kodato. “Eles não têm noção do ECA, não conhecem as leis, é um conhecimento estereotipado. O ECA é o bode expiatório”, analisa Kodato em entrevista ao Promenino.

Essa constatação traz reflexões e certa indignação aos técnicos, pois a escola é o lugar em que se concentra um número grande de crianças e adolescentes, e o conhecimento acerca de leis que asseguram direitos e deveres acaba sendo primordial aos profissionais que atuam neste espaço. Não deveria ser preciso que um técnico de medidas socioeducativas tivesse como uma de suas atribuições oferecer informações ou até mesmo formações sobre do

que trata o ECA. Na verdade, seu conteúdo deveria estar incluído na formação dos professores, afinal crianças e jovens precisam estar assegurados dentro deste Estatuto, todos eles, não só o adolescente que está em conflito com a lei, porém a necessidade só emerge quando se trata deste adolescente.

Pode-se dizer, então, que se os profissionais de educação conhecessem mais sobre o ECA, sobre as leis que tratam de medidas socioeducativas, os problemas que surgem por seu desconhecimento seriam minimizados, e o adolescente seria ressocializado de maneira mais tranquila, sem muitos desgastes. Assim como também a escola estaria mais bem preparada e, com isso, ofereceria projetos ou programas ligados à reinserção escolar, fornecendo ao adolescente a real oportunidade de recuperação, pois isto é o que relata a entrevistada Ana:

“...Os profissionais destas instituições (diretores, coordenadores e professores) deveriam ter melhor preparo para aceitação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, de maneira que já tivessem desenvolvido programas, métodos, estratégias e dinâmicas que os fizessem se adaptar no primeiro momento da reinserção. Na sequência deveria haver programas que objetivassem especificamente a recuperação destes jovens no âmbito da escola...”

### **3.6 Direito à educação x punição**

Pelos relatos, entende-se que os técnicos entrevistados chegam à conclusão de que alguns adolescentes recebem o fato de cumprir a medida socioeducativa por meio de frequência escolar como fator de punição. Segundo Vania, a escola representa para os adolescentes um castigo, isto é, eles não a veem como um direito, e sim como uma obrigação. Escola vira obrigação é o que diz Paula, e ela relata que o adolescente percebe que ir à escola é uma obrigação.

“... Ele acha que é uma obrigação, pois a mãe fala que tem que estudar, a gente fala que ele tem que estudar, alguns vem com a medida que exige a escolarização...” “... Já veio um menino com uma medida que dizia escolarização compulsória...e eu me perguntei compulsório por quê? Não é obrigação e sim direito dele...”

Ao Juiz propor ao adolescente em liberdade assistida que ele deverá estar estudando para que tal medida seja encerrada, surge a interpretação de que estudar é necessário, mas não tanto para o futuro, e sim para que o cumprimento de sua medida em

vigor seja concluído. Denota mesmo que não passa de mera obrigação ir à escola, apesar de os técnicos procurarem mostrar que frequentá-la pode trazer muitos outros benefícios; mas para o adolescente a importância está na finalização da medida socioeducativa.

Segundo uma das entrevistadas, a própria medida já se torna uma punição, “...o direito foi transformado em obrigação pelo judiciário, o garoto tem que estudar e pronto...” diz Maria. Da medida que tem um cunho educativo, vira medida como forma de punição. O próprio poder Judiciário permite que isso transpareça em sua conduta. Estudar, segundo Paula, torna-se “... uma punição e não uma medida pedagógica, ela tem que estimular, ela tem que proporcionar, ela não pode ser obrigação ou punição, então para muitos é um dever e para outros é um direito que acaba virando uma obrigação...”. Os técnicos percebem que alguns dos adolescentes acabam estudando por estarem obrigados judicialmente, e não por acreditarem que os estudos lhes trarão novas possibilidades de um futuro melhor.

Alguns estudos nos mostram que a educação associada à punição já vem de longa data. Veronesi & Oliveira (2008), quando tratam do campo da educação, apontam para a necessidade de ruptura com o modelo educativo pautado no adestramento, no castigo e nas punições, modo pelo qual a educação se constitui desde os seus primórdios. Nesse mesmo trabalho é retratada uma lógica dualista na história da educação da humanidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que a educação intelectual é valorizada, tornou-se igualmente rígido o disciplinamento dos sujeitos, por meio de práticas punitivas para correção dos erros. Portanto, punição e educação passam a caminhar lado a lado desde a antiguidade. Porém, as autoras indicam que foi no século XIX que uma nova concepção de prisão veio à tona, com vistas a uma dupla finalidade ética: o encarceramento do indivíduo como forma de reparo ao mal praticado, mas também como forma de levá-lo a se arrepender pelo ato praticado e não voltar mais a praticá-lo.

Está aí a questão tão bem retratada pelo técnicos. Pensando que a escola segundo Foucault se apresenta como prisão, fazer com que o adolescente esteja inserido nela é levá-lo a ser encarcerado para reparar o mal, seu desvio legal. O Sistema Judiciário age de tal maneira que, ao incluir nas medidas socioeducativas que o adolescente precisa estar estudando, é o mesmo que dizer que ele precisa reparar o dano, ser castigado. Por isso é compreendido pelo técnico que o direito à educação acaba virando punição.

Mais uma vez, o técnico de medidas socioeducativas sente-se refém de uma situação que não é a desejada: parece que seu trabalho anda na contramão, submetido a

questões que atrapalham o cumprimento adequado da medida socioeducativa, de modo ideal, satisfatório, sem dificuldades.

### **3.7 Sentimentos em face das dificuldades**

Diante de todas essas questões, quero compreender melhor como o Técnico se sente em face das dificuldades encontradas, pois não parece fácil ter um objetivo e, para conquistá-lo, precisar passar por tantas dificuldades causadas por fatores externos, tais como falta de interesse familiar, ausência de desejo de estudar, burocracia, preconceitos, entre outros. Então, mais uma vez o técnico sente-se frustrado, indignado pela situação em que se encontra. “... E o meu sentimento é de indignação, muita indignação...” (Leonardo). Esta indignação retrata o quanto as dificuldades encontradas não precisariam existir se os direitos do cidadão fossem respeitados desde seu nascimento, e se as políticas públicas suprissem as necessidades de saúde e educação de todos, sem distinção de classes. O pesquisador e antropólogo Paulo Malvasi retrata bem os sentimentos do Técnico.

“ As consequências emocionais para os profissionais variam da frustração ao niilismo, da revolta ao cinismo, do desespero à resignação. Mergulhados nas contradições do mundo social e sem os meios para suprir as deficiências da política estatal, os profissionais da área vivem tais contradições sob a forma de dramas pessoais” (MALVASI, 2012, p.191).

O técnico em medidas socioeducativas acaba sofrendo impactos e frustrações em várias situações, segundo a entrevistada Ana. Já Paula comenta que “...A gente está correndo atrás para dar tudo certo, mas com tantas dificuldades pela frente, pra gente é frustrante...”. Esta frustração relatada mostra que nem sempre o trabalho é realizado de uma forma tranquila. É uma frustração vinda de entraves externos, que não deveriam estar ocorrendo. Se o Estado realizasse seu papel de maneira eficaz, talvez estudar não fosse tão ruim para tais adolescentes.

Porém, a frustração sentida pelo Técnico não o desanima em seu trabalho, ele tem força para ser insistente, e a utiliza de maneiras diversas para conquistar o objetivo final.

“...Mas o que mais acontece é a frustração, embora o tempo também seja importante, não podemos desistir, temos que ser insistentes, se não saiu a vaga hoje, vamos tentar amanhã ou depois, temos que estar sempre no pé, e aí pode ser recompensador pela nessa insistência ...” (Paula)

Finalmente, percebo nas falas dos entrevistados um sentimento de trabalho cumprido, de meta conquistada Segundo Ana “...Sempre é gratificante a recolocação de um membro alterado em uma reinserção socioeducativa que o reedificará socialmente...” “...É recompensante e gratificador, quando tudo dá certo...”, diz Paula. Esta sensação de gratificação parece transcender pela equipe, pois segundo Ana “...O empenho da equipe técnica é medido pela eficiência do que se consegue para os adolescentes que, em cada caso efetivado com sucesso, existe um sabor de vitória no decorrer do processo...”.

Com isso, percebe-se que o sabor de vitória é contagiante, toda a equipe que trabalha com o adolescente em meio aberto, envolvida na sua reinserção na rede de ensino, sente que o dever foi cumprido, que tudo deu certo, e que o adolescente frequenta as aulas sem encontrar dificuldades.

Enfim, a medida caminha para ser encerrada pelo poder judiciário, caso o único item seja esse, de que o jovem deva estar estudando. O adolescente assim deixará de estar em conflito com a lei, para ser visto como um aluno igual aos outros, e o técnico terminará seu trabalho com o jovem em questão, encerrando de forma satisfatória mais um caso.



#### **4 - Considerações sobre o contexto escolar à luz dos desafios de inserção de adolescentes em conflito com a lei**

Diante das entrevistas realizadas, acredito ser importante trazer neste capítulo uma análise que discuta o papel social que se espera da escola e contrapor às dificuldades relatadas pelos técnicos na busca pela vaga. Também discuto algumas noções usadas pelos técnicos quando tratam dos aspectos sociais e culturais que envolvem a dificuldade de manter o adolescente na escola, a saber, as noções de preconceito, discriminação e falta de motivação em estar na escola. Todos esses pontos foram trazidos pelos técnicos, e fazem com que o cumprimento da medida socioeducativa seja realizada de forma às vezes conturbada, perante tantas dificuldades no que se refere à escola.

##### **4.1 O Adolescente e a Escola**

Neste primeiro item, busco realizar uma discussão com a bibliografia especializada do tema *escola*, particularmente os debates sobre a importância da escola na vida do adolescente.

Sabe-se que o adolescente constrói seu processo de subjetivação apropriando-se do que lhe é singular no contato com a universalidade, e, portanto, seus contatos estão direcionados no âmbito de comunidade: escolas, centros culturais, moradias, igrejas, e outros. Quando se fala em escolas, que fazem parte do enredo, da história deste adolescente, fala-se da instituição que acaba por entrelaçar significados cristalizados com ressignificações feitas por ele mesmo. Portanto, a escola torna-se uma instituição formadora de subjetividades e também forma o que é um adolescente, pois espera dele comportamentos característicos que lhe são dados pela ordem social.

Pode-se perceber que a escola tanto é um espaço social como um espaço disciplinador, e se utiliza de mecanismos disciplinares a fim de domesticar os corpos com o intuito de produzir novas subjetividades. Dessa forma, pensando na escola dentro de uma perspectiva foucaultiana, encontra-se um espaço que se constitui com o poder disciplinar e normalizador, produzindo homens submissos às técnicas de poder.

Sabe-se que a historização dos meios pelos quais o ensino e a aprendizagem têm sido constituídos e transformados ao longo dos tempos é fundamental para compreender a

sociedade atual, bem como os rumos das práticas educativas da reforma escolar. A escola, na concepção de Foucault (2004), é um espaço que articula o saber e o poder na constituição do homem, já que, na concepção do autor, as instituições educacionais colaboram para articular o conhecimento do saber moderno e do poder disciplinar, tendo o homem como resultado desta configuração, produzindo, assim, novas subjetividades.

Foucault analisa a constituição do sujeito a partir de certo tipo de conhecimento, ou seja, dos seus modos de subjetivação em um determinado tempo e lugar. Ele afirma que o sujeito se constitui como objeto de conhecimento na relação entre os regimes de saber, de poder e de subjetividade, isto é, a partir dos jogos de verdade estabelecidos em torno do objeto-sujeito, em que o conhecimento sobre determinado campo se dá por meio da construção de discursos, saberes, práticas e poderes (Foucault, 2004 apud Takeiti 2011).

“...O processo dessa subjetivação se origina do poder e do saber, e cria, uma vez constituída, uma dimensão da subjetividade que não depende deles. Mas, enquanto analisada do ponto de vista do processo de sua constituição, não se pode deixar de considerar as relações de poder tratadas por Foucault...” (FONSECA, 2007, p.30).

Já Gros, 2008, citado por Takeiti (2011), vem afirmar que o sujeito, para Foucault, deve ser “compreendido como transformável, modificável: é um sujeito que se constrói, que se dá regras de existência e conduta, que se forma através dos exercícios, das práticas, das técnicas, etc.” (2011, p.70). Contudo, o sujeito é um ser social, logo, a sociedade também acaba exercendo sobre ele esse poder de transformação, e, mais ainda, a instituição à qual ele faz parte tem um papel primordial em sua constituição como sujeito social.

Essas reflexões constituem, portanto, o fio condutor que alimenta ideias, noções e problematizações acerca da produção dos modos de subjetivação em jovens populares urbanos, os quais, diante de contextos marcados pela violência, desigualdades e vulnerabilidades, criam ou inventam outras formas de viver, resistindo às invisibilidades do cotidiano. (TAKEITI, 2011)

Também, pode-se dizer que as estruturas sociais e mentais têm raízes históricas e, desse modo, elas são construídas na relação com a cultura na qual estão inseridas (Vygotsky, 1991). A cultura então está presente na maneira como os indivíduos significam sua

realidade, de forma que a constituição da subjetividade deve ser analisada enquanto um sistema complexo, que é produzido tanto nos níveis sociais como no individual. Pensando então que a subjetividade atua sobre a realidade, modificando-a e sendo modificada por ela, existe um processo dialético e, conforme Ristum (2001), o homem, ao agir sobre a realidade, cria por meio dessa ação, novas condições para sua vivência, evidenciando o quanto é impossível se desvincular da sociedade.

Nesse processo, a escola pode vir a se tornar uma grande oportunidade de inclusão social, sendo importante que sua estrutura, sua proposta e ações pedagógicas garantam uma educação social de qualidade, que busque desenvolver atitudes e habilidades do aluno, possibilitando ao educando ampliação de sua compreensão de mundo. Baseado nisso, pode-se dizer que as experiências individuais, dentro e fora da escola, sempre poderão afetar a construção da identidade do jovem. A escola é, portanto, um espaço de apropriação da cultura e participação social ativa, que irá contribuir para a relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo que o cerca. (Marsico; Iannaccone, 2012 Citado por PADOVANI & RISTUM, 2013).

Conforme se vê, a escola na qual o adolescente está inserido tem papel fundamental em sua formação social, cultural, intelectual, e também relacional. Além de leis que se voltem para a educação como um direito, importa a escola ser reconhecida como o meio mais eficaz na formação do jovem: o momento que se passa nela acaba sendo decisivo, único, insubstituível na formação do cidadão. Se a escola for deixada de lado, não haverá outro ambiente intermediário entre a família e a sociedade.

A escola também fornece um espaço de proteção, pois é ambiente propício para que o estudante forme sua maneira de viver saudável, uma que envolva os padrões cognitivos, emocionais, afetivos, culturais, comportamentais e sociais do indivíduo. Desse modo, a escola tem um papel vital como fator protetor, no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. (JESUS & FERRIANI, 2008)

Ao se pensar que também é na escola que ocorre a educação, deve-se salientar que, segundo (Vygotsky, 1991), a educação pode ampliar a capacidade de pensar do indivíduo, e a valorização da escola contribui para a formação de um homem preocupado com a coletividade, que é capaz de empreender ações que possam vir a transformar a sociedade.

Formação que também pode ser traduzida como uma promoção de mudanças que objetivam aprimorar o convívio social.

Sabendo de toda a importância da escola na vida do adolescente, diante das dificuldades encontradas na busca pela vaga, o técnico sente-se estarecido; além de defender que o direito à educação seja cumprido, ele sabe o quanto de benefícios aquele adolescente, que no momento está em conflito com a lei, pode obter se a escola realmente estiver disposta a exercer sua função socializadora.

Percebe-se que, em sua individualidade, o jovem está vinculado a uma rede de interdependência, rede esta composta por várias instituições, sendo uma delas a escolar. Ele não tem como modificar nem romper voluntariamente com essa rede, mas, enquanto estiver nela, viverá dentro de um tecido de relações móveis que acabam por colocar sobre ele características, modificando seu caráter pessoal. (Elias, 1990). Esse contexto funcional, entretanto, possui uma estrutura específica e, ao mesmo tempo, leis próprias das relações entre os indivíduos. Talvez seja dessa lei própria que se possa falar, quando os técnicos se deparam com dificuldades como pais que não querem fazer a matrícula por acharem que os filhos não querem estudar, adolescentes que não querem ir à escola, por não terem motivação para isso, e sobretudo a lei própria que é, mesmo compreendendo que o adolescente não tem vontade de ir à escola, fazer com que ele entenda que estudar é importante para sua vida. É desta lei vivida nas relações que o técnico, a escola e o adolescente estão inseridos.

Sabe-se que nas sociedades atuais a educação, humanização do homem, está sob a responsabilidade da escola. Pode-se daí perceber que a escola promove a socialização do adolescente em seu meio, porém, sendo a escola uma instituição socializadora, acaba também por cumprir um papel totalmente conservador e reprodutor da sociedade. Segundo Bourdieu & Passeron (1975), toda ação pedagógica é uma forma de violência simbólica, pois reproduz a cultura dominante, suas significações e convenções, impondo um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder, com consequências para o adolescente que está em formação social, pois acaba sendo construído pela instituição escola, a fim de que a ordem social seja perpetuada.

“... o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força..”. (BOURDIEU, 1999, p.311)

Nesse sentido, percebe-se que a escola, por exercer a violência simbólica, acaba por forçar as pessoas a agirem de tal forma que não percebam legitimar com isso a ordem vigente, e o sistema educacional consegue produzir uma ação coercitiva, segundo Bourdieu, em que cada aluno é levado a agir segundo normas e valores que os caracteriza como pertencentes a determinado grupo ou classe social.

Pode-se destacar o papel do técnico indo no mesmo sentido, ao se pensar sua função como socializadora e reprodutora: desempenhando sua tarefa, faz com que as medidas socioeducativas sejam cumpridas dentro das normas do Judiciário, reproduzindo um querer social.

Sabe-se que a escola não apenas constrói diversas dinâmicas de interação como também reproduz e às vezes ressignifica aquelas dinâmicas preexistentes. Pensando nisso, as relações baseadas na exclusão, preconceito ou discriminação também podem levar a escola a exercer a função reprodutora, ao repetir desigualdades sociais. A Escola parece prolongar os determinismos sociais ditados pela classe de origem, pois se a sociedade produz desigualdades, a escola perpetua o ciclo, reproduzindo-as. Nesse sentido, pode-se citar Bourdieu & Passeron (1975, p.5), onde relatam que “A ação pedagógica reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de um determinado grupo social”.

Ao tratar todos os educandos como iguais em direitos e deveres, a escola sanciona as desigualdades iniciais com respeito à cultura. Percebe-se que o poder judiciário também assim age, pois decide que o adolescente tem de estar matriculado em uma instituição de ensino para que sua medida seja encerrada e, com isso, reproduz o que a sociedade faz, determina as relações de poder, não dá valor aos desejos individuais. Nesse sentido, o técnico acaba também por reproduzir, pois precisa fazer seu trabalho no tocante ao cumprimento das medidas; desse modo, a desigualdade social que já existia, tende a ampliar-se.

Já segundo Soares (2004), “.. A desigualdade implica uma valoração de inferior e superior; uma valorização positiva ou negativa e, portanto, estabelece quem nasceu para mandar e quem nasceu para obedecer; quem nasceu para ser respeitado e quem nasceu só para respeitar. A diferença é uma relação horizontal, nós podemos ser muito diferentes (já nascemos homens ou mulheres, o que é uma diferença fundamental, mas não é uma desigualdade; será uma desigualdade se essa diferença for valorizada no sentido de que os homens são superiores às mulheres, que os brancos são superiores aos negros, que ricos são superiores aos pobres e assim por diante)...”.

De acordo com Birmam (2009), percebe-se que a questão que marca as juventudes contemporâneas vem diante de uma ordem social na qual ser jovem significa não ter garantias de encontrar na sociedade um lugar legitimado. Essa questão traz uma reflexão sobre o adolescente que é construído pelo social e depois é também abandonado por este mesmo meio, pois não encontra no meio seu lugar. Como resultado dessa formação histórica e social tem-se, até hoje, uma predominância do descaso e da indiferença das políticas públicas voltadas para as juventudes, mais precisamente as juventudes pobres, produzindo ou continuando mais uma vez a desigualdade social.

Conforme Junqueira & Jacob (2006), as duras condições de vida de grande parte dos brasileiros se expressam em questões sociais que revelam a violação dos seus direitos fundamentais. Direitos estes que, segundo relatos dos entrevistados, acabam sendo dificultados por vários fatores.

É de conhecimento de todos que o Brasil tem sido considerado um dos países com maiores índices de concentração de renda e riqueza. Sabe-se que o salário mínimo da população brasileira ainda não supre as necessidades básicas dos trabalhadores e, por conseguinte, a exclusão social, ou melhor, a desfiliação utilizada por Castel (2004)<sup>4</sup> acaba por continuar a reprodução da desigualdade social. Encontra-se um exemplo disso em relatos dos entrevistados, trazendo-nos uma percepção crítica da situação da educação para jovens de classes populares. Isso só acarreta ainda mais a violação dos direitos, a desfiliação, a reprodução social que mostra quem manda e quem obedece, e assim por diante. E é por meio da escola que o técnico percebe tais violências sociais.

Quando se fala em adolescentes, em suas histórias que também perpassam por essas questões de renda salarial familiar, pode-se ter um cenário pouco motivador na busca por um lugar ao sol. Dessa forma, segundo IAMAMOTO (2002):

“...a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas, culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização...” (2002, p. 26).

---

<sup>4</sup> Segundo Castel (2004), o espaço de existência social que mais cresce é o da desfiliação, que está relacionada às mudanças nas relações de trabalho, nas redes de sociabilidade primária e na forma como emergem rupturas em relação ao status social no qual cada indivíduo deve estar inscrito.

Assim, considera-se tal problemática uma das particularidades da questão social na área da infância e da juventude, como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista.

As crianças e os adolescentes acabam sendo umas das parcelas mais expostas às situações de desfiliação, e, muitas vezes, o ingresso no mundo infracional ocorre neste cenário, em que os adolescentes, na busca por pertencimentos, identidades, autoestima, acabam sendo levados para tal lado. Mas, sobretudo, são inúmeros os fatores que podem levar um adolescente a cometer um ato infracional, e a desigualdade social está entre eles, assim como a carência absoluta por condições básicas de sobrevivência, isto é, baixo ou nenhum nível salarial, como dito anteriormente.

Tendo como base o ECA, em que o adolescente é visto como uma pessoa em situação peculiar em desenvolvimento, no qual goza de todos os direitos e de proteção social, deve-se estar atentos aos direitos não cumpridos, e como isso pode levar este mesmo adolescente a passar a estar em conflito com a lei. Para entendimento deste fenômeno, D'Agostini (2004) citado por Luchessi (2010, P.4) relata que:

“... desde a antiguidade até os dias de hoje promoveram violências contra criança e adolescente, que auxiliaram na “fabricação do autor de ato infracional infante/juvenil”, pois o “delinquir”, com toda a certeza, não faz parte de “um estado natural” do ser humano, principalmente, quando se trata de crianças e adolescentes que, pelas várias faltas... - às vezes falta-lhes tudo! -, desde educação, amor, respeito até entendimento, tolerância etc..., que lhes possibilitem um bem e bom viver, com dignidade e a desenvolver relações amorosas e sadias, etc...etc...! Estas faltas todas, sem sombra de dúvida, os levam a transgredir as Leis e as normas entendidas como de boa convivência social, pois, para muito deles, o que sobra?...”

No Contexto de uma desigualdade em clara evidência, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz avanços em relação ao tratamento formal ao adolescente em conflito com a lei; sob orientação legal de seu conteúdo, busca-se o cumprimento das garantias e dos direitos que todo cidadão deve ter, e, neste caso, o adolescente em conflitualidade também está incluído, para que a sua história de vida seja marcada pela efetivação dos direitos desde seu nascimento, e que não haja exclusão social, digo desfiliação, muito menos educacional, em sua trajetória escolar. O técnico é nesse sentido o Técnico que faz com que o cumprimento daqueles direitos aconteça, e a desigualdade não tome uma proporção indesejada.

## **4.2 As dificuldades do Adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas na escola**

Perante o exposto, durante as entrevistas foram relatadas pelos técnicos que atuam em medidas socioeducativas as dificuldades que se somam às de ordem burocrática ao se buscar conseguir vaga em escola para o adolescente em conflito com a lei, tais como interferência dissimulada de discriminação e preconceito; quando ele já se encontra inserido na escola, além das relatadas, há outras dificuldades em mantê-lo frequentando as aulas, como sua falta de motivação em estar na escola. Não basta o acesso à escola, é preciso entrar e permanecer, permanência que se garante com critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico, próprio do ensino/aprendizagem. Pretendo nestes itens tratar de forma teórica cada um destes assuntos.

### **4.2.1. Discriminação e preconceito da escola com relação ao adolescente em conflito com a lei**

De acordo com o artigo 7 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, "todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação." Sabe-se que, ao longo dos anos, a Organização das Nações Unidas tem feito vários esforços para erradicar a discriminação nas sociedades das nações integrantes.

É fundamental, em primeiro lugar, diferenciar o que é preconceito e discriminação. Segundo Guimarães (2004), o preconceito, como seu próprio nome já indica, é uma crença, uma idéia pré-concebida acerca de atributos e qualidades de indivíduos a partir de características específicas. Logo, é uma opinião que se tem, dentro de um tempo antecipado, que não conta com informações corretas e coerentes suficientes para que se possa emitir um verdadeiro julgamento, uma verdadeira e real opinião. Os preconceitos são opiniões apressadas, que podem surgir de opiniões de outras pessoas, que já foram repassadas de forma errada; pura repetição, sem que haja consciência sobre o que se expressa. Pode ocorrer que, após tanto ser repetido, terminemos por pensar que o que se repete seja verdadeiro, pois é o que nos parece: uma vez que todos pensam do mesmo modo sobre determinada situação, ou pessoa, toma-se como verdadeira aquela opinião.

Geralmente, o preconceito contra certas pessoas ou grupos de pessoas nasce dos estereótipos, isto é, um conjunto de traços que, dentro da opinião errônea, e até mesmo



generalizada, caracteriza um grupo, levando-o a ser discriminado.

Já discriminação é vista como um fenômeno sociológico, e ainda são, Segundo Chauí (2007), males universais, sendo um dos principais motivos para conflitos no mundo. A discriminação diz respeito a comportamentos e tratamento diferencial de pessoas, é uma atitude adversa perante uma característica específica e diferente. Uma pessoa pode ser discriminada por causa da sua raça, do seu gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, situação social, etc. Segundo Abramovay (2010), “a discriminação vem sempre precedida do preconceito, ou seja, age-se de maneira diferencial por se acreditar em inferioridades ou superioridades intrínsecas de determinados indivíduos”.

Quando se fala em discriminação na escola, podem-se destacar as violências cometidas contra alunos, professores, membros da equipe da direção e demais indivíduos presentes no ambiente escolar. A discriminação traz consigo um forte componente ao qual Bourdieu (1989) conceituou como violência simbólica, ou seja, “ a violência que se exerce também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro” (Zaluar & Leal, 2001). Nesse sentido, é notável o poder do preconceito sofrido, de influência na conformação de identidades individuais, especialmente quando se trata de alunos, sejam eles crianças, adolescentes ou jovens.

No caso desta pesquisa, foi revelada a questão da discriminação e preconceito com relação ao adolescente que está em cumprimento de medida socioeducativa, pois é queixa relatada pelos profissionais que atuam diretamente com o adolescente, que acabam percebendo das escolas tal conduta, ou até mesmo ouvindo dos adolescentes histórias que relatam esse drama social.

Quase todos os entrevistados relataram em suas dificuldades a presença de preconceito e da discriminação com relação ao adolescente em conflito com a lei, mais precisamente com relação ao que está em Liberdade Assistida. Penso que este tipo de tratamento só leva à exclusão ainda maior, por tratar o aluno como desigual. Ao se pensar na questão do preconceito e discriminação na escola, precisa-se pensar sobre outros pontos importantes, que já fazem parte do individual, das subjetividades dos profissionais da educação, ou até mesmo da reprodução social. Nesse contexto, percebe-se que a escola assume por função objetiva conservar os valores que fundamentam a ordem social dominante.

Em relatos nas entrevistas com os técnicos, percebe-se o preconceito dos funcionários da escola ou dos professores para com o aluno que está passando por um processo conflitivo perante a lei. Já se encontra aí um processo de discriminação gerado pelo preconceito, criado por uma ideia pré-concebida sobre este adolescente, como convocar o técnico quando o jovem em questão apresenta algum comportamento agressivo, sendo que, no caso de outros alunos que não estão em cumprimento de medida socioeducativa, são os pais os convocados. Isso já é um comportamento discriminatório, pois seu papel de aluno acaba anulado, sobrepondo sua condição momentânea.

Com relação às discriminações sofridas, encontra-se mais uma vez um fenômeno sociológico, em que as desigualdades são enaltecidas, como se o estar cumprindo medida socioeducativa o faça diferente de outro aluno, em um local que tem como função educar, socializar, transformar o adolescente em cidadão consciente de seu papel social.

Pensando que a discriminação acontece quando há uma atitude adversa perante uma característica específica e diferente, logo esta atitude resulta na destruição ou comprometimento dos direitos fundamentais do ser humano, prejudicando o indivíduo no seu contexto social, cultural, político ou econômico.

Assim sendo, um dos pressupostos das diretrizes que devem dirigir os conteúdos curriculares da escola é o da igualdade de condições, que é assegurada e protegida pelo poder público (BRASIL, 1988, art. 206, I). Essa igualdade é baseada em que todos os membros da sociedade tenham condições iguais de acesso aos benefícios oferecidos pelo conhecimento, para que possam participar em termos de escolha ou até de concorrência em situações, em que a sociedade considera como importante, para que os tais membros possam ser bem sucedidos e reconhecidos como iguais.

A igualdade torna-se, pois, o pressuposto fundamental do direito à educação, não podendo de forma alguma existir qualquer tipo de discriminação ou preconceito que façam com que os direitos sejam negados, anulados.

Nas entrevistas, portanto, pode-se encontrar relatos em que o técnico vivencia a discriminação sofrida pelo adolescente em conflito com a lei. O técnico, nesse sentido, faz valer a igualdade, levando a escola a perceber que o adolescente em conflito com a lei é um aluno neste estabelecimento de ensino, e deve ser visto como tal.

#### **4.2.2 Falta de motivação do adolescente em conflito com a lei para frequentar a escola**

Neste item, pretende-se discorrer sobre uma das dificuldades relatadas pelos técnicos, que é a falta de motivação que o adolescente tem em frequentar as aulas. Os técnicos caracterizam a escola como não atraente ao adolescente, uma instituição que não oferece atrativos de forma a manter o adolescente inserido e fazendo parte desta. Eles percebem que os adolescentes já trazem histórias não significativas de sua vida escolar, alguns já foram excluídos dela desde antes do conflito com a lei, ocorrendo de diferentes formas esta exclusão. Nessa falta de motivação, pode-se destacar a questão das dificuldades na aprendizagem, em que o aluno não consegue acompanhar o que é ensinado e, por isso, desmotiva-se a estar ali; há até um caso relatado de uma jovem que, ao sentir-se indignada por tantas vezes que a escola “pegava no seu pé”, começou a faltar demais e, com isso, perdeu a vaga, isto é, o técnico percebe que a escola não faz questão de ter o adolescente ali, colaborando na sua desmotivação, e no conseqüente abandono da escola.

Uma outra característica importante dada à escola pelos técnicos é a de estar sucateada, sem um valor significativo, e isso faz com que o adolescente não queira estar ali inserido. Para tanto, será tratado a seguir o que realmente se compreende sobre falta de motivação, segundo alguns autores.

No ambiente escolar, muito se tem falado e discutido sobre a questão da motivação ou falta desta nos alunos. Sabe-se que a queda da motivação pode levar a um declínio no investimento pessoal para a realização das tarefas ligadas à aprendizagem, fazendo com que o aluno não se sinta preparado para enfrentar situações ligadas à cidadania ou até mesmo a se realizarem como pessoas. (Bzuneck, 2009), isto é, a falta de motivação poderá levar o aluno a não se realizar pessoal e profissionalmente em sua vida.

Nesta pesquisa, muito se falou sobre esse sintoma, tanto da família, que tem desmotivação, não tem interesse em fazer a matrícula por achar que o filho não vai querer ir à escola, como do adolescente, que não tem vontade de estar na escola. Segundo relatos de entrevistados, a escola não tem significado nenhum para os adolescentes em questão, pois não oferece atrativos que poderiam fazer com que ele se motivasse. Alguns adolescentes já trazem em suas histórias experiências desmotivadoras com relação à escola, e não possuem

motivação para retornar a esta instituição, e, por isso alguns pais relutam na busca pela vaga ou efetivação da matrícula; segundo os técnicos, esses pais já sabem que para o filho a escola não tem significado algum. Entende-se aqui, mais uma vez, que a escola tem sim um significado, porém o da exclusão, o de uma escola que reforça a desigualdade social, levando o adolescente a querer permanecer fora dela. Outro fator que aparece nos relatos é de uma escola que desmotiva, por não fazer nada para “segurar o menino lá”. Os técnicos percebem que a escola precisaria estar mais consciente de seu papel na educação e formação de cidadania, para, assim, utilizar-se de técnicas e modelos mais atuais de transmissão de conhecimentos, a fim de motivar o aluno. Assim sendo, percebe-se que os entrevistados procuram motivar o adolescente a estar na escola, porém, eles mesmos reconhecem que a escola não desempenhará este papel de motivadora do aluno.

Sabe-se que a motivação leva as pessoas a persistirem em suas atividades até alcançarem os objetivos desejados. Ela implica a existência de alguma necessidade e, no caso desta pesquisa, pode-se relatar a necessidade de estudar, estar inserido na rede educacional para alcançar conhecimentos pedagógicos, estar socializado e, por fim, ser formado um cidadão. O adolescente tem esta necessidade, e cabe à escola também ajudá-lo a sentir-se motivado.

O conceito de Motivação encontra-se associado à vontade e ao interesse. Vontade para fazer um esforço e alcançar determinadas metas. (Alves, 2013). A motivação é, então, aquilo que é capaz de mover o indivíduo, de levá-lo a agir para atingir algo, é um impulso que leva à ação.

Maslow (1968), que estudou por vários anos a motivação, afirma que a motivação se origina de dois fatores: um que é interno, e envolve ações psicológicas; e o outro, que é externo, e envolve ações de interação com outro, enquanto Alves (2013), citando as autoras Assunção e Coelho (2008), ao explicar o fator motivação, assim se expressou: “Motivação é tudo aquilo que está por trás de nossos comportamentos; corresponde às razões de cada um de nossos atos”.

Aproveito esse conceito, para retratar o trabalho do técnico na busca pela vaga: este sim possui motivação, razão para acreditar que a escola pode ser um fator decisivo na vida do adolescente, tanto que se utiliza de formas diferentes para conseguir o que acredita,

procura conversar, infomar sobre os direitos e até convencer sobre a importância da escola para o indivíduo. Sua motivação acaba por motivar o outro, seja a família ou o adolescente mesmo.

A motivação está relacionada diretamente ao aprendizado. Porém, para que esse aprendizado aconteça, é necessário que o aluno receba estímulos. Esses podem ser de fatores externos (extrínseco) que estão ligados à interação, e internos ou direto, (intrínseco) ligados ao cognitivo. (Alves, 2013 citando Boruchovitch e Bzuneck, 2001). Também é importante relatar que não basta o indivíduo só receber os estímulos do ambiente que o cerca, ele também precisa respondê-lo, como uma forma de resposta ao estímulo. “...Quando não há respostas aos estímulos, devido a não aceitação do sujeito, o aprendizado não acontece...” (ALVES, 2013)

Por outro lado, tem-se a desmotivação, que é o termo oposto à motivação. Pode-se entender que a desmotivação acaba sendo um sentimento de desistência, desesperança perante os obstáculos, que se traduz na perda de entusiasmo, disposição e energia. Sobre o conflito, pode-se destacar que em minha pesquisa, encontram-se situações que me levam a perceber que a desmotivação dos adolescentes está diretamente ligada à falta de esperança, desânimo em voltar a estudar, ou até mesmo em frequentar as aulas na escola que já está inserido. Isto faz com que o técnico atue de forma incisiva, procurando mostrar ao adolescente a importância da escola para sua formação, e também para o cumprimento da medida socioeducativa.

Compreendendo a desmotivação, cabe ressaltar no momento a definição de desfiliação. Segundo Castel, o espaço de existência social que mais cresce é o da desfiliação, que está relacionada às mudanças nas relações de trabalho, nas redes de sociabilidade primária e na forma como emergem rupturas em relação ao status social no qual cada indivíduo deve estar inscrito. O mesmo autor salienta que o trabalho é uma forma de integração dos indivíduos à vida social e, quando estes ficam fora desta forma de integração, ocorre a desfiliação, pois há uma “...ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido...”(CASTEL, 1998, p. 536). Este sujeito desfiliado não é um excluído, porque não vive uma situação de ausência completa de vínculos, não está à margem da sociedade. Ele está fora de uma rede que lhe oferece sentido.

Sendo assim, a desmotivação escolar acaba sendo também uma maneira de desfiliação, pois o adolescente já não se sente como ser integrante da instituição, não a vivencia como uma rede de sociabilidade primária, não está integrado, mas também não está ausente de vínculos. Sua desmotivação o faz estar fora da escola, mas não fora de outras relações sociais. Quando se fala de relações sociais, não se pode deixar de destacar no caso de adolescentes a importância que estes dão aos amigos, parceiros tão presentes em seu dia a dia. E, sendo assim, nos grupos em que eles se sentem inseridos é que desejam estar, podendo trocar a frequência na escola, tão desmotivadora, por uma saída com os colegas a fim de se divertir, atitude que acaba sendo em alguns momentos muito mais prazerosa para eles, mais motivadora, do que estar em uma instituição de ensino que os desmotiva.

Ainda sobre motivação, sabe-se que a relação que o aluno faz de seu aprendizado em sala de aula com sua vida é de fundamental importância; a aprendizagem realmente acontece quando ela faz sentido para a vida desse aluno, sem o vínculo, não há motivação para aprendizagem. Mas, para isso, é necessário estar inserido na escola, já ter a motivação intrínseca e, pelo que os técnicos relatam, nem sempre o adolescente apresenta tal motivação, abandonando por isso a escola, fazendo com que o trabalho do técnico e o cumprimento da medida não encerrem de forma satisfatória.

Paulo Freire afirma que é necessário refletir a presença da escola na sociedade, sabendo que ela se destina à promoção do homem, o que necessariamente requer um educador que seja um profundo conhecedor do próprio homem. O que se quer é uma escola capaz de trabalhar um currículo significativo, preparada para que o ensino e a aprendizagem de fato se efetivem, em que a proposta político-pedagógica esteja alicerçada a uma “pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica”. (FREIRE, 2000). Sabe-se, porém que a escola anda na contramão desta linha, o aluno não tem interesse nenhum nas atuais práticas pedagógicas em que nela é inserido. Pode-se dizer que nem sempre a escola pode receber recursos pedagógicos ou investimentos financeiros tão necessários para uma educação de qualidade, ou que neste caso tratado na pesquisa, possa motivar o aluno a frequentar as aulas. Levando-o a por mais um motivo se sentir desmotivado.

Segundo relatos na entrevista, a escola representa castigo, punição, dever, e também está longe de oferecer motivação ao aluno. Com seu trabalho profissional, é o técnico que transmitirá motivação ao aluno para frequentar as aulas, porém a escola não o manterá entusiasmado, querendo prosseguir caminho, e o que poderia resultar em algo gratificante,

acaba se diluindo, decaindo a ponto de se perder na própria escola. O adolescente em questão, por se mostrar descontente, termina por abandonar aquela escola e, por consequência, interrompe o cumprimento das medidas socioeducativas.

Entre os fatores que levam ao descontentamento, destacam-se as constantes modificações sofridas pela sociedade, entre elas o desenvolvimento de tecnologias, e o aprimoramento de um modo de pensar menos autoritário e menos regrado. Assim, os adolescentes são caracterizados por sua desmotivação: segundo os técnicos entrevistados, as escolas referidas não possuem atrativos diferenciados que motivem os alunos interessados em fazer parte deste campo. Um dos relatos nos mostra que os adolescentes em geral estão utilizando várias formas de tecnologia, e as escolas ainda ensinam com métodos tradicionais, não oferecem aulas mais dinâmicas. É comum adolescentes se interessarem por formas diferentes de expressão, como música, artes em geral, e nem sempre as escolas se mostram abertas a atividades culturais, mantendo o aluno nos limites do que deve ser feito, dentro das normas e imposições da escola. Então, novamente, esse técnico é desafiado pelas deficiências de uma escola desinteressante e desatualizada.

Algumas escolas públicas brasileiras ainda não têm condições de inserir seus alunos num mundo tecnológico; deficiência primária, que os afasta de uma escola anacrônica, carente de estruturas básicas.

Mais uma vez, citando Freire, podemos dizer que a escola precisa enfatizar a necessidade de respeito ao conhecimento que o aluno traz para a escola, visto ser ele um sujeito social e histórico, e da compreensão de que "formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas". Define essa postura como ética e defende a idéia de que o educador deve buscar essa ética, a qual chama de "ética universal do ser humano", essencial para o trabalho docente. (FREIRE, 2000)

E, por último, falo da questão também levantada por Foucault (1987). Segundo ele, "...as instituições que nos governam, que nos assistem nada mais são do que 'espaços de opressão controlados por equipes dirigentes...'" Utilizo esta teoria tão contundente, verdadeira, para evidenciar algumas narrativas dos entrevistados, que relatam que os adolescentes percebem as escolas como prisões e não querem isto para eles, por isso não querem entrar e, se são convencidos a entrar, querem logo sair. O técnico percebe isso mesmo, sabe que a escola desempenha esse papel, porém deve reproduzir a função repressora, e levar o adolescente a compreender que deve estar ali, mesmo ele não tendo vontade.

Sabe-se que os adolescentes em questão também se sentem aprisionados, vigiados o tempo todo, cercados por profissionais da área da educação que, em vez de estarem atentos a sua aprendizagem, socialização, perdem-se em suas tarefas, misturam-se a questões preconceituosas e acabam por fazer com que os adolescentes não tenham vontade em estar neste local chamado escola. Sendo assim, a escola perde o aluno e o aluno perde a escola, perde muito, pois não se sente inserido dentro desse contexto que não lhe oferece motivação alguma para ali estar.

Pode-se perceber, portanto, que as dificuldades relatadas pelos técnicos em seu trabalho com relação à escola não teriam justificativa para existir se os direitos fossem cumpridos de forma adequada pela escola, sem que houvesse nenhum tipo de preconceito e qualquer ato discriminatório. E mais: se a escola fosse plena em oferecer motivação e, com isso, incluísse o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa como seu aluno, simplesmente, oferecendo a todos uma educação de qualidade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo levantar questionamentos acerca dos desafios da inclusão de adolescentes em conflito com a lei nas escolas, tendo como fio condutor da análise a perspectiva de técnicos de medidas socioeducativas em meio aberto.

Para o desenvolvimento deste trabalho, procurei trazer no primeiro capítulo o contexto sobre o fenômeno adolescente em conflito em a lei. Para tanto, discuti alguns aspectos da adolescência construída socialmente, desenhei o contexto do adolescente em conflito com a lei, e situei o campo socioeducativo por intermédio da discussão sobre o SINASE, destacando as funções atribuídas ao técnico em meio aberto.

No segundo capítulo, descrevi o caminho para a escolha da pesquisa dentro da minha atuação Técnico e, em seguida, discorro acerca de algumas visões das funções da escola destacadas pelo filósofo Michel Foucault e pelo sociólogo Pierre Bourdieu, tão presentes na área da educação. Por fim, mas ainda neste capítulo, busco conceituar acerca da pesquisa escolhida, que é a qualitativa e pode ser caracterizada como a busca de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados.

Os dois primeiros capítulos tiveram, portanto, o objetivo de apresentar ao leitor o contexto do qual emergiu o tema e a problematização da pesquisa, bem como a abordagem teórico-metodológica escolhida para a pesquisa.

Já no terceiro capítulo, trago as entrevistas, falas situacionais levantadas por meio dos questionamentos realizados, e, com isso, pode-se verificar que as dificuldades encontradas pelos profissionais na busca pela vaga já se iniciam quando as famílias precisam realizar o cadastro do filho no sistema único de ensino. Foi comum perceber que nem todas as famílias mencionadas pelos profissionais conseguem realizar o cadastro de maneira simples, ocorrendo já neste processo os primeiros problemas, como deixarem de realizar o cadastro por acreditarem que o filho não vai querer ir para a escola, quando neste momento o técnico se vê compelido a desempenhar um papel mais incisivo, seguindo o enquadramento da família num modelo a ser esperado ou quando fazem o cadastro e o período de espera pela vaga não é o tempo que o adolescente poderia esperar para iniciar a frequência na escola. Outra interpretação apresentada pelos técnicos é a de que a família também deixa de realizar

seu dever por estar cansada de lutar pelos direitos; como se todos os direitos já estivessem tão difíceis de conseguir, que não conseguir a vaga é só mais um “não” na vida destes. A disponibilidade de vagas, ou melhor, a dificuldade de se conseguir uma vaga na escola desejada, também é um outro item relatado, pois torna-se um problema quando a residência fica distante da escola designada pelo sistema, ou horário e escola desejados não são contemplados nesta obrigatoriedade de se fazer a matrícula no lugar em que o sistema aponta. Segundo relatos, essa ida à escola para realizar o cadastro pode trazer transtornos, que vão desde a demora pela efetivação da matrícula até a exposição do adolescente que passa no momento por cumprimento de medida socioeducativa, incluindo a possibilidade de a família não ter interesse em procurar pela vaga, ou que termine desistindo da busca diante de tanta demora num processo que pode incluir até uso de força judicial. São situações que, de modo concreto, demonstram o quanto o direito à educação acaba sendo desrespeitado. Percebe-se que uma simples questão, a de conseguir uma vaga na escola, que é um dever do Estado e um direito de todos, envolve uma trama complexa de relações institucionais. Outras dificuldades ainda são enfrentadas pelos técnicos quando se deparam com a falta de motivação do adolescente em estar na escola e até mesmo o preconceito e discriminação que sofrem pelo estado judicial que se encontram. Nestes casos, os técnicos que tanto objetivaram seu adolescente estar inserido em uma instituição de ensino, veem-se frustrados por compreenderem que, para o adolescente em questão, estar na escola não tem significado algum.

Outro fator importante levantado pelos técnicos como uma de suas dificuldades é o desconhecimento do ECA por parte dos profissionais da educação. Essa constatação traz reflexões e certa indignação aos técnicos, pois a escola é o lugar em que se concentra um número grande de crianças e adolescentes, e o conhecimento acerca de leis que asseguram direitos e deveres acaba sendo primordial aos profissionais que atuam neste espaço.

E, por fim, o fato de que o direito à educação, quando colocado como fator de cumprimento de medida, torna-se um dever, visto como punição pelos técnicos da medida que tem um cunho educativo; associada ao momento, a escola vira punição. O próprio poder Judiciário permite que isso transpareça em sua conduta, e os técnicos percebem que alguns dos adolescentes acabam estudando por estarem obrigados judicialmente, e não por acreditarem que os estudos lhes trarão novas possibilidades de um futuro melhor.

Perante as várias dificuldades encontradas, considero que o técnico de medidas socioeducativas sente-se refém de uma situação que não é a desejada: parece que seu trabalho anda na contramão, submetido a questões que atrapalham o cumprimento adequado da medida socioeducativa, de modo ideal, satisfatório, sem dificuldades.

No quarto e último capítulo, procurei desenvolver uma reflexão conceitual sobre as dificuldades encontradas pelos técnicos e o significados dados a este percurso. Diante deste arcabouço teórico, pode-se verificar a existência de muitos paradoxos que permanecem nas praticas junto a adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas.

O olhar dos técnicos de medidas socioeducativas me levou a observar nas instituições escolares a reprodução social da submissão dos jovens de classes populares a quem se atribui ato infracional. Considero, como educadora, que a escola deve atuar na facilitação da autonomia, desempenhando um papel emancipador. Do meu ponto de vista, este deveria ser o principal papel da escola, levando os estudantes a se sentirem parte integrantes desta, principalmente os adolescentes que no momento cumprem medidas socioeducativas. Com relação ao que foi percebido nesta pesquisa, os técnicos relatam que a escola desempenha um importante papel social, que pode ser aprimorado com estratégias e metodologias diferenciadas de ensino, assim como capacitação adequada dos professores para a recepção de adolescentes e jovens em conflito com a lei.

O adolescente que cumpre medida socioeducativa deve estar integrado em sociedade, e principalmente na escola, por intermédio dessa medida. Por isso, deve ser considerado da mesma maneira que os outros alunos, acatando as normas estabelecidas e sendo respeitado. Não pode de maneira nenhuma ser um aluno marcado por estar nesta condição. Como defende LIBERATI (2008, p. 371)

“... a medida socioeducativa em sua natureza jurídica implica na sanção aplicada como punição ou como reparação por uma ação julgada repreensível. Sua execução, no entanto, deve ser instrumento pedagógico visando ajustar a conduta do infrator à convivência social pacífica, sob o prisma da prevenção especial voltada para o futuro...”

Em se tratando das dificuldades encontradas com relação ao cadastro único e a efetivação da matrícula, pode-se perceber que o poder normalizador e burocrático educacional atravessa todas as relações que existem no espaço escolar, criando regras e padrões, sancionando condutas e punindo desvios, pois a família chega a perder a vaga se não

conseguir fazer a matrícula no prazo estipulado, isto é, respeitar as normas ditadas pelo espaço escolar.

Sendo assim, dentro das discussões trazidas nas entrevistas, percebe-se que os técnicos estão diante de algumas questões que esbarram nos direitos do cidadão, mais precisamente, no direito à educação para todos. Segundo percebido nas entrevistas, este direito acaba sendo contraditório quando se trata de adolescente em conflito com a lei, pois, diante das dificuldades encontradas, nota-se que o direito acaba por ter cunho de penalidade, punição e a escola, por sua vez, acaba por contribuir na diferença que faz entre seus alunos, desmotivando-os, discriminando, contribuindo para a desigualdade social, já tão expressa e contida na vida deles.

Quando se fala em escola democrática, é encontrada pelos profissionais entrevistados uma escola autocrática, na qual o poder se perpetua, e as escolhas sobre quem deve e pode estar ali, entre seus muros, fica nas entrelinhas, nos comportamentos dos profissionais em face das questões ligadas ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas; isso faz com que o técnico necessite envolver-se nas situações, adote maneiras para que, por fim, o adolescente esteja frequentando a escola, e, deste forma, esteja cumprindo a medida, conforme proposto em questões legais e judiciárias.

Essas questões diante das dificuldades, tão bem levantadas nas conversas acerca do trabalho do técnico, levaram-me a observar que na prática socioeducativa ainda há resquícios do que Bourdieu fala sobre reprodução social, por percebe-se que, mesmo o Técnico estando atento aos papéis que a escola representa na vida do adolescente, ele mesmo contribui com a reprodução, quando necessita realizar o que determina o pedido judicial, fazendo com que o adolescente esteja inserido na escola para que a medida esteja sendo cumprida.

Em se tratando do trabalho do técnico que atua em medidas socioeducativas, é necessário que se proponham outros caminhos com o objetivo de favorecer um pensamento aberto, mais criativo, produtivo, não fundados em verdades prontas e definidoras, mas que possam permitir que o pensamento opere em mudanças, em emergências de novas possibilidades, porém sempre tendo o cuidado de não fazer destes novas certezas, novas verdades, novas colonizações de pensamento, conforme ideia trazido por Gallo (2006).

## BIBLIOGRAFIA

- ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. *Adolescência Normal*. Tradução Suzana Maria G. Balive. Porto Alegre. Artmed.1981
- ABRAMOVAY, M; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, Brasília, 2010.
- AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B. e OZELLA, S. *A Orientação Técnico com Adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio histórica*. In: *Psicologia Sócio Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. Bock, A. M. B.; GONÇALVES, N. G. M. e FURTADO, O. (orgs.). Editora Cortez. São Paulo: SP, 2001.
- AQUINO, J. G. (Org.) *Indisciplina na escola. Alternativas teóricas e práticas*, São Paulo: Summus, 1996
- BARONE, R. & M.; PEREIRA, I. *A universidade, a educação social e a formação do socioeducador*. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 05-20, jul./dez.2012.
- BIRMAN, J. (2009). Juventude e condição adolescente na contemporaneidade: uma leitura da sociedade brasileira de hoje. In: BOCAUYUVA, H. & NUNES, S. A. (Orgs.). *Juventudes, subjetivações e violências* (pp. 25-40). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Obra recenseada em 2009, (Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva), Ed. Vega, Lisboa, s.d., 302 – Covilhã, 1975
- \_\_\_\_\_, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (Publicado originalmente em francês, 1989).
- \_\_\_\_\_, *A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. *Escritos de Educação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação?* 33. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

- BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In BORUCHOVITCH, E. & BZUNECK, J. A (Orgs.), *A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea* (pp.9-36). Petrópolis: Vozes. (2009).
- CARVALHO, J. O. & CARVALHO, L. R. S. O. *A educação social no Brasil: contribuições para o debate. An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social*, mar. 2006.
- CASTEL, R. Da indignação à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio (Org.). *Saudeloucura 4: grupos e coletivos*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 21-48.
- \_\_\_\_\_R. *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998
- CASTEL R. *As armadilhas da exclusão social*. In: Castel R, Wanderley LEW, Belfiore-Wanderley M. *Desigualdade e a questão social*. 2ª ed. São Paulo: Educ; 2004.p.17-50.
- CHAUI, M. *Somos. Racistas?* Revista Filosofia: Ciência e Vida. 2007
- CURY, C. R. J. *Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença*. Cadernos de Pesquisa, 2002, n.116, pp. 245-262.
- DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1991.
- ELIAS, N. *La sociedad de los individuos*. Barcelona: Península, 1990
- FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio: O minidicionário da Língua Portuguesa*. 7ª ed. – Curitiba: ed. Positivo, 2008
- FONSECA, M. A. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. São Paulo: EDUC, 2007
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos, IV – Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (2004)
- \_\_\_\_\_. *Política e Ética: uma entrevista.*” In: *Ética, Sexualidade e Política*, por Michel FOUCAULT, 218-224. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (2004)
- FREIRE, P. & SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Trad. Adriana Lopez. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

- \_\_\_\_\_ & GUIMARÃES, S. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.
- GALLO, A. E.& WILLIAMS, L. C. A. *A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes*. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008.
- GALLO, S. *(Re) pensar a educação*. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Figuras de Foucault*. Autêntica: Belo Horizonte, 2006
- GELLI, S. E. S. *Potencialidades e desafios da socioeducação em um programa de execução de medidas socioeducativas em meio aberto: um estudo qualitativo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Bandeirante Anhanguera, 2013.
- GUIMARÃES, S. *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Editora 34, 2004
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002
- LA TAILLE, Y. de. *A indisciplina e o sentimento de vergonha*. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Indisciplina na escola. Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.
- LACERDA, M. A. (Dissertação de Mestrado). *A indisciplina em sala de aula e a inclusão adolescente em conflito com a lei no sistema formal de ensino*. Programa Mestrado Técnico Adolescente em Conflito com a Lei. Universidade Bandeirante de São Paulo. São Paulo, 2012.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978
- LIBERATI, W. D. *Processo penal juvenil: a garantia da legalidade na execução da medida socioeducativa*. São Paulo: 3ª edição, rev., atual. e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008,
- \_\_\_\_\_. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente - 11ª ed.* São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2009. v. 1.
- MARSICO, G.; IANNACCONE A. *The Work of Schooling*. In: VALSINER, J. (Ed.). *Oxford Handbook of Culture and Psychology*. New York: OxfordUniversity Press, 2012. p. 830-868.
- MASLOW, A.H. *Introdução à Psicologia do Ser*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1968.

- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992. e 6ª. ed. 1999
- \_\_\_\_\_ . *Pesquisa social : teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004
- MORAIS, A. C. & MALFITANO, A. P. S. (2014). Medidas socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 613-621
- NASCIMENTO, M. A. L. *A indisciplina em sala de aula e a inclusão adolescente em conflito com a lei no sistema formal de ensino*. Dissertação de Mestrado Profissional em adolescente em Conflito com a lei. Universidade Bandeirante de São Paulo. 2012.
- OZELLA, S. *Adolescências Construídas*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. *As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência*. In GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e Transformar o Ensino*. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- RATNER, Carl. *A Psicologia Sócio-Histórica de Vygotsky: Aplicações contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- REGO, T. C. 2003, *Memórias de Escola: Cultura Escolar e Constituição de Singularidades*. 1a. ed. Petrópolis, R.J. Editora Vozes,
- RICHARDSON, R. J.. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999
- RISTUM, M. *O conceito de violência de professoras do ensino fundamental*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- SILVA, R. R. C. *Conflitos no ambiente escolar: Indisciplina, ato infracional e mediação*. São Paulo: Dissertação de Mestrado Profissional em adolescente em Conflito com a lei. Universidade Bandeirante de São Paulo. 2012
- SILVA, E. R. A. & GUERESI, S. *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Brasília: IPEA/Ministério da Justiça. 2003
- SOARES, M. V. *Cidadania e Direitos Humanos*. In: CARVALHO, J. S. F. (org). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



- SOUZA, M. R. P. *Adolescente em liberdade assistida e o direito a educação escolar*. Dissertação de Mestrado Profissional em adolescente em Conflito com a lei. Universidade Bandeirante de São Paulo. 2011.
- UNICEF, (2009). *Situação da Infância e da Adolescência Brasileira – O Direito de Aprender: Potencializar avanços e reduzir desigualdades*. Brasília
- \_\_\_\_\_(2012). *Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes*. Brasília.
- VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente*. Blumenau: Nova Letra, 2008
- VIGOTSKY, L. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1991.

## WEBGRAFIA

- AGUIAR, W. M. J & OZELLA, S. *Desmistificando a concepção de adolescência*. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008 Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a05v38n133](http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a05v38n133) acesso em 24 Ago 2013
- ALVES, I.S. *Motivação no contexto escolar: novos olhares*. Trabalho de conclusão de curso: Faculdade Capixaba da Serra, 2013. Disponível em [http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2013/09/ironete\\_02.pdf](http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2013/09/ironete_02.pdf) acesso em 04.08.2014
- BOCK, A.M.B. *Perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica a naturalização da formação do ser humano: A Adolescência em questão*. disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622004000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622004000100003) acesso 12.01.2015
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 28.08.2014
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o*

- SINASE*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Acesso em 25.11.2014
- CACIANO , C. & SILVA, G.A. *Foucault e educação: as práticas de poder e a escola atual*. Revista e-Ped – FACOS/CNEC Osório Vol.2 – Nº1 – AGO/2012 – ISSN2237-7077. Disponível em [http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto\\_2012/pdf/foucault\\_e\\_educacao\\_-as\\_praticas\\_de\\_poder\\_e\\_a\\_escola\\_atual.pdf](http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/foucault_e_educacao_-as_praticas_de_poder_e_a_escola_atual.pdf) acesso em: 14.01.2015
  - CENTRO DE REFERENCIA TECNICA EM PSICOLOGIA E POLITICAS PUBLICAS - CREPOP. (2010). *Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação* / Conselho Federal de Psicologia. —Brasília: CFP, 2010 disponível em <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2010-CREPOP-Socioeducativas-UI.pdf> acesso 30.11.2014
  - CONSELHO DA CRIANÇA. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf> - acesso em 08.10.2013
  - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18886:cnj-traca-perfil-dos-adolescentes-em-conflito-com-a-lei> acesso em 04.09.2014
  - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: *Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. Disponível em [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Relat%C3%B3rio\\_Interna%C3%A7%C3%A3o.PDF](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Relat%C3%B3rio_Interna%C3%A7%C3%A3o.PDF) acesso em 12.01.2015
  - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948  
Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>
  - ECA. Estatuto da criança e adolescente disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) acesso em 23.07.2014

- FERREIRA, L. A. M. *A indisciplina escolar e o ato infracional*. Disponível em: <[http://www.recriaprudente.org.br/site/abre\\_artigo.asp?c=1](http://www.recriaprudente.org.br/site/abre_artigo.asp?c=1)>. Acesso em 10.03.2014
- FONSECA, E.R., CONSUELE, S. R., COSTA, M. E, RAIMUNDO, A M. S. MOLINA, V.L.I *Desigualdade racial, preconceito e discriminação no âmbito escolar*. Faculdade de Ciências da Saúde. Curso de Serviço Social. UNIVAP. 2010 Disponível em [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2010/anais/arquivos/0038\\_0019\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0038_0019_01.pdf)
- GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. *Adolescentes em conflito com a lei: fatores de risco para a conduta infracional*. *Psicologia: Teoria e Prática*, v.7, n.1, p.87-97, 2005. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872005000100007&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872005000100007&script=sci_arttext) acesso em 17.12.2014
- HINTZE, G. *Retrato do Adolescente em conflito com a lei*. Dissertação de mestrado, UNIPLAC. 2007. Disponível em <http://www.uniplac.net/emaj/Artigos/014.pdf>. Acesso em 01.08.2014
- INEP 2011 Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>
- IBGE. 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/> acesso 25.11.2014
- \_\_\_\_\_. *2013 Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Informação demográfica e socioeconômica n. 32* disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2013>. Acesso em 20.11.2014
- FUNDAÇÃO CASA. Disponível em <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/medidas-socioeducativas> acesso em 25.06.2014
- JESUS, M. C. G. & FERRIANI, M.G.C. *A escola como fator de proteção para drogas: uma visão dos adolescentes e professores*. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-1692008000700014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-1692008000700014&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso: 12.01.2015
- JUNQUEIRA , M.R. & JACOB, M. *O olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social*. *Revista virtual Textos & conceitos*. n. 6, ano V, dez.2006 disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1036/815>, acesso em 22.07.2014

- LBD. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 01.08.2014
- LUCHESSI, F. B. *O Adolescente autor de ato infracional: uma demanda para o serviço social*, 2010. Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2176/2346> acesso em 22.07.2014
- MALVASI, P. A. *Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*, Tese de Doutorado, 2012. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09032012-132410/pt-br.php>. Acesso em 02.02.2015
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/docs/1/2358914.PDF> - acesso em 10.03.2014
- NOGUEIRA, C.A.A. & SILVEIRA, R.J.T. A Teoria Althusseriana da escola como “Aparelho ideológico do Estado” no contexto da educação Brasileira. disponível em [www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/1346.htm](http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/1346.htm) acesso em 01.09.2014
- PADOVANI A. S & RISTUM, M. *A escola e a construção da identidade de adolescentes autores de ato infracional*. Universidade Federal da Bahia, 2013 Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view> acesso 12.01.2015
- PEREIRA, S.E.N. *Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar*. Disponível em: <<http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01>> Acesso em: 19 Jun 2013
- PROMENINO. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/noticias/pesquisa-aponta-que-professores-desconhecem-o-eca-e-medidas-de-prevencao-de-violencia-nas-escolas> acesso 30. 11. 2014
- RESOLUÇÃO N. 130, de 15 de julho de 2005. (2005). Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-suas.pdf/download>. Acesso em 20 de março de 2015.

- ROSENTHAL, R. — *Experimenter Effects in Behavioral Research*, 1966. In: BRITTO V. M. V.& LOMONACO J. F.B. *Expectativa do professor: implicações psicológicas e sociais*. Psicol. cienc. prof. vol.3 no.2 Brasília 1983 disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931983000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931983000100005&script=sci_arttext) Acesso em: 15.01.2014
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/anonimo/ensinofundamentalemedio/procuraporvagas.aspx?MenuID=125&MenuIDAberto=4&MenuID=20> acesso em 12.01.2015
- SEDH (Secretaria Especial dos Direitos Humanos) e CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) (2006). Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo – SINASE. Brasília. Disponível em <http://www.funac.ma.gov.br/files/2012/08/SINASE.pdf> acesso 25.11.2014
- SILVA, K.S. *Escola disciplinar, formadora de subjetividades*. Colabor@ - Revista Digital da CVA - Ricesu, ISSN 1519-8529. Volume 8, Número 30, Dezembro de 2013 disponível em <http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/view/249/186> acesso 16.01.2015
- SINASE. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-2> acesso em 23.07.2014
- TAKEITI, B. A. *Juventude(s), modos de subjetivação e violência: Um diálogo com aportes de Michel Foucault* in: SPINK, M.J.P., FIGUEIREDO, P., BRASILINO, J. orgs, *Psicologia Social e Pessoaalidade*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. ABRAPSO, Rio de Janeiro, 2011. Disponível [http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK\\_FIGUEIREDO\\_BRASILINO\\_Psicologia\\_social\\_e\\_pessoaalidade.pdf](http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_FIGUEIREDO_BRASILINO_Psicologia_social_e_pessoaalidade.pdf) acesso: 14.01.2015
- ZALUAR, A. & LEAL, M. C. *Violencia extra e intramuros*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 16, n.45, 2001 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4335.pdf> acesso 12.01.2015

- ZAMORA, M.H. *Adolescentes em conflito com a lei: Um breve exame da produção recente em psicologia*. Revista eletrônica. 2007. Disponível em [http://www.sindegase.org.br/site/pdf/estudos/08zamor\\_psicologia.pdf](http://www.sindegase.org.br/site/pdf/estudos/08zamor_psicologia.pdf) acesso em 23.07.2014

# **ANEXOS**

## **Entrevistas**

## ENTREVISTADO 1

Qual seu nome, idade e formação Técnico?

*Ana, 26 anos, psicóloga.*

Como foi sua entrada neste trabalho, há quanto tempo está?

*Durante a graduação do curso de Psicologia realizei estágios na área da saúde, na área social e na área organizacional e me identifiquei mais com dois setores para atuação Técnico: a área da Saúde e a área Social. Busquei percorrer caminhos pertinentes a essas escolhas e há dois anos estou trabalhando como técnica socioeducativa.*

Fale-me um pouco sobre seu trabalho.

*Os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - SMSE MA são referenciados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. No município de São Paulo, o trabalho é terceirizado e executado por Organizações Não Governamentais em parceria com a Prefeitura. As diretrizes que norteiam o desenvolvimento dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto possuem o seguinte embasamento: o Estatuto da Criança e do adolescente – ECA, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a Norma Operacional Básica NOB/SUAS e o Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo – PLASSP e literatura científica pertinente. Os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto não dispõem das mesmas estruturas da Fundação CASA e necessitam de um bom funcionamento da rede de serviços públicos para estratégias eficientes de ressocialização de adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais.*

Como é o seu cotidiano na busca pela vaga? Por onde começa?

*O Técnico em Medidas Socioeducativas orienta e auxilia a reinserção escolar de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Orienta as famílias para realizarem o cadastro escolar em qualquer escola da Rede Pública de Ensino e quando a família não realiza, o técnico acompanha o adolescente até a escola para realizar o cadastro. Ao realizá-lo aguarda a vaga e orienta a família a fazer a matrícula, caso a família não faça, o técnico vai até a escola e efetiva a matrícula, nunca se responsabilizando pelo adolescente, apenas garantindo o direito dele ao ensino e colocando-se a disposição para acompanhamento*



*Técnico enquanto estiver cumprindo a medida socioeducativa. Muitas vezes a articulação para conseguir as vagas é realizada diretamente com a Diretoria de Ensino.*

Como é recebido pela escola, elas já lhe conhecem?

*Os técnicos em medidas socioeducativas tentam realizar intervenções com as escolas da Rede Pública, agendando reuniões para apresentarem o Serviço de Medidas Socioeducativas e discutirem objetivos e propósitos de cada medida socioeducativa em meio aberto. A recepção do Serviço depende de cada escola. Habitualmente, no primeiro contato, os técnicos observam nos profissionais que atuam nas escolas regulares com a população infantil considerada normal e saudável, preconceitos oriundos da possibilidade de admissão de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Esta rejeição quebra-se com a aplicação das leis que exigem a ressocialização dos jovens em conflito com a lei em âmbito normal e que possam se ressocializar adequadamente. É comum constatar-se conflitos no decorrer do processo entre estes jovens infratores e as Instituições em que são inseridos que, como consequência, comumente, costumam abandonar as medidas socioeducativas, muitas vezes reincidindo nas contravenções.*

Para voce, qual papel a escola desempenha na vida do adolescente que está em cumprimento de medida socioeducativa?

*Faz parte da problemática a bagagem de experiência que os jovens reinseridos nas instituições educacionais trazem e contrastam com o que encontram provocando conflitos. Os jovens dentro do cumprimento legal das medidas socioeducativas têm em si a falta de uma estrutura psicossocial que os qualifiquem para o convívio dentro de uma Unidade de Ensino padrão a que são destinados. Na maior parte das vezes é comum que os conflitos se tratem de práticas e comportamentos inadequados que, invariavelmente choca-se com as regras e os bons costumes ministrados nestes espaços. Esse contraste se dá até que as partes se adaptem uns aos outros e uma rotina se forme tanto na aceitação das atitudes destes jovens como, neles, a aceitação e cumprimento das regras estabelecidas.*

*Normalmente percebe-se que os adolescentes e jovens infratores conscientizam-se da importância da escola para sua recuperação, do aprendizado consequente e do desejo de continuar a melhorar-se dentro da sua proposta de ressocialização. A Escola desempenha um importante papel social, que pode ser aprimorado com estratégias e metodologias*

*diferenciadas de ensino, assim como capacitação adequada dos professores para a recepção de adolescentes e jovens em conflito com a lei.*

O que voce pensa sobre o direito a educação?

*Conhecendo-se a realidade do país na distribuição de riquezas e devolução das arrecadações por prestação de serviços ao povo, sabemos que existem bolsões de iniciativas muito boas na educação, como a ausência de qualquer responsabilidade neste empenho em outros bolsões críticos. Sabemos que no sudeste do país concentra-se a melhor educação pública e particular oferecida à população. Dentro deste aspecto temos uma variação enorme de qualidade nas escolas sejam pelos projetos pedagógicos ou pelos sistemas pedagógicos implantados nas mesmas. Importa dizer que em uma média que podemos observar dentre esses aspectos o sistema atende a demanda existente nesta região. Exceções estão demarcadas na baixa qualidade do ensino nas periferias dos grandes centros por problemas políticos, financeiros, de acesso e de aumento gradativo e constante do crescimento populacional.*

Como você percebe o significado da escola para este jovem em questão?

*Depende de cada jovem. A resposta estará condicionada a essência de cada um dos envolvidos. Sempre desejamos que todos tenham a consciência para a melhoria e o progresso proporcionado pelas medidas de ressocialização, contudo sempre existem os exemplos caminham em um trajeto contrário às normas dificultando seu progresso e, muitas vezes, interrompendo a dinâmica proposta nos projetos de reinserção.*

Como ele avalia o papel da escola, segundo sua percepção?

*Depende de cada jovem. Esta questão tem a mesma resposta que a anterior, uma vez que depende do essencial na composição de cada um.*

E a família deste Jovem. Como você percebe a importância que eles dão a educação formal?

*Quando existe uma família, os responsáveis geralmente criam expectativas de melhorias para as perspectivas futuras dos membros envolvidos, porém, existem alguns casos que apresentam aspectos desestruturados e muitas vezes disfuncionais, relacionados a históricos de drogadição, abandono e indiferença com as vivências e trajetórias de seus membros. O fato dos adolescentes e jovens residirem em uma mesma casa com parentes consanguíneos ou com vínculos simbólicos nem sempre contempla características de pertencimento familiar. Às vezes são meramente grupos que se matem reunidos por algum interesse ou necessidade em comum, também pouco se importando com a realidade de cada um de seus membros. Importa dizer que o núcleo social que esta contido o adolescente e o jovem infrator é um importante apoio moral e psicológico, uma vez que a família também pode ser representada como uma instituição formadora de subjetividade. Obvio que existindo uma família preocupada e presente, sempre haverá maior eficiência das medidas de socioeducativas que objetivam a ressocialização.*

O que a família pensa ou sente frente à escola?

*As famílias muitas vezes reconhecem a importância da inserção escolar. Exemplificando o caso de família organizada e com um núcleo de responsabilidade, as medidas socioeducativas de ressocialização são aceitas, incluindo a escola, principalmente, com muito empenho e perspectivas. As escolas são sempre motivo de esperanças para os adolescentes e jovens infratores por sua premissa natural que se sabe proporciona o progresso intelectual em todos os participantes.*

Quais as principais dificuldades no encaminhamento deste jovem para a escola?

*Primeiro a própria rejeição do adolescente e do jovem em querer estudar; Depois seu convencimento de que a escola o recuperará para a sociedade com progressos e evolução. Em segundo plano as dificuldades se mostram nos estabelecimentos, que de imediato apresentam resistências na inserção de conflitos sociais. Muitas vezes a inclusão concretiza-se com determinações judiciais.*

Como você interpreta estas dificuldades, o que pensa o que lhe dispara de sentimentos?

*Os profissionais destas instituições (diretores, coordenadores e professores) deveriam ter melhor preparo para aceitação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, de maneira que, já tivessem desenvolvido programas, métodos, estratégias e dinâmicas que os fizessem se adaptar no primeiro momento da reinserção. Na sequência deveria haver programas que objetivassem especificamente a recuperação destes jovens no âmbito da escola.*

E quando o jovem consegue a vaga? Como você se sente?

*Sempre é gratificante a recolocação de um membro alterado em uma reinserção socioeducativa que o reedificará socialmente.*

Quando o jovem consegue ser inserido na escola, quais as dificuldades que você percebe em mantê-lo ali? Fale-me algum exemplo

*As maiores dificuldades relacionam-se com rotinas e hábitos adquiridos em trajetórias marginais como tráfico de drogas para obter dinheiro fácil e grandes lucros, assaltos, uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas.*

Com relação aos funcionários da escola (diretor, coordenadores, professores e demais) Como você percebe as reações deles frente ao aluno em questão? Exemplos...

*Já está explicado anteriormente, contudo, depois de um período de adaptação, a rotina se dá normalmente com a superação dos contrastes das resistências iniciais.*

Como você analisa a situação do adolescente, que precisa estudar, tem direitos que lhe garantam isso, mas encontra embates nesta entrada escolar?

*O técnico em medidas socioeducativas acaba sofrendo impactos e frustrações nestes casos. O empenho da equipe técnica é medido pela eficiência do que se consegue para os adolescentes que, em cada caso efetivado com sucesso, existe um sabor de vitória no decorrer do processo.*

Como você vê o adolescente envolvido nisso, como acha que ele se sente? Exemplos...

*Cada caso apresenta contextos diferentes, mas que mostram repercussões de vidas difíceis, vulnerabilidades sociais, injustiças e criminalizações.*

Conte-me alguma situação que você percebe que tudo correu bem, que acabou dando tudo certo no final.

*Adolescentes e jovens que foram reinseridos retomaram os estudos e permanecerem em rotinas construtivas como Técnicoização e inserção no mercado de trabalho.*

## ENTREVISTADO 2

Qual seu nome, idade e formação Técnico?

*Maria, sou Psicóloga e tenho 29 anos, atuo na área da psicologia social ai entrei aqui nesse trabalho, no mestrado conheci o trabalho social e depois de algum tempo, fui convidada a trabalhar aqui... Estou aqui há um ano... faço o trabalho de técnica, recebendo os adolescentes e suas famílias, atendendo como técnica, realizamos trabalhos em grupo, com famílias e individual. Relatório participa de alguns grupos de discussão do trabalho em medidas sócio educativas,*

Com relação às escolas, como se dá seu trabalho?

*Bem, a gente recebe a família e o adolescente e já verifica a questão da escola, peço a família para procurar a vaga, se ela não conseguir manado um encaminhamento que contem um artigo do ECA, dizendo que aquele jovem por estar cumprindo medida sócio educativa, precisa da vaga na escola, além de ser um direito dele enquanto cidadão.*

*Bom... O procedimento é esse, um documento do ECA, eu ele tem direito a vaga, não por ser um adolescente, mas por ser um adolescente em cumprimento de medida... se não dar certo, encaminhamos um pedido ao Crea ou a Diretoria regional de ensino, através de E-mail....se nada der certo mandamos um pedido ao judicial...*

O que você pensa sobre esta questão de não ter vaga?

*Bom, primeiro penso que a escola pode estar abarrotada de alunos mesmo e por isso não tem vaga. Depois penso no preconceito, por isso que a gente prefere não encaminhar esta carta nossa, dizendo que ele é um adolescente em cumprimento de medida, para evitar que a escola usa da discriminação... Esta carta pode ajudar como pode atrapalhar, depende de quem estiver lá, de quem receber esta carta na hora... O Técnico é quem vai direcionar o que pode ocorrer com relação à discriminação...*

Você chega a ir até a escola?

*No inicio eu até ia, mas agora a gente deixa pra a família resolver isso, como responsável. Nós não somos responsáveis por ele e sim à família, prefiro não interferir nesta questão, não somos tutoras.*

Como você percebe qual é o papel da escola na vida deste menino?

*No sentido mais ideal, ou efetivamente? Rsrtrs... No sentido mais ideal é talvez evitar que ele chegue e cumprir a medida sócio educativa, mas efetivamente, não sei se ela faz esta diferença toda na vida dele, têm alguns que não se sentem vontade em assistir aula, tem a questão das queixas escolares, no sentido do garoto não entender o que é passado em aula, tem a escolaridade muito baixa e isto interfere muito... Mas ao mesmo tempo a escola, ela não o motiva... a escola é uma arma, a arma mais básica que ele tem de enfrentar alguma concorrência, pois o mundo todo já rebaixou a auto estima dele, pois efetivamente ele acaba não tendo a mesma capacidade igual a um aluno de escola particular e não é porque ele não é inteligente, é uma questão de oportunidade mesmo.. E então ele fica marcado e atrasado mesmo pela sua escolaridade, a sua desigualdade fica ainda maior... Então a escola é uma arma mesmo... Ele poderia ter a oportunidade de se igualar a outro jovem, mas efetivamente a escola infelizmente peca mesmo, ela falha muito...*

Sobre o direito a educação, o que você pensa?

*É inquestionável, não vejo como obrigação e sim como direito, é um direito de estudar, deveria ser inquestionável e acima de qualquer coisa, mas infelizmente aqui no meio é visto como obrigação, o juiz resolve que o garoto tem que estudar e pronto, eu acho que se o garoto tem 18 anos e parou na sétima série e não quer estudar mais, ele deveria também ter o direito de não querer mais estudar, principalmente se ele já tem 18 anos e não se enquadra mais nos padrões formais de uma 7ª. série. Mas o direito foi transformado em obrigação pelo judiciário, o garoto tem que estudar e pronto.*

Como é para este garoto estas questões? O que a escola representa para ele? Que significado ele dá a escola?

*Tem diversas situações, depende das singularidades de cada um. Tem aquele que pensa que tudo bem, se não der pra eu estudar, não tem problema, mas tem aquele que acha que a escola poderá ajudar a ser alguém na vida, uns tem uma imagem negativa da escola e outros têm a imagem mais positiva, que a escola não necessariamente a escola vai leva-lo a conseguir alguma coisa e outros já pensam que necessariamente é a escola que vai ajuda-lo a conseguir alguma coisa.*

O que faz esta diferença, quando um garoto pensa que não vale a pena estudar e outro pensa que sim, que vale a pena estudar? O que aconteceu na vida dele?

*Bom, Cada sujeito tem o seu significado para as questões da vida, uma historia diferente. Mas é como eu disse o que tem a imagem mais negativa da escola e que pensa que a escola não vai leva-lo a lugar nenhum, uns pensam que o trafico pode ajuda-lo a conseguir o que ele quer de forma mais rápida e outros pensam que se a escola não o ajuda, pois este menino vai pra escol e não entende nada do que é falado, até porque uma questão de atraso na aprendizagem, ele vai pra escola e volta sem entender nada do que é falado lá e acaba não tendo significado nenhum para ele estar lá... Temos uma falha neste processo de educação.*

*Já outros que possuem uma imagem positiva da escola é muito mais uma produção, ele ouviu da família que a escola é que vai ajuda-lo a ser alguém na vida, então ele aposta nisso, apesar das dificuldades.*

Como é o papel da família, frente à educação deste jovem?

*De forma geral, todos eles querem que o jovem estude, mas como você fala para o pai fazer a matricula muitos deles acabam não indo para a escola com facilidades... Ele tem um discurso, que a escola é importante, que o garoto tem que ir pra escola para ser alguém na vida, mas na hora que ele precisa fazer a parte dele, acaba não indo, pois diz que o filho não vai frequentar, não quer ir à escola. nós falamos que mesmo que o filho fale que não quer estudar, seu papel é fazer a matricula, faça a matricula e se ele não for a escola depois é uma outra questão, você tem que fazer seu papel de pai, a gente pontua isso, mas temos vários pais que não vão a escola, que não fazem a matricula, que ficam parados.....mas eu tenho vários pais, pai que é bem difícil que dá vontade de levantar a voz...eu falo, Senhor eu estou pedindo mas vai chegar um momento que será o juiz que vai cobrar você, ...acaba demorando muito para este convencimento.....se perde tempo nesta conversa...*

A família percebe as dificuldades encontradas na escola para a matrícula?

*Sim, a família esta na linha de frente, eles é que vão lá né, mas a maioria mesmo sofre em ir e vir aqui...Sabe como eles se sentem... Alguns falam sobre a indignação, mas a maioria chega aqui naquele alivio mesmo, mas não naquele alivio de agora deixa, e sim um alivio de trazer para nós um problema, eles falam um Não consegui vaga, não consegui vaga, como se fosse*



*mais um não na vida, que já era esperado mesmo, e esperam de nós um alternativa, aceitar um não faz parte da vida, tantos não, é mais um não...*

Quais dificuldades no encaminhamento este jovem para a escola?

*Unnh... Primeiro é a falta de vaga mesmo, as escolas não possuem espaços para mais um aluno, mas também acredito que a escola possui uma resistência para como adolescente em cumprimento de medida, isso não fica claro, mas algumas situações deixam meio na cara esta resistência, por exemplo, tem uma adolescente que ela foi expulsa, na verdade foi transferida desta escola e achava que tinha sido expulsa, mas quando ela ganhou esta vaga novamente, percebemos que a escola provocou a saída dela, pegaram tanto no pé dela, e ela ficava tão indignada com a forma que era tratada lá que acaba faltando bastante e depois de um tempo eu descobri as faltas dela e em conversas percebi que a escola provocou a saída dela... E por isso ela perdeu a vaga... mesmo sabendo que ela estava em cumprimento de medida..*

Como é pra você tudo isso?

*Bom, eu olho muito com um olhar clínico, critica... Não me assusta ver este preconceito, mas não acho normal causa indignação. O que me causa é indignação é ver a escolas tratarem diferente estes adolescentes quando eles dão algum problema na escola, no caso do adolescente em cumprimento de medida eles me chamam, só porque este menino está em cumprimento de medida, acaba tendo um tratamento diferente dos outros alunos, quando eles me chamam, eu mostro, pergunto o que vocês fazem com os outros alunos que também fazem isso? E eles dizem eu chamo os pais, ai percebo que eles me chamam não é porque o adolescente causou problema e sim porque está em cumprimento de medida, eles não olham este menino como um olhar de aluno, como qualquer outro.*

Como você se sente quando ele consegue a vaga?

*Quando tem uma dificuldade muito grande é uma satisfação, mas quando consegue de forma tranquila é um sentimento de trabalho cumprido... Não acho que faço algo para isso, foram eles que fizeram, eu apenas fiz meu trabalho.*

Quais as dificuldades em mantê-lo na escola?

*Primeiro são eles se manterem, continuarem estudando, pois muitos acabam saindo mesmo, é difícil manter a atenção, o interesse deles na escola, eles acabam saindo. É uma coisa do adolescente mesmo, eles querem coisa mais rápida, querem o agora de forma rápida e a escola acaba não sendo importante, eles vislumbram o futuro de forma bem rápida e querem coisas rápidas, a escola não faz este papel. Eles querem algo mais concreto... Ou mesmo pela dificuldade em estar acompanhando as aulas, não conseguem acompanhar a aprendizagem, a estrutura escola, a instituição escola não segura mais o aluno.*

Os funcionários da escola, como você percebe a reação deles frente a estes alunos?

*Alguns têm a ignorância, desconhecem o trabalho, liam para cá, pedindo pra gente ir lá e resolver um problema do garoto... Mesmo que não conhecem o trabalho, de não saber como é a medida, de não conhecer o ECA.*

Como fica a situação jurídica, processual do adolescente nestas dificuldades?

*Eu acho que ele transforma o direito em obrigação... Eles se sentem ameaçados frente a ter que estudar para terminar a medida. Tem garotos que não querem estudar mesmo e eu entendo isso, às vezes tem meninos que possuem 17 anos, mas pararam no ensino fundamental I, não tem interesse em fazer o EJA, por ter pessoas bem mais velhas, então o adolescente não quer mesmo ir pra escola... Então fica complicado e o que eu tento é fazer um belo relatório, tentando mostrar para o juiz, que ele não quer estudar, mas tem outras questões que ele tem conseguido e tento encerrar a medida dele, mas já tive casos que o juiz não aceitou o encerramento e solicitou a matrícula deste jovem de qualquer forma. Às vezes também a questão de não ter encontrado vaga, não é uma questão que o juiz aceita, eu preciso justificar tudo isso, ter documentos que comprovem que tentamos de todas as formas*

*a vaga, para tentar o encerramento. Para acontecer o encerramento da medida é necessário que o jovem esteja na escola, trabalhando e fazendo cursos, não importa como isso se dá ou a qualidade disto... Nos relatórios eu preciso constar todos os processo de conseguir a vaga ou não, se ele está trabalhando ou fazendo cursos... tento enfeitar o relatório de uma forma que o juiz não se prenda tanto a escola.*

Conte-me uma situação que deu certo e outra que deu errado?

*Um caso de um garoto que começou aqui, faia todos os cursos e oficinas que oferecíamos, tinha interesse nos programas, mas ainda não conseguiu a vaga. Este é um caso que eu estou tentando fazer o encerramento do caso... Mesmo sem a escola... ele não tem vontade em estudar e não se sente enquadrado no que a escola oferece...estou romantizando o relatório dele.*

*Outro menino chegou aqui, conseguiu a vaga de forma mais rápida, fez a matricula, reprovou no ano passado, mas continua estudando e este ano está mais esforçado na escola. Ele continua estudando até hoje...*

*A escola manda a frequência ou às vezes se alguma escola não manda a gente liga para lá e solicita. Tem escola que faz isso com rapidez e tem escola que não consegue fazer isso, que é tão simples, mas tem algumas escolas que não querem fazer isso e a gente tem que ligar e até ameaçar, dizendo que nós estamos pedindo e s eles não mandaram, irão receber um pedido judiciário para mandar... Ai eles mandam neste hora...*

### ENTREVISTADO 3

Qual seu nome, idade e formação Técnico?

*Vania, tenho 53 anos e sou assistente social*

*Tenho 53 anos, estou há 14 anos no meio aberto... Trabalhei com adolescente no meio aberto e depois fui pra fundação casa por curiosidade... queria ver se batia com o que falam da fundação, trabalhei no Tatuapé...nunca vi nenhuma agressão física lá, mas em outras unidades tinham sim....na minha unidade era diferente, nunca vi espaçamento lá... Tentei sair da medida e trabalhei no INSS coo assistente social, para ver se o LOAS acontecia nos indivíduos, tentava verificar se havia falcatruas... Depois acabei voltando no trabalho em meio aberto e estou aqui.*

*Acredito no meu trabalho é um desafio, como ser humano, gosto de lutar pelas politicas publicas, mas no trabalho também nem tudo dá certo com relação a isso, o garoto chega aqui às vezes depois de muito tempo de decisão da medida ou do ato e isso faz com que as politicas publicas já não o ajudem muito... Eu luto pelos meninos. E gosto muito do que faço. Temos as famílias que às vezes nem sempre nos ajudam...*

*Com relação ao meu trabalho aqui... Atendo meninos em medida, vou à escola, brigo na escola, procuro cursos na região para eles, oriento as famílias, se necessário vou às casas...*

E a busca pela vaga, como é seu trabalho?

*O menino quando aparece aqui, eu geralmente pergunto, está na escola ou não. Às vezes está fora há 2 anos, abandonou... Ai eu oriento a família a procurar a vaga, acho que a família e que tem que fazer esta tarefa, não é porque ele está em LA que eu tenho que fazer isto, é a família a responsável... responsabilidade da família é procurar o bem estar do adolescente...muitas vezes a família diz que já cansou e quando eu vejo que a família não está fazendo nada, ai eu tento procurar a vaga para ele....ligo paras escolas ou vou até lá....mas é a família que tem que fazer o cadastro escolar...se não dá certo, mandamos a carta para a escola pela família, se não dá certo, procuramos a delegacia de ensino...aqui tenho um menino muito bom aqui, ele é ótimo, participa de tudo aqui, ele não tem vontade de*

*estudar, a família conseguiu fazer a matrícula, mas ele não tem frequência, a escola me fala que quando ele vai, ele lá é um bom menino, mas ele não vai a escola.....ele cansou da escola....ele é grande para a sala que está, está na sexta série, diz que a escola é chata, ele não tem estímulo, a escola não oferece atrativos para ele, e para fazer o EJA, ele não aceita por ter muitos adultos, tem idade de adolescentes, não se encontra lá..... Tem alguns meninos que gostam de falar que são LA por se acharem no poder. Tem menino que não fala, mas a maioria fala e na escola não tem funcionários preparados acabam tendo medo destes meninos... Mas eles são meninos normais, como os outros, porém a escola, alguns funcionários por terem medo deles, acabam dando o poder... eles se sentem fortes...fazem tudo que qualquer outro adolescente faria, são normais, também brigam como qualquer outro, mas por serem LA a escola dão mais valor ou poder, se outro adolescente quebra um vidro, não dão a mesma importância se este vidro for quebrado por um LA..*

Como você percebe sobre qual é o papel da escola na vida deste menino?

*A escola representa para ele castigo... Porque não tem estimulação, não mostra interesse em ter eles ali... não são todos os professores, tem professores que tem um olhar diferenciado, mas é difícil encontrar algum assim... ..mas a maioria... Qualquer coisinha que eles fazem já vão para a diretoria. Eles ficam cansados disso... Para eles a escola não é interessante, é mais interessante aqui fora,*

O que você pensa sobre o direito à educação?

*Que é uma lei... E a lei é pra todo mundo, não importa se é rico, branco ou preto, é para todo mundo, se é loiro, é preto, se é branco pra mim é lei para todo mundo. Não pode ter diferença... É uma lei e é fundamental a educação. E eles sabem disso... Sabem que pra ser traficante tem que saber ler, saber fazer conta, eles querem voar alto... Você sabe que as melhores pessoas que estão na cadeia, é porque leram muito né, eles sabem que eles perderam aqui fora, se tivessem o conhecimento que eles tem hoje, talvez não estivesse lá, então para mim, escola e educação é fundamental, ele não é LA e é um garoto normal como outro qualquer, as pessoas é que estão lá na escola é que fazem a diferença... e por isso que sempre falo que nas escolas deveriam ter um assistente social é um psicólogo, para sempre entender o que acontece na escola, ajudar um adolescente seja ele LA ou não...se for LA*

*sempre procurar entender porque ele não vai a escola, tentar falar com o pai ou com a mãe, não sei porque Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro, não colocam Assistente social na escola e psicólogo. Acho que as pessoas não querem que eles estudem, não fazem nada para melhorar...*

Como você percebe esta família?

*Olha tem famílias que não tem a instrução, os pais são analfabetos, se eles não tiveram isto, acham que os filhos também não precisam ter estudo, mas já tem famílias assim que fazem questão que os filhos estudem e que seja alguém na vida, não é porque são pobres, que não precisam estudar. Quem disse isso? Tem mães que precisam frequentar mais as reuniões depois, não ligam, preferem fazer outras coisas a irem à reunião da escola do filho... Eu não gostava que minha mãe fosse à minha reunião de escola, pois ela só ouvia reclamação minha que eu conversava, mas no fundo eu achava que era importante minha mãe estar lá, eu me sentia bem vendo ela ir... tem mãe que não tem vontade de ir na escola do filho...no ano passado uma escola me chamou lá, e não foi para falar do menino e sim da família, eu tive que incentivar a família a participar amis, para que o menino tivesse interesse em tirar boas notas e passar de ano...pois se o menino percebe eu que a família não liga para ele, ele não vai ter interesse em estudar, agora se a família se mostra com interesse, ele vai tentar se esforçar mais para tirar boas notas, a escola não conseguiu resolver um problema de aprendizagem lá e precisou de minha ajuda para resolver esta questão que era de aprendizagem...um minutinho que fui, já adiantou, precisei falar com a mãe, eu conheço a mãe e ela não tinha o porque de não ir lá.....*

Quais as dificuldades no encaminhamento deste jovem para a escola?

*Bom... Mudou muito... anos atrás ai, agente fazia um encaminhamento para a escola e ele já fazia a matricula, hoje existe um cadastro...este cadastro é feito em qualquer escola, e a mãe tem que esperar a escola ligar para eles, depois de alguns dias para falar se a vaga saiu. Onde ele tem que fazer a matricula. Mas tem famílias que mudam muito de endereço e quando a escola liga a família não mora mais, já mudou de lá, e aí fica tudo perdido... Eu acho que este sistema ajuda em algumas situações, no nosso caso não ajuda em nada, pois era bem melhor se a escola já desse a vaga na hora para a família, mas não é assim mais, quando a família faz o cadastro demora uns 10 dias para sair, mas tem pessoas que esperam mais tempo, às vezes tem que ficar no pé da escola, ficar indo lá sempre... as vezes a família quer uma escola e quando sai a vaga vai para outra escola, que as vezes a família não quer..*

*Eu tive um caso de um menino que queria estudar a noite, quando saiu à vaga dela, era para a parte da manhã, mas ele não quis, porque ele já era um menino bem grande e não queria estudar junto com crianças pequenas, e nem daria certo mesmo né... Ai fizemos um novo cadastro ara o EJA que é anoite, quando saiu à vaga peguei o papel na escola e levei pra mãe fazer a matricula... agora estou na duvida, ele fez ou não a matricula, porque a mãe me disse que ele não quer naquela escola, mas como foi lá que a vaga saiu, ela teria que ir fazer a matricula, já que ele queira a noite, eu já falei pra mãe que ela tinha que ri fazer a matricula, mas ainda não sei se foi....eu fiz minha parte.....*

Nesse caso, o menino sabe que só terminará a medida se estiver estudando, como ele fica judicialmente se não for à escola?

*Ele já sabe que nem sempre as coisas funcionam, ele está esperto, já fez EJA antes, está na guerra de poder, ele está querendo vencer, escapar, ele não quer mais estudar, e um menino quieto, não quer mais voltar a estudar, está no foco do trabalho, quer trabalhar, mas ele não tem nem o primeiro grau, fica difícil ele conseguir um trabalho... Aqui nos temos muito meninos bons, mas para trabalhar ou conseguir um cursos fica difícil, pois às vezes o grau de escolaridade não dá certo. Exemplo, às vezes tem um curso Técnicoizante que daria para eles fazerem, mas tem que ter o segundo grau completo, ou ter 16 anos e cursando o segundo grau e nossos meninos, às vezes mal terminaram o primeiro grau e se terminaram, não tem ainda que é solicitado pelo curso.*

*Para a escola, ele não tem motivação, a escola não tem interesse em segurar este menino... Temos-nos que tentar mudar esta visão. Mudar a educação deste país, a escola teria que mudar...*

Como você se sente em uma luta e às vezes nem sempre chega a um final feliz?

*Um compensa o outro. Tem meninos que entram na medida e tudo dá certo. Depois a gente fica sabendo que os meninos continuam estudando, outro dia mesmo, encontrei uma mãe na loja e ela me contou que o menino que era um garoto meu em medida, continua estudando, já está trabalhando e ganha até mais que o pai... Eu fiquei feliz... se de cem você salva um é muito bom....*

*Agora quando não dá certo, é frustrante, teve um que eu insisti, fui atrás, fiz de tudo e nada deu certo, ele infracionou de novo. Mas acho também que a família em grande parte nisso, eu não posso tomar conta do menino 24 horas, a família precisa ser responsável... O adolescente precisa de ajuda, a família tem que estar junto, e está em construção, precisa de apoio, ele muda de opinião a todo o momento...*

Como você analisa a situação do adolescente frente ao seu direito?

*Os que querem estudar mesmo e eu percebo eu vou atrás, pego no pé da escola, faço muito esforço... E a família sempre presente também ajuda. Tenho um menino que está dando certo por que a família pega no pé dele, para ele estudar. A família é à base de tudo. Se a família incentiva ele a ir para escola e ele te, u uma família que estuda, uma irmã que vai a escola ele se sente na obrigação de estudar, mas tem outros que não tem vontade mesmo, e a família não colabora... A adolescência é um tempo para a construção, eles tentam, querem conhecer coisas novas e às vezes entram em caminhos maus por bobearias, não tem consciência, mas outro já tem sim consciência. Mas são poucos...*

*A escola não segura o aluno lá... No caso deste menino que deu certo que está estudando, que a família pega no pé... você acha que a escola segurou o aluno?? Não foi a família que fez o papel dela, que cobra, a escola não mudou em nada...*

*Eu morei em na Zona Leste, sempre morei perto de droga e minha mãe sempre foi rígida, sempre exigiu de nós que tínhamos que estudar. Minha mãe era exigente... A família que é à base de tudo... Precisa mostrar a eles o porquê de estudar, a importância do futuro.*

*As mães que tem um filho pela primeira vez em medida sócio educativa se descabelam se envolvem e tentam fazer de tudo para o filho melhorar, este menino não vai infracional de novo. A família está por perto... Mas aquele que já tem a família no meio, do tipo, mãe já infracionou, pai está preso, irmãos já infracionaram ou estão presos, este dificilmente sairá deste caminho.*

Então você já sabe um pouco a historia futura deste menino quando ele chega aqui, você já tem um sinal do que vai acontecer?

*Já tenho sim... Tenho uma visão... se a família colabora ele vai mudar se não ,ele vai fazer de novo....mas é claro que isso pode mudar, não é uma regra geral....*



Fale-me se, por exemplo, o menino fez todo certo aqui, mas a vaga não saiu ou ele não tem frequência na escola, e você precisa encerrar o caso. Como é?

*Bom, eu faço os relatórios sempre dizendo que a vaga não foi disponibilizada, mas que ele está trabalhando ou fazendo os cursos e oficinas, mas cada juiz tem uma cabeça... Uns aceitam, outros não... querem a frequência na escola também...ou então, se ele tem 16 anos, o juiz não vai encerrar, vai ter que ir pra escola, mas se ele já tem 17 pra 18 anos, aí se tiver trabalhando ou em cursos...o juiz pode e encerrar...para o juiz ele pode considerar que o menino não quer estudar e já está trabalhando...o juiz tem que saber que tem cursos que não dá este adolescente frequentas, ele não se adere, não bate a idade ou escolaridade, ou as vezes é longe e tem que acordar cedo, e todo adolescente não gosta de acordar cedo...A gente sofre aqui... Tem que escrever bem no relatório, pra conseguir encerrar um caso...*

O que você percebe sobre como o adolescente se sente frente a tudo isso?

*Tem adolescente que acha que só o motivo de vir aqui uma vez por semana, já é uma forma de cumprir à medida que não precisa de mais nada... Eles falam, mas eu estou vindo aqui... e eu tenho que falar das metas que eles precisam cumprir...tenho que falar da escola do que eles fizeram nas metas.....vir só aqui e mais nada, não adianta....o que eu faço, vou por o que no relatório, eu acabo lendo a medida para ele e faço ele entender, aí ele fica muito bravo. Nervosos, querem terminar... E aí eu falo, mas é a sua meta, cadê a escola, cadê o curso? Quando você entrou aqui, você sabia o que tinha que cumprir que precisaria estudar.*

Como o menino chega aqui?

*Todo vem do fórum do Brás, ou da fundação casa. Todos moram aqui na região... Eles recebem uma carta para comparecerem aqui com o responsável, e lá consta o tempo que tem que cumprir e a forma, e a partir daí mandamos um relatório inicial dele, se está estudando ou não para o Juiz, o importante é se ele está estudando, ele não quer saber as condições sociais deste garoto, se onde ele mora tem água, luz, se ele tem condições humanas de sobrevivência onde mora? Ele só quer saber se ele está cumprindo a medida.*

*A gente fica triste quando o menino infracionou novamente foi assassinato, mas lá fora o mundo chamou atenção dele. Deu mais atenção e ele foi...*

Fale-me uma história boa, que deu certo no final e uma história que não deu certo no final.

*Um menino chegou aqui, foi muito difícil de fazer a medida, mandamos o relatório para o juiz que ele não tinha feito nada, nada, nada, aí o juiz mandou voltar... Quando ele voltou estava namorando, e esta namorada, o convenceu a mudar de vida, ela trabalhava no McDonald, eles foram morar juntos e com esta menina ele voltou a estudar, arrumou um emprego e estava feliz... Ele se envolveu com uma nova família e isso fez mudar...*

*Tem outro menino, também no mesmo caso... Ele não queria estudar, a gente falava, falava e nada dele voltar pra escola, o juiz mandou retornar, aí quando voltou estava namorando a namorada estava grávida, ele quis trabalhar firme e já teve.*

*Um caso que não deu certo... Tem um menino de 14 anos que não tinha interesse em nada, mãe dava tudo, e filho único, pais fizeram de tudo por ele, mas voltou a infracional e agora está na fundação, não deu certo apesar da família colaborar...*

*Sabe que a demora da medida chegar aqui, faz um grande efeito... Às vezes o menino chega aqui depois de um tempo da infração, aí eles nem sempre se lembram do ato, tem um menino comigo que infracionou há dois anos, e agora chegou pra mim, ele já está trabalhando, não posso exigir que ele viesse aqui toda semana, ele tem emprego, está caminhado bem... aí eu faço relatórios para terminar a medida logo....*

*Quando o menino vem pra cá pela vara especial é porque o juiz leu o BO e decidiu a medida, mas têm meninos que vem pelo CREIJ, que são os meninos que já ficaram na fundação e eu acho que eles já deveriam vir com um documento direto para a escola, porque eles estudavam, então é só continuar, como uma transferência, passa de uma escola para outra, sem burocracia, mas não é assim... Há dez anos eu penso isso, um mês atrás é que veio um menino pra cá desta forma, com o papel da fundação direto para escola. Este é o certo... É uma ordem judicial, mas mesmo assim, ainda não conseguiu a vaga acredita... oh..falar é uma coisa, mas fazer a ação é uma outra coisa, tem que matricular o menino. Não pode ficar com desculpas, reclamando dos meninos... Eles reclamam que os meninos ficam com o fone de ouvido nas orelhas, mas todo os adolescentes fazem isso, mas o nosso menino não pode, eles fazem diferença. Tem que existir uma diretoria como uma visão muito boa do ECA. Depende dos profissionais da escola, nós temos uma determinada escola aqui na região que os profissionais possuem uma visão muito boa, compreendem o ECA, mas é a única escola.*

*Todas as outras não se interessam pelos meninos e sua histórias familiares, não querem saber se ele tem o que comer em casa, se os pais brigam? E outros problemas... Esta semana na novela até passou uma cena, onde a criança não estava bem na escola e ai chamaram a família para perguntarem o que estava acontecendo, mas isto não ocorre nas escolas da periferia aqui... mas as politicas publicas não ajudam muito neste casos...*

## ENTREVISTADO 4

Qual seu nome, idade e formação Técnico?

*Leonardo, cientista social, tenho entrei neste trabalho... Estou no meio social há quase 20 anos, já fui oficineiro, educador de rua, trabalhei em abrigos e me formei porque tinha vontade de trabalhar em medidas... ai comecei a trabalhar com medidas e já estou aqui há 1 ano....mas já faz tempo que trabalho na área social*

*Trabalho aqui com medidas de regime aberto, relatórios informativos. Faço relatórios iniciais de atendimento, mando relatórios para o judiciário, faço acompanhamento de adolescente e encaminho a cursos, escolas e ao trabalho... Pois ele precisa fazer isto, e também faço o acompanhamento das famílias e dos adolescentes.*

Com relação a escolas, como é seu trabalho?

*Busco a vaga através de... Quando tem uma demanda de uma adolescente precisando de escola, vamos dizer que ele não estudava ai eu dou um encaminhamento para família procurar a vaga. Depois que todos as formas deles procurarem a vaga foram esgotada, ai nós damos um encaminhamento que possui um artigo do Eca dizendo que aquela vaga é importante, e lá tem um espaço onde a escola tem que preencher dizendo se forneceu a vaga ou não e porque não... Se a escola não forneceu a vaga, mandamos para o judiciário este papel, mas se ainda desta forma, não der certo, procuramos o DREM, esperamos um tempo e tentamos outra forma... quando a família já esgotou todas as tentativas, eu vou até a escola e lá converso com o diretor ou o mediador, que agora tem mediadores nas escolas né, eu converso lá. Mas eles colocam uma serie de dificuldades, enfocando que o menino é de LA e ai eu tento dizer que o menino é igual a qualquer outro adolescente, que tem direito e que este direito deve prevalecer, ele não pode ser tratado diferente, mas ele é tratado diferente partir de que a escola descobre que ele é um LA, não são todas assim, mas tem escolas que é assim, infelizmente...*

Como você é recebido pela escola?

*Umas me conhecem e outras não, mas todas não conhecem o serviço sócio educativo em meio aberto, e se conhecem é bem superficialmente, eu mesmo já tive vários conflitos com mediadores por conta desta discriminação aos adolescentes que cumprem medidas, mas eles*

*me recebem muito bem, sempre estão abertos para conversa, mas na hora que você vai conversar eles já ficam mais receosos...*

Como você percebe sobre qual papel que a escola desempenha na vida deste adolescente?

*É a escola, hoje em dia ele tem que cumprir o papel de escolarização né, e também de educação, mas em minha opinião a escola deveria fazer a parte dela, saber o porquê o aluno não está indo a escola, está faltando, deveria ligar para a família e perguntar o que está acontecendo, mas isso é coisa que não faz... Por ex. se eu falto eles deveriam ligar na minha casa e ver o que está acontecendo, ter um dialogo aberto com os familiares, eu acho que falta muito isso, a escola não está lá simplesmente como uma educação bancaria, onde o aluno vai lá, senta e ouve só... isso não adianta de nada também, o que que ainda o aluno ir para a escola se não está aprendendo nada, ele não tem vontade, chega na oitava serie sem saber ler e escrever, então o papel da escola não está sendo bom pra ele, muitos falam... Ah esse garoto tem problema, sim ele tem problema, e a escola está lá para resolver o problema. Minimizar este problema que ele tem. Pra tentar dar um estudo digno para ele...*

O que você pensa sobre o direito a educação?

*Eu penso que é fundamental, fundamental. Não só na escola como no trabalho, no meio social, em um curso. Ele tem que saber se comportar nos lugares, tem que ter a educação ou na escola ou até mesmo na rua, onde eles vivem, tem que ter educação... Um modo de vida... é fundamental, isto não pode faltar.....*

Que significado a escola tem para este menino?

*A escola não tem significado nenhum para estes meninos, não tem nada para oferecer para eles... Esta é a minha visão, né, posso estar equivocado, mas é o que penso...*

Como ele avalia o papel da escola na vida dele?

*Na maioria, logico salvo algumas exceções... Que a escola não colabora om nada. Exemplo tenho um menino que arrumou um trabalho, e a escola não deixa ele entrar na segunda aula, isto atrapalho o garoto. Ou se ele vai pra escola, quase não tem aula, muitas faltas de professores, não existem atividades extar curriculares. Outras disciplinas tirando português e a matemática, nada tem tanta importância, que deveriam ter o mesmo peso, mas não tem...*

*Então não tem um atrativo a mais na escola, na educação física tem o futebol, mas não é todo mundo que gosta de futebol. E aí. Mesmo assim não tem um trabalho pedagógico, é só pegar a bola e jogar, então não adianta nada, a escola não tem nada para oferecer...*

Para os pais, Como é a importância a educação que eles dão?

*Eles dão muita importância à educação, pois acreditam que é a única forma deles estarem saindo da criminalidade, veem como a educação por pior que seja é a forma de saírem da situação de onde se encontram... Como todos estes problemas a escola ainda é a única forma de eles estarem saindo desta situação, mas a escola não colabora como deveria, deveria colaborar mais.*

Qual as principais dificuldades no encaminhamento deste jovem a escola?

*E a vaga, geralmente não tem vaga, segundo eles não têm vaga, mas segundo eles, no meu entendimento se todos têm direito a estar na escola, tem que ter vagas para todos. Se for um direito, não dá para entender porque eles não conseguem a vaga.*

Como você interpreta as dificuldades para conseguir a vaga? O que pensa?

*Eu penso que faltam políticas públicas para a juventude. Acho que os funcionários da escola são mal pagos, mal preparados, poucas escolas, quando tem escolas é tudo muito cheio, a gente entende que uma sala com 40, 50 pessoas na sala não tem como mesmo de se ter um aprendizado... Porque como você vai desenvolver uma aula em 30 minutos de aula, porque são 40 ou 50 minutos de aula, mas até você se preparar, organizar a sala, já foram 15 minutos, sobram só 30 minutos para dar aula. Como é que você vai ter qualidade. Tem escola que se esforça... E o meu sentimento é de indignação, muita indignação.*

Quando você consegue a vaga, o que sente?

*Olha, não é simplesmente a vaga, tem que estar acompanhando, ora o que adianta o garoto estar com 95 por cento de presença se ele tem um desempenho baixíssimo, não tem aproveitamento, ele vai à escola, mas não aprendendo, está lá de corpo, mas de alma ele está sei lá onde... Ele só vai para cumprir as ordens judiciais...*

Quando ele consegue e entra na escola, quais as dificuldades em mantê-lo ali?

*As dificuldades é como eu disse a escola tem que ter um diferencial, como artes, cultura, outras formas de aprendizagem... Tem que motivar o garoto.*

Como você percebe os funcionários desta escola, quais as reações deles?

*Eles parecem gerais, muito conservadores, generalistas, dizem a todo o momento que aquele adolescente não tem jeito.*

Como você analisa este adolescente que precisa estudar e encontra dificuldades, como ele fica?

*Bom, primeiramente se os direitos deles foram cumpridos desde a época da creche, ele já não estaria cumprindo medidas. Porque estaria inserido no âmbito escola e não teria interesse em outras atividades, pois estaria envolvido com a escola, mas teria que ser respeitado estes direitos. Agora o poder público quer que ela vá pra escola, mas o poder público já foi ausente antes, não fez com que os direitos fossem cumpridos... Como ele quer que o adolescente vá pra escola agora, a educação foi ausente. O adolescente escolheu outra vida por isso e agora para inseri-lo na educação agora é mais difícil... Volto a dizer que a educação não tem nada para oferecer também...*

E como você acha que o adolescente se sente?

*Ele se sente meio que deixado de lado, porque ele vai pra escola e é visto como uma coisa não como uma pessoa... Ah esse menino é LA e por outro lado também temos meninos que consideram o cumprimento de medida como um status e usam isso a favor dele. Ele chega à escola e mostra que ele é o cara, mas na verdade não é nada disso, muitos deles não são nada disso, eles não tem o perfil de criminalidade, eles são uns caras que entraram a toa, que estavam na precisão de alguma coisa naquela hora e entraram...*

Conte-me um exemplo bom, uma história que deu certo e outra que não deu muito certo no final.

*Bom, como eu tenho vários... Tem um que terminou legal. Fazia curso, comparecia nos grupos de família e nas oficinas ele ia pra escola, só não tinha boas notas. E deu para gente encerrar ele normalmente, ele ficou aqui por uns oito ou nove meses, mas a medida era de 12 meses.*

*Como ele fez toda certo, deu pra encerrar antes.*

*Um caso que deu errado foi dois que foram presos, um que tomou um tiro e morreu... esse eu tinha conseguido a escola para ele, mas ele foi preso .o outro estava para encerrar medida e a lentidão para conseguir a vaga na escola, passou o tempo, eu sabia que ele tinha vontade em fazer cursos, em estudar, mas não deu tempo, ele acabou indo preso...*

*Quanto tempo dura entre este menino chegar aqui e o final desta história?*

*Olha a escola foi rápido de conseguir a vaga, foi uns 4 ou 5 meses, mas como a mãe dele não foi fazer a matrícula ele perdeu a vaga, até eu conseguir outra escola para ele, aliás, até agora estou esperando resposta desta vaga, também estava vendo cursos no pronatec, mas devido à escolaridade baixa, não dava certo nenhum curso pra ele, acabou se envolvendo novamente e foi preso. Devido à demora de tudo... eles acabam desistindo sabe...*

*Sempre que os meninos chegam à gente já procura agir rápido, espero uns 10 dias pra tentar conseguir vaga na primeira vez... no ano passado em um mês conseguimos vagas para todos nas escolas, mas este ano, está mais demorado...*



## ENTREVISTADO 5

Qual seu nome, idade e formação Técnico?

*Paula, sou pedagoga, desde que me formei, queria muito trabalhar com medidas, fiquei sabendo deste lugar e mandei currículo, insisti muito, queria muito entrar aqui e acabei conseguindo... Eu sou técnica aqui e faço um trabalho na rede social... nós compomos uma equipe multidisciplinar, para que todos possam participar e formar uma conclusão técnica.*

*Eu aqui realizo atendimento individual, orientação, encaminhamento, trabalhos com famílias, em grupos e oficinas, faço atendimento do adolescente para que seja encaminhado um relatório ao juiz, falado de suas etapas da medidas, como estão sendo cumpridas, bom faço uma acompanhamento do adolescente desde que chega até o encerramento da medida.*

Como é o seu trabalho frente às escolas?

*Bom, tudo que se refere à escola bem mais complicado, mas eu comunico a família para ir até a escola e fazer o cadastro... que é o começo de tudo...a família é que precisa ir, nós não tiramos a responsabilidade da família perante isto é dever da família procurar a escola, este cadastro tem uma demora que na a parte estadual o cadastro valido para o ano todo, e na parte municipal é valido para 10 a 15 dias depende do sistema, mas enfim família faz o cadastro tem que ir até a escola para ver se a vaga saiu ou não, lese não podem ficar esperando a escola ligar, ela não tem interesse em ligar pra família, então é família que precisa ficar sempre indo até lá ou ligando para saber sobre a vaga. Se não der certo, se vaga a estiver demorando muito, como por exemplo, no estado a vaga pode demorar até um ano, que é o prazo de cadastro, mas este menino não pode ficar esperando este tempo, então a gente entra com um documento nosso, um encaminhamento, este encaminhamento fala que o adolescente cumpre medida sócio educativa e por isso evitamos mandar este documento logo, para evitar que o adolescente seja rotulado, que seja feito a diferença... mas como este encaminhamento nós estamos tendo algum sucesso em algumas escolas, pois lá fala sobre os direitos deste adolescente perante o ECA...e ai algumas escolas disponibilizam a vaga...mas se com este encaminhamento, não tivermos resultado também, aí nos falamos com a diretoria de ensino, e hoje a diretora de ensino tem nos ajudando bastante, mas falamos por e-mail, mas também se não tiver a vaga na escola desta forma, ou se ele tem que esperar, ou vai pra uma escola muito longe ai a gente tenta negociais e se não consegue a gente manda pra SMADS, para que eles interfiram pelo menino na escola e se por ultimo isto também não der*

*certo.ai tem que ser via judicial...tem muita escola que não sabe o que é LA e a gente tenta esclarecer e falar sobre o ECA, para que de alguma forma a vaga seja disponibilizada. Quando a gente manda para o Juiz dizendo que a vaga não foi disponibilizada, mandamos junto todos os documentos que comprovem isso, os E-mails e conversas, provando que fizemos nossa parte e mesmo assim não tivemos sucesso. E só nesta hora depois que o juiz encaminha uma ordem judicial para a escola e ara a diretoria de ensino e ai a vaga aparece.*

Quanto tempo demora entre um adolescente chegar e começar a estudar?

*Demora um tempo mais ou menos... mas para o adolescente está em cumprimento de medidas, nos não podemos esperar muito, esperamos uns 10 dias para a primeira etapa, família e cadastro, depois mais uns dias para a resposta do encaminhamento, depois falamos com a diretoria e aguardamos mais um tempinho, dependendo do tempo que a escola der...a gente só procura não espera muito, pois o adolescente precisa de pressa para cumprir a medida...a demora pela vaga é a mais complicada...*

*Se o adolescente chegar aqui e diz que quer estudar, temos que agir rápido, pois o adolescente tem um tempo diferente da gente, ele é mais rápido, vive momentos, então precisamos ter pressa, agir mais rápido...*

Pra você, qual o papel que a escola desempenha na vida do adolescente?

*Bom, a escola deveria exercer muito bem seu papel, mas falha muito... um exemplo que temos aqui é que se o adolescente faz algo lá, dão algum problema eles recorrem à medida, pra andar junto, mas sempre vem com reclamações, e eu sempre digo para a escola, os pais foram comunicados. E a escola não fez isso, eu digo a eles, se fosse outro aluno, vocês não falariam para os pais, porque com este menino é diferente? Se um adolescente que não cumpre medida eles falam com pais, entram em contato, porque não entram com contato com os pais deste adolescente que cumpre medidas, eu falo que lá ele é um aluno, como qualquer outro e não um LA. Os direitos são os mesmos e os procedimentos devem ser os mesmos... não pode ter diferença. Então eu falo, se me chamam eu vou, mas lá eu deixo bem claro que não aceito as diferenças, precisam tratar todos como alunos. E não ter um olhar diferente...*

Como você percebe que o adolescente se sente?

*Para uns é desagradável, é constrangedor, mas para outros é um status, eles tentam mostrar que tem poder, se eles são vistos como poderosos, eles tentam mostrar o que esperam deles, eles mostram as diferenças que fazem deles, e isso é uma coisa de adolescente mesmo, querer mostrar poder, mostrar quem manda mais, é normal do adolescente, se esperam dele que ela faça isso, ele vai fazer isso mesmo. Ele vai querer Estar na liderança, falar que é LA, que pode fazer O que quer. Mas nem todos são ou agem assim. Depende de cada pessoa... quando eles estão aqui eu falo que escola não precisa saber que ele cumpre medida, mas eles escolhem se querem ou não falar...é uma particularidade eu pertence a cada um. Só eles e família sabem e ninguém mais precisa saber, mas alguns contam...*

O que você pensa sobre a educação?

*Que o direito deve ser assegurado Não é dever e nem obrigação é um direito que eles tem. Eles chegam aqui com algumas metas para serem cumpridas, e algumas metas é o estudo... A gente sempre passa que é um direito deles, que a escola tem que disponibilizar uma vaga, pois eles tem o direito, a gente tenta passar isso. Mas ele chega aqui como um dever... ou ele não quer este direito e larga mão disso. E a gente tenta mostrar que o estudo vai ser importante para ele não pela medida e sim pela vida...*

Como é significado da escola para este menino?

*Ele acha que o significado é um obrigação, pois a mãe fala que tem que estudar, a gente fala que ele tem que estudar, alguns vem com a medida que exige a escolarização... já veio um menino com uma medida que dizia escolarização compulsória...e eu me perguntei compulsório por que. Não é obrigação e sim direito dele. Então vira uma punição e não uma medida pedagógica, ela tem que estimular, ela tem que proporcionar, ela não pode ser obrigação ou punição, então para muitos é um dever e para outros é um direito eu acaba virando uma obrigação, mas cada adolescente pensa de um jeito e para cada um o retorno a escola significa algo. Para muitos a escola é retomar as dificuldades, outros foi uma opção abandonar a escola, pois se sentiam incomodadas com a discriminação que já sentiam etc.*

E para a família, qual o significado da escola?

*Então família chega aqui muito desorientada, que não sabem o que fazer se já procuraram a escola, ouviram que não tem vaga e nos pedem ajuda outros já correm atrás... muitas*

*famílias ficam acomodadas e acham que nós é que temos que correr atrás, e a gente explica que é dever deles e nós damos apenas o apoio. Dizemos que temos que trabalhar juntos, não podemos fazer tudo por eles...*

Que importância a família dá a escola?

*Palavras da família... estudar, ser algum na vida e conseguir um trabalho. O que a família declara, quero que meu filho estude, faça curso e consiga um trabalho...*

Quais as dificuldades encontradas na busca pela vaga?

*A escola, ou a maioria, não posso generalizar, mas a escola não dá atenção necessária para a família, não explica direito para a família, que tem que fazer um cadastro, que tem uma validade em que a família tem que ficar indo lá para ver se a vaga saiu ou não. Então se a família está mal orientada, não sai de lá compreendendo o que tem que fazer... a gente aqui é que explica o que eles tem que fazer...o atendimento lá na escola é ruim, as vezes tem fila para ser atendido, ou os funcionários não tem paciência,...a família não compreende o cadastro, e a escola não explica que as vezes pode sair vaga em outra escola, depende do bairro que o adolescente mora, . As vezes demora muito tempo, pois a vaga sai em um bairro ou escola que a família ou o adolescente não quer, então tem que fazer outro cadastro, isso demora mais tempo ainda... e precisa ser conversado com a família na escola e a escola não faz isso...dificultando o tempo...*

*Se a vaga sai e família não faz a matrícula a vaga fica perdida, tem escola que aguarda 3 dias ou outras uma semana, depende do numero de adolescentes aguardando vaga e aí aquele adolescente perde a vaga e tem que fazer tudo de novo. Mas um tempo perdido...*

Para você, o que sente frente as dificuldades?

*A gente está correndo atrás para dar tudo certo, mas com tantas dificuldades pela frente, pra gente é frustrante, as vagas não efetivam as vezes também porque a família não faz a matrícula... e é recompensante e gratificador, quando tudo dá certo...mas o que mais acontece a frustração...embora o tempo também seja importante, não podemos desistir, temos*

*que ser insistentes, se não saiu a vaga hoje, vamos tentar amanhã ou depois, temos que estar sempre no pé...e ai pode ser recompensador pela nessa insistência.*

Como é a situação do adolescente, frente a isto?

*Então, ele sofre pelo fato de andar com o rotulo de medida sócio educativa. Para mim é indignante, quando ao adolescente chega aqui e diz que sofre preconceitos, eu acho que a escola deveria saber sobre o respeito, sobre o ECA eu também procuro ir até lá para ouvir as outra parte, porque as vezes não é bem isso também procuro andar junto com a família e escola também, todos falando a mesma coisa... enquanto o adolescente estiver om e gente sou responsável por possibilitar que o direito dele aconteça...*

Como você acha que o adolescente se sente?

*Então, muitos já são de segunda ou terceira medida, reincidentes, alguns desses sabem lidar um pouco melhor com a escola. Ou eles não falam que são LA ou já chegam chutando o balde, impondo poder... já para os que são de primeira medida, eles já querem falar que estão em medida, acham que vão ter mais valor lá, sendo LA. Querem se mostrar... mas para outros já preferem ficar quietos...para cada um é de um jeito...*

Fale-me um caso que deu certo no final e uma história que no final não deu tão certo.

*Tenho um caso bem complicado aqui, que é uma adolescente que possui dislexia, tem 16 anos e está no terceiro ano do ensino fundamental. Ele precisa da escola e quando conseguimos a vaga para ela, não deu certo, e ele em 16 anos e bem grandão, não sabe nem ler e escrever direito, então ele sofria lá, pois as crianças tiravam sarro dele por não saber ler e escrever ser grande. Aí ele abandonou a escola e ai pra eu conseguir fazer ele retornar para a escola de novo, foi difícil se eu o coloco no EJA, fará duas series em um ano e não acompanhará pela dislexia, ai eu estou precisando de uma sala que possa trabalhar com ele de forma diferenciada, consegui uma escola que tem um sala que possui mais alunos com o mesmo transtorno e poderia recebê-lo, mas ele ainda não tem vontade em ir a escola, tem a ideia que a escola é um terror e não tem vontade de ir para a escola e nos relatórios eu preciso dizer*

*que ele tem esta dificuldades da dislexia e por isso não consegue acompanhar a aprendizagem... eu não posso me apegar a meta que ele precisa estudar para encerrar a medida, ele tem outras metas e estas devem ser cumpridas e nos relatórios eu preciso saber explicar o caso ara solicitar o encerramento...*

E um caso que deu certo?

*Um caso que dá mais certo é quando o menino que chega aqui e quer estudar, ai agente tenta inserir e acaba dando certo, ficamos felizes, Tenho um menino que está estudando no EJA e já pensa em fazer faculdade. Para mim é um caso que já pensa em um futuro também... é fundamental isto e é um caso fácil e de sucesso...*

*Eu brigo mesmo com as escolas, vou sempre às escolas, mas tenho um desejo de um dia reunir todas as escolas, diretores e mediadores, junto com a defensoria publica e explicar como é a medida, falar sobre o ECA, mas tem que ser todas junto, para dar certo... penso que se fizer isso aas medidas seriam melhores compreendidas pelas escolas.*

## ENTREVISTADO 6

Qual seu nome, idade e formação Técnico?

*Luciano, sou formado em pedagogia desde 2005, antes de me formar, sempre fui militante, antes era anarquista, depois comecei a compreender o que era anarquismo, e mudei para a política... depois trabalhei na fundação casa por dois anos, depois de formado...mas continuei na militância e desde esta época já acompanhava as questões de criança e adolescente, apoiava candidatos para conselhos tutelares depois fui trabalhar no projeto meninos e meninas de rua, lá em Guarulhos e ai fiquei sabendo que aqui estavam precisando de técnicos e estou aqui há três meses...*

*Aqui faço orientação, garantias dos direitos. Porque existe uma compreensão equivocada, pois quando o juiz determina que ele vá pra escola, a ideia é de punição e na verdade o ECA não diz isso, diz apenas Garantia do direito. Se ele está fora da escola é porque os direitos não foram garantidos... o juiz diz na medida em que ele deve ter curso, escola e trabalho...além de inserção em atividades culturais...se o menino não tem isso, ele infracionou por conta disso...a família a comunidade e a escola falhou com este adolescente...então portanto eu devo fazer valer a garantia do direito deste adolescente. Muita gente diz, ah, mas ele não tem vontade em ir pra escola e isso poder ser u direito dele. Mas eu penso que ele tem direito de ir a escola, se eu pensar que se ele não vai a escola, estamos fazendo uma coisa ao contrario, sem explicar... tirando dele o direito de ir a escola...sem explicar...apesar da escola não ter um atrativo, dela não ser atrativa...ela foi sucateada, a educação hoje está sucateada, a universidade hoje está sucateada, por isso que o pobre está podendo ir pra universidade hoje... O pobre só esta na escola hoje porque ela está sucateada... mas ele tem que estar lá pois tem este direito e não obrigação...quando o adolescente chega aqui eu falo, a família falhou com você, por isso você infracionou, alguém colaborou e sempre é o adulto. Então, portanto errou o estado, errou a comunidade e errou a família. E ai cabe a intervenção do próprio estado para reinserir este adolescente no meio dele, no meio em que ele tem direito... na cultura, na escola e no trabalho...*

*Eu sempre explico para ele que o não cumprimento da medida é grave... eu sempre sento do lado e explico para ele o significa o ECA, pois eles não sabem...falou sobre o ECA e digo que ele só existe para defender os direitos dele e não para punir...mas ao mesmo tempo ele é*

*muito punitivo, pois temos as privações de liberdade, a liberdade assistia, semi liberdade...mas temos que explicar as regras que existe lá dentro do estatuto e fazer o que ela diz...quando há um ato infracional deve se fazer isso, isso é isso...eu sou chato e falo mesmo...ele tem que m escutar...*

O seu trabalho frente as escolas, por onde começa a procura pelas vagas?

*Há um engano né... como não há conversa entre as pessoas. Pois o juiz determina que nós arrumemos a vaga, então o meu papel é ir pra escola, eu vou porque ela está no Estatuto, o meu papel é promover, as pessoas confundem promover com promoção, e na verdade é fazer acontecer... se eu sou o responsável técnico para arrumar a vaga eu tenho eu ir para escola...se e existe um técnico eu não vai, esta pessoa não teve o entendimento do que está no Estatuto. Então eu ligo para a escola, marco o horário e vou para escola, gosto de ir com a família, a família também percebe que tem a responsabilidade... lá eu falo que tanto eu como a família somos responsáveis pelo adolescente, eu gosto de fazer isso. Então eu vou, eu assino documentos, há pessoas que dizem que se eu fizer isso, eu me torno responsável... mas eu não me torno eu já sou responsável. Desde que ele chegou e veio pra mim... então eu faço o que devo... já que sou responsável, tenho que promover...é isso...*

*Eu sou recebido na escola... mas eu sou novo aqui, então muitas escolas ainda não me conhecem...como eu disse não há comunicação entre as escolas...uma coisa espetacular é o SUS, no SUS você passa no médio lá no amazonas e todo o pais que você andar, estará no sistema seu cadastro. Já com as escolas não acontece isso, não existe comunicação, na medida ainda falta também este tipo de comunicação, por exemplo, a secretaria de educação deveria estar integrada, pois é gerenciada pelo estado... se o menciono estudava na fundação casa, e lá existe uma educação estadual, deveria existir só uma transferência...*

Na vida do adolescente que papel a escola tem para ele?

*Então, é o mesmo papel que a sociedade tem nenhum, não tem responsabilidade com ele, a escola é tradicionalíssima até hoje, é preconceituosa, cheias de normas e regras, instituídas pela própria escola que muitas vezes não tem importância... as vezes a própria secretaria da educação não compreende a questão da condição do adolescente é ai com um conchavo entre diretores, a secretaria não compreende a resolução federal e este adolescente não é inserido e seja lá qual for o motivo ele simplesmente deixa de ir pra escola, e ela por sua vez não faz o*



*resgate que deveria ser feito, a própria escola não comporta uma demanda, e a demanda que ela comporta é somente aquela de ensinar o que é posto pelo conteúdo da escola, a aula já é determinada, é isso, não se vê avanço. Temos hoje uma tecnologia, o adolescente consegue aprender bem mais se a escola não fosse tão tradicional, e aí eu penso que o problema está, por exemplo, em questões musicais, o jovem é muito agredido lá, porque quando estado falta, a própria população que está inserida nisto, arruma meios para a diversão, seja lá o que for, eles se organizam elaboram normas, tanto para se locomover, para se alimentarem e etc., além da música...*

Como você percebe o significado da escola para este garoto?

*Então... o significado não é relevante e importante, ele não se identifica com a escola, ela traz um padrão, se você entra na escola estará entrando em uma cadeia, você olha e vai ver lá grades, 'vigilantes, pessoa presas, um adolescente quando está do lado de fora ele fala. Eu não quero isso pra mim, não vou ficar aqui... quando você olha pra escola das classes altas, você vê uma escola totalmente diferente, lá o adolescente tem diversos atrativos, ele se identifica, ela é atrativa, lá ele tem vários ensinamentos e laços sociais envolvidos...então é diferente de nossas escolas daqui, a escola pode não ser atrativa, mas se ela tiver um educador que abraça a causa, ele transforma sua aula em algo interessante para o adolescente...ele é um diferencial, mas as vezes tem que trabalhar além do período, ele tem que dar conta do que manda a regra, matéria dada e tem que articular algo que ajude o adolescente...e as vezes ele não tem tempo pra isso...e até mesmo o educador pode ser penalizado...mas tem alguns que ajudam sim...eu acho que tanto educador como o adolescente são vítimas do sistema, o sistema é pra funcionar assim e não de outra forma...se o educador fizer a diferença aí assim...eu tenho dois conhecidos que fizeram a diferença e todos os adolescentes eu estiverem com estes educadores estão lá na escola até hoje...o educador consegue transformar, mas não sendo fácil. Ainda mais se a escola anda contra...*

Como é matricular um adolescente e perceber que a escola não segura o aluno lá?

*Então, eu converso com eles esta situação. eu falo então, cara a escola é chata, ela é chata, mas não é por isso que você deve sair, se você sair não sou eu o prejudicado e sim você mesmo...porque juiz vai lhe cobrar, você tem o direito de ficar na escola e se é seu direito não saia disso, se você sair seu direito será violado. Mas isso nem sempre dá certo o, o*

*adolescente está no auge na perspectiva, eu já passei por isso, eu sei o que é isso... mas a gente tem que fazer este dialogo, devo falar que com este direito, ele pode fazer a vida dele de forma diferente com outra perspectiva, tem um adolescente que veio aqui e disse eu vai ler o ECA e vai vir aqui discutir comigo, eu disse que bom leia mesmo, eu sempre leio com eles, pego o ECA e leio para eles...nem sempre alguns tem o domínio na leitura e por isso eu leio, os que conseguem ler, eu peço para eles lerem e a gente conversa sobre...eu estou aqui pra promover lembra? Então eu questiono sempre eles, eu falo que eu trabalho para eles, se eles não infracionassem não existiria o meu serviço, então eu faço eles compreenderem o direito deles. Por enquanto ainda nem um menino meu saiu da escola, mas é por enquanto, estou aqui há 3 meses...*

Como você percebe a família deste jovem. Eles dão importância a educação?

*Há sim, todas as famílias que conversei dão importância a escola, só que é assim nem a família é importante, mas a família aceita se ele não quer ir pra escola, ai eu tenho que explicar que a escola é um direito e não punição... que ele precisa usufruir deste direito...*

Como a família sente se percebe que não consegue a vaga?

*O meu papel é garantir o direito, lembra? Então faço caminhos. Vamos imaginar ele sai da fundação casa e vem para cá, eu tenho que perguntar se ele estava estudando da fundação, eu tenho que orientar que existe uma escola responsável pela matricula dele na fundação, pois ela é a referencia e peço a transferência dele... a vaga deveria ser automática, é um direito e é ler. Ele já estava estudando e só transferir, mas se eles não estava estudando, eu peço pra família ir fazer o cadastro dele, se a escola não quiser fazer o cadastros ai eu vou a escola e levo um documento daqui dizendo que ele está em medida e deve estar estudando. Se a escola se recusar afazer o cadastro, eu quero saber que acontece, ligo pra secretaria e falo que esperei o período do cadastro e a secretaria fica de resolver isso em um tempo de uma semana ou 15 dias... agora se a secretaria não me der resposta ou também não conseguir, com o SMADS para depois partir para o judiciário. Eu falo através de um relatório contando tudo isso, ai eles exigem a vaga, voltam ao inicio e com a determinação judicial a vaga sai, pois ele manda um oficio direito para a secretaria da educação e a vaga sai... Parece que o juiz não sabe que a escola não faz a matricula na hora pois tem que fazer o cadastro antes, se o juiz soubesse ou se os órgãos se comunicasse, eliminaríamos etapas, isto é uma*

*burocracia...enquanto o juiz não determina, temos que fazer todo este caminho, depois de um tempo perdido que o menino está sem escola, acaba dando certo ...se a rede publica diz que não tem vagas, a pessoa pode entra com uma ação contra o estado e o estado paga a educação daquela criança mesmo em escola particular...lembra que é um direito...eu sou contratado pelo estado para garantir este direito e tenho que ser capaz disso...*

Porque não se consegue a vaga?

*Tem muita demanda... E vaga surge com a determinação judicial, porque a secretaria coloca o garoto em um lugar já muito lotado mesmo... não tinha vaga antes, pois não tinha lugar. É igual a andar em ônibus apertado, saiu do lugar perdeu... então se o menino esteve estudando e saiu, quando ele precisa voltar, não tem mais o lugar lá...foi ocupado...*

Quais as dificuldades encontradas no encaminhamento deste jovem para a escola?

*É a falta de vaga... se e não fosse isso seria fácil. Se tiver superlotação da escola, fica difícil...*

O que você sente frente a isso?

*Eu sinto que o direito dele está sendo violado... não posso ficar frustrado, pois sei que o sistema faz isso não funcionar mesmo...eu só tenho que lutar para que o adolescente tenha seu direito garantido...a organização doe estado diz que é necessário, ter o analfabeto, o criminoso a sociedade se organiza desta forma, precisa ter pessoas não preparadas, não alfabetizadas, o desempregado...etc. Há uma necessidade disso senão como se dará determinadas coisas. Na ótica do capital funciona direito, está certo assim...*

Quando ele está na escola quais s as dificuldades para mantê-lo na escola?

*A dificuldade é a questão do preconceito, os professores tem uma visão preconceituosos... se o adolescente passou pela fundação ele é visto como o diferente é as vezes ao adolescente mostra esta visão que percebem dele, mas não e nada disso...as vezes a escola tem visão de vagabundo, de que só podia ser ele mesmo a fazer algo errado na aula, etc.*

Como você analisa a situação dele. Pois precisa estudar e encontra dificuldades para entrar na escola?

*Eu faço todos os tramites, e acho que ele vai conseguir sim... A dificuldade dele é momentânea, pois em algum momento ele vai conseguir, mesmo que isso demore um pouco pelas questões burocráticas, pelos prazos de cadastros e tentativas... o juiz vai conseguir...pode até demorar, mas vai dar certo.*

*A situação judicialmente, deste menino enquanto espera a vaga, não pode esperar muito, é o meu papel é agilizar isso, ele não pode esperar muito. Tenho que ter as respostas na mão para mandar ao judiciário, a incapacidade não está no menino e sim no sistema. O estado a comunidade e a família contribuíram para ele ficar sem escola então é papel do estado corrigir isso...*

Como você percebe que ele se sente frente a isso?

*Cada um tem um sentimento. Tem uns que vai cobrar a vaga, pois querem ir pra escola, outros já não fazem questão. Eles falam que não querem estudar, que a escola é chata... ai eu falo que ele tem que ir estudar, mesmo em uma escola chata, .eu cobro que ele use o direito dele, não sou chato...quero que a medida seja cumprida, que ele seja incluído na escola...*

Fale-me sobre um caso que deu certo no final e outro caso que não terminou tão bem.

Fale-me um caso que deu certo no final e uma história que no final não deu tão certo.

*Tenho um caso bem complicado aqui, que é uma adolescente que possui dislexia, tem 16 anos e está no terceiro ano do ensino fundamental. Ele precisa da escola e quando conseguimos a vaga para ela, não deu certo, e ele em 16 anos e bem grandão, não sabe nem ler e escrever direito, então ele sofria lá, pois as crianças tiravam sarro dele por não saber ler e escrever ser grande. Aí ele abandonou a escola e ai pra eu conseguir fazer ele retornar para a escola de novo, foi difícil se eu o coloco no EJA, fará duas series em um ano e não acompanhará pela dislexia, ai eu estou precisando de uma sala que possa trabalhar com ele de forma diferenciada, consegui uma escola que tem um sala que possui mais alunos com o mesmo*

*transtorno e poderia recebê-lo, mas ele ainda não tem vontade em ir a escola, tem a ideia que a escola é um terror e não tem vontade de ir para a escola e nos relatórios eu preciso dizer que ele tem esta dificuldades da dislexia e por isso não consegue acompanhar a aprendizagem... eu não posso me apegar a meta que ele precisa estudar para encerrar a medida, ele tem outras metas e estas devem ser cumpridas e nos relatórios eu preciso saber explicar o caso ara solicitar o encerramento...*

E um caso que deu certo?

*Um caso que dá mais certo é quando o menino que chega aqui e quer estudar, ai agente tenta inserir e acaba dando certo, ficamos felizes, Tenho um menino que está estudando no EJA e já pensa em fazer faculdade. Para mim é um caso que já pensa em um futuro também... é fundamental isto e é um caso fácil e de sucesso...*

*Eu brigo mesmo com as escolas, vou sempre às escolas, mas tenho um desejo de um dia reunir todas as escolas, diretores e mediadores, junto com a defensoria publica e explicar como é a medida, falar sobre o ECA, mas tem que ser todas junto, para dar certo... penso que se fizer isso aas medidas seriam melhores compreendidas pelas escolas.*

Qual seu nome, idade e formação Técnico?

*Luciano, sou formado em pedagogia desde 2005, antes de me formar, sempre fui militante, antes era anarquista, depois comecei a compreender o que era anarquismo, e mudei para a politica... depois trabalhei na fundação casa por dois anos, depois de formado...mas continuei na militância e desde esta época já acompanhava as questões de criança e adolescente, apoiava candidatos para conselhos tutelares depois fui trabalhar no projeto meninos e meninas de rua, lá em Guarulhos e ai fiquei sabendo que aqui estavam precisando de técnicos e estou aqui há três meses...*

*Aqui faço orientação, garantias dos direitos. Porque existe uma compreensão equivocada, pois quando o juiz determina que ele vá pra escola, a ideia é de punição e na verdade o ECA não diz isso, diz apenas Garantia do direito. Se ele está fora da escola é porque os direitos não foram garantidos... o juiz diz na medida em que ele deve ter curso, escola e trabalho...além de inserção em atividades culturais...se o menino não tem isso, ele infracionou por conta disso...a família a comunidade e a escola falhou com este*

*adolescente...então portanto eu devo fazer valer a garantia do direito deste adolescente. Muita gente diz, ah, mas ele não tem vontade em ir pra escola e isso poder ser u direito dele. Mas eu penso que ele tem direito de ir a escola, se eu pensar que se ele não vai a escola, estamos fazendo uma coisa ao contrario, sem explicar... tirando dele o direito de ir a escola...sem explicar...apesar da escola não ter um atrativo, dela não ser atrativa...ela foi sucateada, a educação hoje está sucateada, a universidade hoje está sucateada, por isso que o pobre está podendo ir pra universidade hoje... O pobre só esta na escola hoje porque ela está sucateada... mas ele tem que estar lá pois tem este direito e não obrigação...quando o adolescente chega aqui eu falo, a família falhou com você, por isso você infracionou, alguém colaborou e sempre é o adulto. Então, portanto errou o estado, errou a comunidade e errou a família. E aí cabe a intervenção do próprio estado para reinsserir este adolescente no meio dele, no meio em que ele tem direito... na cultura, na escola e no trabalho...*

*Eu sempre explico para ele que o não cumprimento da medida é grave... eu sempre sento do lado e explico para ele o significa o ECA, pois eles não sabem...falou sobre o ECA e digo que ele só existe para defender os direitos dele e não para punir...mas ao mesmo tempo ele é muito punitivo, pois temos as privações de liberdade, a liberdade assistia, semi liberdade...mas temos que explicar as regras que existe lá dentro do estatuto e fazer o que ela diz...quando há um ato infracional deve se fazer isso, isso é isso...eu sou chato e falo mesmo...ele tem que m escutar...*

O seu trabalho frente as escolas, por onde começa a procura pelas vagas?

*Há um engano né... como não há conversa entre as pessoas. Pois o juiz determina que nós arrumemos a vaga, então o meu papel é ir pra escola, eu vou porque ela está no Estatuto, o meu papel é promover, as pessoas confundem promover com promoção, e na verdade é fazer acontecer... se eu sou o responsável técnico para arrumar a vaga eu tenho eu ir para escola...se e existe um técnico eu não vai, esta pessoa não teve o entendimento do que está no Estatuto. Então eu ligo para a escola, marco o horário e vou para escola, gosto de ir com a família, a família também percebe que tem a responsabilidade... lá eu falo que tanto eu como a família somos responsáveis pelo adolescente, eu gosto de fazer isso. Então eu vou, eu assino documentos, há pessoas que dizem que se eu fizer isso, eu me torno responsável... mas eu não me torno eu já sou responsável. Desde que ele chegou e veio pra mim... então eu faço o que devo... já que sou responsável, tenho que promover...é isso...*

*Eu sou recebido na escola... mas eu sou novo aqui, então muitas escolas ainda não me conhecem...como eu disse não há comunicação entre as escolas...uma coisa espetacular é o SUS, no SUS você passa no médio lá no Amazonas e todo o país que você andar, estará no sistema seu cadastro. Já com as escolas não acontece isso, não existe comunicação, na medida ainda falta também este tipo de comunicação, por exemplo, a secretaria de educação deveria estar integrada, pois é gerenciada pelo estado... se o menciono estudava na fundação casa, e lá existe uma educação estadual, deveria existir só uma transferência...*

Na vida do adolescente que papel a escola tem para ele?

*Então, é o mesmo papel que a sociedade tem nenhum, não tem responsabilidade com ele, a escola é tradicionalíssima até hoje, é preconceituosa, cheias de normas e regras, instituídas pela própria escola que muitas vezes não tem importância... as vezes a própria secretaria da educação não compreende a questão da condição do adolescente é aí com um conchavo entre diretores, a secretaria não compreende a resolução federal e este adolescente não é inserido e seja lá qual for o motivo ele simplesmente deixa de ir pra escola, e ela por sua vez não faz o resgate que deveria ser feito, a própria escola não comporta uma demanda, e a demanda que ela comporta é somente aquela de ensinar o que é posto pelo conteúdo da escola, a aula já é determinada, é isso, não se vê avanço. Temos hoje uma tecnologia, o adolescente consegue aprender bem mais se a escola não fosse tão tradicional, e aí eu penso que o problema está, por exemplo, em questões musicais, o jovem é muito agredido lá, porque quando estado falta, a própria população que está inserida nisto, arruma meios para a diversão, seja lá o que for, eles se organizam elaboram normas, tanto para se locomover, para se alimentarem e etc., além da música...*

Como você percebe o significado da escola para este garoto?

*Então... o significado não é relevante e importante, ele não se identifica com a escola, ela traz um padrão, se você entra na escola estará entrando em uma cadeia, você olha e vai ver lá grades, 'vigilantes, pessoa presas, um adolescente quando está do lado de fora ele fala. Eu não quero isso pra mim, não vou ficar aqui... quando você olha pra escola das classes altas, você vê uma escola totalmente diferente, lá o adolescente tem diversos atrativos, ele se identifica, ela é atrativa, lá ele tem vários ensinamentos e laços sociais envolvidos...então é*

*diferente de nossas escolas daqui, a escola pode não ser atrativa, mas se ela tiver um educador que abraça a causa, ele transforma sua aula em algo interessante para o adolescente...ele é um diferencial, mas as vezes tem que trabalhar além do período, ele tem que dar conta do que manda a regra, matéria dada e tem que articular algo que ajudo o adolescente...e as vezes ele não tem tempo pra isso...e até mesmo o educador pode ser penalizado...mas tem alguns que ajudam sim...eu acho que tanto educador como o adolescente são vítimas do sistema, o sistema é pra funcionar assim e não de outra forma...se o educador fizer a diferença aí assim...eu tenho dois conhecidos que fizeram a diferença e todos os adolescentes eu estiverem com estes educadores estão lá na escola até hoje...o educador consegue transformar, mês o não sendo fácil. Ainda mais se a escola anda contra...*

Como é matricular um adolescente e perceber que a escola não segura o aluno lá?

*Então, eu converso com eles esta situação. eu falo então, cara a escola é chata, ela é chata, mas não é por isso que você deve sair, se você sair não sou eu o prejudicado e sim você mesmo...porque juiz vai lhe cobrar, você tem o direito de ficar na escola e se é seu direito não saia disso, se você sair seu direito será violado. Mas isso nem sempre dá certo o, o adolescente está no auge na perspectiva, eu já passei por isso, eu sei o que é isso... mas a gente tem que fazer este dialogo, devo falar que com este direito, ele pode fazer a vida dele de forma diferente com outra perspectiva, tem um adolescente que veio aqui e disse eu vai ler o ECA e vai vir aqui discutir comigo, eu disse que bom leia mesmo, eu sempre leio com eles, pego o ECA e leio para eles...nem sempre alguns tem o domínio na leitura e por isso eu leio, os que conseguem ler, eu peço para eles lerem e a gente conversa sobre...eu estou aqui pra promover lembra? Então eu questiono sempre eles, eu falo que eu trabalho para eles, se eles não infracionassem não existiria o meu serviço, então eu faço eles compreenderem o direito deles. Por enquanto ainda nem um menino meu saiu da escola, mas é por enquanto, estou aqui há 3 meses...*

Como você percebe a família deste jovem. Eles dão importância a educação?

*Há sim, todas as famílias que conversei dão importância a escola, só que é assim nem a família é importante, mas a família aceita se ele não quer ir pra escola, ai eu tenho que explicar que a escola é um direito e não punição... que ele precisa usufruir deste direito...*

Como a família sente se percebe que não consegue a vaga?



*O meu papel é garantir o direito, lembra? Então faço caminhos. Vamos imaginar ele sai da fundação casa e vem para cá, eu tenho que perguntar se ele estava estudando da fundação, eu tenho que orientar que existe uma escola responsável pela matrícula dele na fundação, pois ela é a referencia e peço a transferência dele... a vaga deveria ser automática, é um direito e é ler. Ele já estava estudando e só transferir, mas se eles não estava estudando, eu peço pra família ir fazer o cadastro dele, se a escola não quiser fazer o cadastros ai eu vou a escola e levo um documento daqui dizendo que ele está em medida e deve estar estudando. Se a escola se recusar a fazer o cadastro, eu quero saber que acontece, ligo pra secretaria e falo que esperei o período do cadastro e a secretaria fica de resolver isso em um tempo de uma semana ou 15 dias... agora se a secretaria não me der resposta ou também não conseguir, com o SMADS para depois partir para o judiciário. Eu falo através de um relatório contando tudo isso, ai eles exigem a vaga, voltam ao inicio e com a determinação judicial a vaga sai, pois ele manda um ofício direito para a secretaria da educação e a vaga sai... Parece que o juiz não sabe que a escola não faz a matrícula na hora pois tem que fazer o cadastro antes, se o juiz soubesse ou se os órgãos se comunicasse, eliminaríamos etapas, isto é uma burocracia...enquanto o juiz não determina, temos que fazer todo este caminho, depois de um tempo perdido que o menino está sem escola, acaba dando certo ...se a rede publica diz que não tem vagas, a pessoa pode entra com uma ação contra o estado e o estado paga a educação daquela criança mesmo em escola particular...lembra que é um direito...eu sou contratado pelo estado para garantir este direito e tenho que ser capaz disso...*

Porque não se consegue a vaga?

*Tem muita demanda... E vaga surge com a determinação judicial, porque a secretaria coloca o garoto em um lugar já muito lotado mesmo... não tinha vaga antes, pois não tinha lugar. É igual a andar em ônibus apertado, saiu do lugar perdeu... então se o menino esteve estudando e saiu, quando ele precisa voltar, não tem mais o lugar lá...foi ocupado...*

Quais as dificuldades encontradas no encaminhamento deste jovem para a escola?

*É a falta de vaga... se e não fosse isso seria fácil. Se tiver superlotação da escola, fica difícil...*

O que você sente frente a isso?

*Eu sinto que o direito dele está sendo violado... não posso ficar frustrado, pois sei que o sistema faz isso não funcionar mesmo...eu só tenho que lutar para que o adolescente tenha*

*seu direito garantido...a organização do estado diz que é necessário, ter o analfabeto, o criminoso a sociedade se organiza desta forma, precisa ter pessoas não preparadas, não alfabetizadas, o desempregado...etc. Há uma necessidade disso senão como se dará determinadas coisas. Na ótica do capital funciona direito, está certo assim...*

Quando ele está na escola quais são as dificuldades para mantê-lo na escola?

*A dificuldade é a questão do preconceito, os professores tem uma visão preconceituosa... se o adolescente passou pela fundação ele é visto como o diferente é as vezes ao adolescente mostra esta visão que percebem dele, mas não é nada disso...as vezes a escola tem visão de vagabundo, de que só podia ser ele mesmo a fazer algo errado na aula, etc.*

Como você analisa a situação dele. Pois precisa estudar e encontra dificuldades para entrar na escola?

*Eu faço todos os tramites, e acho que ele vai conseguir sim... A dificuldade dele é momentânea, pois em algum momento ele vai conseguir, mesmo que isso demore um pouco pelas questões burocráticas, pelos prazos de cadastros e tentativas... o juiz vai conseguir...pode até demorar, mas vai dar certo.*

*A situação judicialmente, deste menino enquanto espera a vaga, não pode esperar muito, é o meu papel é agilizar isso, ele não pode esperar muito. Tenho que ter as respostas na mão para mandar ao judiciário, a incapacidade não está no menino e sim no sistema. O estado a comunidade e a família contribuíram para ele ficar sem escola então é papel do estado corrigir isso...*

Como você percebe que ele se sente frente a isso?

*Cada um tem um sentimento. Tem uns que vai cobrar a vaga, pois querem ir pra escola, outros já não fazem questão. Eles falam que não querem estudar, que a escola é chata... ai eu falo que ele tem que ir estudar, mesmo em uma escola chata, .eu cobro que ele use o direito dele, não sou chato...quero que a medida seja cumprida, que ele seja incluído na escola...*

Fale-me sobre um caso que deu certo no final e outro caso que não terminou tão bem.

*Tenho um adolescente, que está em cumprimento e não estava na escola, aí eu falei pra ele sobre os direitos, mostrei o estatuto para ele e falei sobre o direito dele foi isso que fez ir pra escola e está indo até agora... e tem outro que chegou pra mim, por cumprir uma medida, ele foi pra um cidade vizinha e lá com um parente cometeu com um ato infracional, está agora na fundação casa...estava começando aqui a medida e depois de pouco tempo infracionou novamente...eu fico sabendo que ele infracionou novamente por faltar aqui, eu ligo pra família e fiquei sabendo que ele infracionou novamente e foi para fundação... Nesta situação o caso fica aguardando uma resposta judicial, pois não sabemos se ele volta... só tivemos um caso aqui que foi arquivado, pois o garoto cometeu um crime, já maior de idade e foi para o presidio.*

*Nós sabemos que o adolescente é um ser influenciável, por isso que se diz que ele cometeu um ato infracional, sofre influencias de outra pessoa... quando se é adulto já a lei acha que as pessoas sabem o que fazem e por isso é crime são presos. Embora tenha muitas pessoas que com 27 anos ou mais ainda agem como adolescentes... acho que só a partir disso que são maduros. Acho que os homens só são maduros a partir de 30 anos, eu não sou a favor da redução da maioridade penal e sim a favor do aumento da maioridade penal... rrsrrs. Só acho que cada idade deveria estar em um lugar, não dá para misturar pessoas de 27 anos com meninos de 13 anos, cada um com sua experiência, então cada pessoa no seu lugar*

T16d Tamburú, Maria Penha

Desafios da inclusão de adolescentes em conflito com a lei nas escolas de São Paulo: um estudo das perspectivas dos técnicos do campo sócioeducativo. / Maria Penha Tamburú. – São Paulo, 2015.

131 f ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Profissional adolescente em conflito com a lei) – Coordenadoria de Pós- graduação, Universidade Anhanguera de São Paulo, 2015.

Orientador: Professor Dr. Paulo Artur Malvasi

1. Medidas sócioeducativas. 2. Adolescente em conflito com a lei. 3. Escola. I.Título. II. Universidade Anhanguera de São Paulo.

CDD 362.74